

Agricultura: A modernização difícil
A literatura de vanguarda e os mamãos maduros

71

18 de março de 1974

n.º 71 Cr\$ 3,50

opinião

com a edição semanal brasileira do

Le Monde

MICROFIS
NÃO
CIRCULA

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
BIBLIOTECA

18
de
4

**UM NOVO
GOVERNO**

GENERAL ERNESTO GEISEL, PRESIDENTE



opinião

Uma publicação da Editora Inúbia Ltda.

DIRETOR

Fernando Gasparian

REDAÇÃO

Editor:

Raimundo Rodrigues Pereira

Editor Executivo:

Antonio Carlos Ferreira

Assuntos Nacionais:

Dirceu Brisola (editor), Ivo Cardoso (editor assistente), Genilson Cesar, Aginaldo Silva (editor contribuinte), Teodomiro Braga (Belo Horizonte)

Economia:

Marcos Gomes (editor), Ricardo Bueno

Tendências e Cultura:

Julio Cesar Montenegro (editor), Sérgio Augusto e Jean-Claude Bernadet (cinema), Tórik de Souza (música), Ronaldo Brito (arte e literatura), João Lizardo

Assuntos Internacionais:

Flávio de Carvalho (editor assistente), Juracy Andrade, Celina Whately, Ana Maria Nogueira, Marcus Penchel

Arte:

Elifas Andreato (editor), Cássio Loredano, Petchó, Chico Caruso, Rubens Campos Grilo, Difer Stein, Paulo Venâncio Filho (mapas)

Correspondentes Internacionais:

Norma Bahia Pontes e Rita Moreira (Nova York), Vana Brocca (Milão), Alberto Carbone e Claudia Boechat Abreu (Buenos Aires), Bernardo Kucinski (Londres), Laymert Garcia dos Santos (Paris)

Produção:

Vera Lúcia Corrêa de Melo (secretária), Maria da Conceição Chaves Fernandes, Antonio Fernando de Souza Borges

ADMINISTRAÇÃO

Gerente administrativo:

Raimundo Andrade.

Assinatura para o Brasil, Cr\$ 160,00 a anual e Cr\$ 80,00 a semestral; para o exterior, US\$ 40 a anual e US\$ 20 a semestral. Envio por via aérea ou pelos serviços postais de entrega rápida.

Redação: Rua Abade Ramos, 78 — Jardim Botânico — Rio de Janeiro, telefones: 246-7466 e 226-1764. Administração, telefone: 246-5326. Distribuição: Abrij S.A. Cultural e Industrial, Rua Emilio Goeldi, 575 — Lapa — São Paulo. Composto e Impresso na Editora Mory Ltda., Rua do Resende 65, Rio de Janeiro.

ALÉM DA EDIÇÃO BRASILEIRA DO LE MONDE OPINIÃO PUBLICA AINDA UMA SELEÇÃO DE ARTIGOS DOS SEGUINTE JORNAIS E REVISTAS

The Washington Post
THE GUARDIAN
The New York Review
NEW STATESMAN

Favela, da Maré, sexta-feira, 8 de março. No meio da Rua 29 de Julho, na verdade um caminho de terra que liga os barracos à próxima Avenida Brasil, a família de Nazareno Bernardes da Silva aguarda sem paciência, apesar do sol escaldante das 11 horas, quase a pino, o caminhão de mudanças. Nazareno — cinquenta e poucos anos, mecânico de geladeiras — a mulher e alguns filhos menores vigiam os pertences da família espalhados no caminho poeirento: uma bem polida geladeira Consul vermelha, um impecável fogão Semei, também vermelho, uma TV Colorado, uma velha máquina de costura de pedal, um ventilador, um irrequieto canário-da-terra, camas, colchões, cadeiras e sacos de roupas. O mobiliário ocupa boa parte do espaço da 29 de Julho, dificultando a circulação das pessoas que, carregando enormes latas de óleo e de banha, ou puxando tonéis de madeira chamados de *rola-rola*, vêm se abastecer de água na bica próxima. "Coisa feia é mudança de pobre", diz Nazareno, com sotaque nordestino, enquanto limpa a poeira que assentou sobre a televisão. "Que nem enterro".

Como não há sinal do caminhão que há alguns dias faz a mudança de 200 famílias da favela da Maré para o Conjunto Residencial Santa Luzia, em Bonsucesso, um subúrbio das proximidades, Nazareno aproveita para completar as últimas despedidas e se proteger do sol cada vez mais asfixiante, indo para a tendinha da Creusa, ali perto. Com a proprietária, uma mulher de olhos vivos, Nazareno está lembrando um pouco de sua vida na Maré. Fala mansa e pausadamente. "Quando vim pra cá, há mais de 17 anos, comprei um barraco todo *esculachado*, que custou 13 contos. O assoalho era de *talboa*, e a maré vinha entrando por debaixo. Eu mesmo atreui, e fui ficando. Agora, graças a Deus, chegou a minha vez de sair. Sofri demais, junto do barraco tinha aquela vala e toda qualidade de inseto, rato e barata".

Creusa está curiosa em saber como Nazareno e a família vão fazer para pagar a prestação (235 cruzeiros

Cena brasileira Deixando a Maré

mensais) do apartamento (quarto e sala) em que vão morar; já que ela própria, caso estivesse em situação semelhante, só teria dinheiro "para pagar a prestação, e o resto seria passar fome". Nazareno responde com firmeza: "Faço economia, aperto o cinto, passo até fome, mas tenho fé em Deus que não atraso".

Como já é quase meio-dia, alguns clientes chegaram para o almoço na tendinha e o caminhão pode aparecer a qualquer momento, apesar de não haver referência a horário no recibo dado pela COHAB — Companhia de Habitação da Guanabara — que cobrou Cr\$ 200,00 pela mudança, Nazareno resolve despedir-se de mais gente. Sai e envereda pelas ruas estreitas e de pronunciado odor da favela, em direção ao ponto extremo onde estão as palafitas, barracos sobre estacas fincadas no lodo da enseada do Fundão. As palafitas, umas 6 mil, constituem a grande maioria das habitações deste enorme aglomerado de barracos, separados por seus próprios habitantes em cinco favelas "diferentes": Porto de Inhaúma, Timbau, Baixa do Sapateiro, Maré e Rubem Vaz.

A caminho do barraco onde morou até há pouco e que agora vai fechar para poder entregar a chave à COHAB (o barraco, como os outros 200, será ocupado por atuais moradores de palafitas, e estas por sua vez serão destruídas, segundo o plano que prevê a extinção total delas — das palafitas apenas, não de toda a favela — até 1975), Nazareno faz uma parada diante de uma casa onde uma velha mulher costura numa trôpega máquina Singer, ao som ritmado da Rádio Relógio, que monotonicamente informa a hora minuto a minuto. Na frente do barraco está pregado um grande cartaz, onde se lê: "O salário do pecador é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna por Jesus Cristo, Nosso Senhor, Romanos 6:23".

Olhando para a água esverdeada e sem movimento, onde bóiam, entre as frágeis estacas das palafitas, velhos pneus, latas vazias, pedaços de caixotes e outras inutilidades, Nazareno lembra: "Peguei muito caranguejo por aqui. As vezes tirava eles de pá, às vezes de mão mesmo". Neste instante, do outro lado da enseada, um reluzente jato prepara-se para descer no aeroporto do Galeão, e o zumbido de suas turbinas abafa as reminiscências de Nazareno. O ruído também traz à porta de uma palafita Ana Maria da Silva, que junto com o marido, servente de obras que ganha a vida lavando ônibus, saiu de Nova Cruz, no Rio Grande do Norte, há oito meses, para viver no Rio, onde terminaria comprando por 500 cruzeiros a tosca palafita da Maré onde vivem. Ana Maria não acredita, contrariamente ao que afirma Nazareno, que possa em breve passar para outra moradia, pois ela e o marido não teriam como pagar aluguel ou prestações.

No caminho de volta à 29 de Julho, Nazareno pára na tendinha de Casemiro Feitosa, para falar com Lourival da Cruz Alves, dito *Campista*, presidente da Associação dos Moradores do Parque da Maré, e uma espécie de "supervisor" das 200 mudanças. *Campista* parece preocupado porque os jornais estão anunciando o fim da favela, um exagero a seu ver incompreensível. Tem uma fórmula precisa para deixar bem claro que apenas as palafitas possivelmente desaparecerão: "Não vão sair das favelas da Maré. A maré é que vai sair as favelas". Casemiro, nos últimos tempos um homem permanentemente alarmado com a saída de seus fregueses de poder aquisitivo relativamente maior, os que vão para os conjuntos, concorda com *Campista*, sentenciando: "Agora sim, está bem pronunciado".

De novo junto a seus pertences,

Nazareno passa a ajudar a mulher e os filhos a espanar a poeira dos móveis, enquanto aguardam o imprevisível caminhão. "Ainda aí?", pergunta, divertida, uma jovem vizinha, que passa realizando um pequeno prodígio de equilíbrio, pois a enorme lata d'água que leva à cabeça não a impede de ostentar vistosos tamancos de salto alto. "Tô aqui pensando", responde, aparentemente sem desânimo, mas também sem entusiasmo, o paciente Nazareno.

Exatamente à 1 hora da tarde, quando mesmo o canário-da-terra parece achar o calor demasiado, pois, da mesma forma que as pessoas, esteve durante todo o tempo esperando ao sol, sem proteção, a expectativa da família chega ao fim. Um caminhão da SUTEG — Superintendência de Transportes da Guanabara — sai da Avenida Brasil e embica pela 29 de Julho, em direção à favela. Há um rebuliço geral, e até os que enchiam as latas na bica d'água dirigem sua atenção para a mudança, a cargo de seis funcionários do DLU — Departamento de Limpeza Urbana — em seus uniformes de cor laranja.

Enrolados em cobertores, pois o caminhão não traz qualquer material apropriado para mudanças, sobem primeiro a geladeira, o televisor e o fogão, sob a orientação vigilante de Nazareno. O resto vai em seguida, sem maiores cuidados.

Quando o caminhão está prestes a partir, uma menina de pés descalços e cabelos em desalinho desata num choro estridente. A mãe, uma mulher jovem, mas com as pernas já marcadas por grandes varizes, procura consolar a pequena: "Tá com peninha que seus colegas vão embora? Não chore não, filhinha. Breve nós vamos também. Se Deus quiser". Em seguida, accora-se no chão de terra e observa o caminhão que, oscilante, parte levando seus ex-vizinhos. No alto do compartimento de carga, ameaçando despencar a cada buraco do caminho, um pingum de plástico do Ponto Frio Bonzão sorri para os favelados da Maré. (Ivo Cardozo).

Animais Peles sem caça

"**Q**ue estoques são esses que não acabam nunca?", Leoldio Caiado, diretor do Serviço de Caça e Pesca de Goiás, fazia, há duas semanas, uma pergunta remóida por muitas pessoas que se preocupam com a conservação da fauna brasileira. Ele acabava de receber em Goiânia o comunicado 468, de 8 de fevereiro, expedido pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil — CACEX — liberando a comercialização estoques de peles de animais silvestres retidas pelo governo federal em 1971. O sertanista não se conformava com a liberação, uma vez que a caça profissional e a venda de peles estão proibidas no Brasil há quase oito anos.

"Que IBDF é esse que proíbe a caça e permite exportação de peles?" — perguntava, novamente, Caiado.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal nasceu com a lei 5.197, de 1967, que proíbe a venda de peles no Brasil e dava, deste modo, um duro golpe em centenas de negociantes e milhares de caçadores. Afinal, peles de animais silvestres sempre foram um bom negócio. Já em 1955, os administradores do porto de Santos preocupavam-se com o crescimento das exportações: 143.228 peles de caimitas, veados e queixadas foram exportadas por ali. Só em 1959, 421.832 animais foram abatidos na Amazônia. Em 1961, o Serviço de Estatística de Produção informava com algum orgulho que o Brasil abatera 2 milhões de animais, cujas peles renderam 330 milhões de cruzeiros.

Só em 1967 o governo preocupou-se com tão desenfreada matança da fauna, rica em espécies mas pobre em quantidade. Mas a lei de proteção

padecia dos mesmos problemas de toda a legislação conservacionista: não é cumprida. E os órgãos que deveriam executá-las revelam-se incapazes materialmente ou sensibilizam-se facilmente com os argumentos dos predadores. Foi assim em 1967: mal a lei era assinada, abateu-se sobre ela uma onda de protestos: os comerciantes de peles alegavam que isso representaria a perda de 10 milhões de dólares em divisas. Políticos concordavam com eles, como o governador do Ceará, César Cals (nesse Estado estão as maiores firmas exportadoras), que defendeu a existência de grandes estoques anteriores à lei.

O governo cedeu e permitiu que esses estoques fossem movimentados, mas, logo depois, percebeu o erro: as exportações estavam crescendo. Em princípio, pensou-se que isso significava uma grande corrida para livrar-se de um material proibido, o que, três anos depois, era desmentido. Em 1971, o ecólogo José Cândido de Melo Carvalho, do IBDF, foi verificar o movimento comercial das firmas que argumentaram a existência de estoques e constatou que, mesmo mortos e jogados num depósito sujo e sem ar, os animais estavam se reproduzindo a uma taxa espantosa: numa firma amazônica, as 13.458 peles de veado declaradas em 1967 multiplicaram-se para 24.304 em 71.

Constatando que a caça profissional continuava, o governo decidiu suspender definitivamente a venda de peles. Mas, novamente, os negociantes alegaram que tinham estoques e para eles aguardavam melhores preços. O IBDF limitou-se a cadastrar as peles

consideradas "estoques remanescentes" e somente agora o comunicado da CACEX instruiu os negociantes sobre o que fazer com eles.

Ainda bom negócio

De acordo com o documento, só poderão comercializar as peles que estavam retidas aqueles comerciantes que se comprometerem a fazer isso pela última vez, isto é, a abandonar o ramo. E, além disso, as empresas proprietárias de curtumes devem converter seus estabelecimentos para o beneficiamento de peles ou couros de animais domésticos. Certamente, a maioria dos comerciantes aceitará essas amenas exigências: primeiro, porque reaverão peles que consideravam perdidas (a preços de 71, elas custavam US\$ 4 milhões; hoje, valem US\$ 6 milhões, ou 36 milhões de cruzeiros); segundo, porque, ao se comprometerem a não mais vender peles silvestres, estarão apenas prometendo cumprir a lei.

É pouco provável, no entanto que os comerciantes queiram cumprir a lei fazendo investimentos, isto é, só negociando peles de animais que criaram em viveiros ou criadouros. Em Manaus, o próprio delegado do IBDF, Divaldo Campbel, admitiu a *O Estado de S. Paulo*: "Não temos nenhuma experiência nesse sentido". E Isaac Benzecry, dono de uma grande firma de exportação de peles (em 71 teve aprendidos 340 mil couros de jacarés e 56.086 peles de cobras, 19 mil de caimitas e 36.204 de veados), comentava que se já é difícil criar animais domésticos "imagine criar animais selvagens". Mas para mostrar que isso é possível, o Grupo de Operações da

Amazônia pretende instalar um criadouro-modelo na Floresta Nacional do Tapajós, recém-criada no Pará, com área de 600 mil hectares. Na condição de grupo interministerial que tenta harmonizar o desenvolvimento com a preservação da natureza, o GOA dispõe para isso de nenhuma experiência e apenas 120 mil cruzeiros.

Até agora não há indícios de que os exportadores de peles vão se interessar por isso. Para eles, é muito mais fácil e rentável contratar dezenas de caçadores profissionais, dar-lhes alimentos e munições e enviá-los para a floresta à procura de onças — cuja pele custa Cr\$ 1.200,00 — e outros animais que estão se extinguindo do que manter criadouros e esperar que os animais cresçam para que suas peles sejam vendidas. O IBDF reconhece extra-oficialmente que milhares de animais ainda são abatidos todos os anos na Amazônia. Frequentemente, os fiscais do Instituto apreendem barcos abarrotados de peles, que seriam exportadas clandestinamente. Nos Estados Unidos, descobriu-se há pouco 14 firmas também clandestinas que adquiriam essas peles. Só uma delas comprou entre 1970 e 1972 14.470 peles de lontras, um animal já raríssimo na Amazônia.

Para a maioria dos negociantes, pouco importa que os animais acabem e alguns até acreditam que as medidas de proteção são um modismo do governo, como um exportador amazônico declarou certa vez: "Há mais de 30 anos trabalho com couros e peles e nunca soube que isso contribuía para a extinção das espécies, porque todos os anos a safra é a mesma, apesar das enchentes".

UM NOVO GOVERNO

O novo ministro da Justiça, senhor Armando Falcão, chegou a Brasília alegre. Os políticos que o receberam no aeroporto estavam alegres e não foram poucos os jornalistas, que ficaram alegres pelo tratamento inusitadamente receptivo e generoso do senhor Falcão. Embora não tivesse nada a declarar o novo ministro prometeu quealaria muito com a imprensa. "A imprensa está sempre trabalhando em favor do país", disse a repórteres, alguns já a esta altura entusiasmados.

O clima quase triunfal da chegada do sr. Falcão a Brasília para a posse do presidente Ernesto Geisel na sexta-feira passada foi de certa forma uma reedição do ambiente criado pelo discurso do senador Nei Braga, ao se despedir de seus pares no Senado nacional no dia anterior. Citando extensamente o sr. Milton Campos, primeiro ministro da Justiça do governo estabelecido pelo movimento de março de 1964 e hoje uma figura saudosamente lembrada pelo seus princípios, o ex-general e novo Ministro da Educação fez um contido mas claro elogio do Congresso, do debate e do papel dos políticos. "A radicalização, inimiga mortal da tolerância, não costuma estar nas idéias em si mesmas" (...), disse o já quase ministro a comovidos senadores, "(...) um radicalismo nunca vem só; provoca o radicalismo contrário", concluiu ele.

Talvez se pudesse dizer que, no país, na véspera da posse do novo presidente, entre os poucos dos 100 milhões de brasileiros que acompanham a atividade política concentrada em Brasília, a sensação predominante era de expectativa otimista. Pelos editoriais e principais colunas dos grandes jornais de São Paulo e Rio, por exemplo, a expectativa seria até de otimismo eufórico. E mesmo entre setores não assim tão rigidamente alinhados, como alguns da Igreja, e dos intelectuais, a sensação predominante talvez fosse a de que se abrem novas oportunidades para o diálogo ou, pelo menos, de que não existe, com a posse do general Ernesto Geisel, a ameaça de que as coisas automaticamente piorem. Quase um apogeu desse clima de esperança poderia ser encontrado também na coluna do famoso jornalista Carlos Castello Branco, no Jornal do Brasil na véspera da posse. Num artigo sugestivamente chamado de "A última esperança", o mais conhecido colunista político do país, embora não dissesse se acreditava ou não que o general Geisel fosse conseguir cumprir sua missão, considerava esta como que decisiva para o futuro do país das próximas três ou quatro décadas. "Ao novo governo caberá a tarefa de, gradativamente, fincar as bases e começar a erigir o pilar que falta", disse o colunista Carlos Chagas, ex-secretário de Imprensa do governo Costa e Silva. "Resta esperar, e até com menos angústia", concluiu ele.

Qual a origem do clima de expectativa e de otimismo, todos dois visivelmente excedendo a expectativa e o otimismo comuns a toda mudança? Teria o general Ernesto Geisel feito alguma promessa pública, no estilo das que faziam os quase olvidados políticos durante as campanhas em que salam atrás de seduzir os votos da população? Embora não se possa dizer que o general Geisel seja contra campanhas eleitorais seus discursos e declarações à imprensa foram quase todos protocolares. Castello Branco e Costa e Silva, e mesmo o general Médici fizeram importantes pronunciamentos nas suas posses. O general Ernesto Geisel contudo manteve em torno de seus projetos uma muralha de silêncio. Ao longo dela de vez em quando salam apenas alguns de seus auxiliares mais para ouvir e ascultar os sentimentos dos vários grupos do que para fazer promessas, mesmo que reservadas. O discurso do general Geisel no dia de



O general Emilio Médici, o general Ernesto Geisel, novo presidente da República, e os presidentes visitantes (da direita para a esquerda) Bordaberry (Uruguai), Banzer (Bolívia) e Pinochet (Chile), mais a senhora Patricia Nixon.

sua eleição pelo Congresso foi suscitado, e fora ter enigmaticamente falado do enigma das multinacionais; deixou margem a tão pouco que logo ficou esquecido, até mesmo pelos decifreadores especializados em ler além do dito e do não dito. A entrevista coletiva — que havia sido prometida por um assessor do novo presidente por um engano ou boa intenção — pela falta de hábito foi esquecida pelos jornais que não a cobravam. Quando o general Geisel deixou o Largo da Misericórdia no Rio de Janeiro, onde esteve instalado durante mais de meio ano recebendo visitantes, a entrevista acabou transformada numa rápida foto do Presidente com os jornalistas e num bate-papo de minutos onde a frase principal do Presidente foi uma em que reconheceu que os jornalistas tinham tido uma dura tarefa e que a tarefa dele tinha sido mais difícil ainda. Também o discurso de posse do general Geisel, fora uma sugestiva inversão do lema segurança e desenvolvimento, para desenvolvimento e segurança, foi um agradecimento ao presidente que sai. Os primeiros pronunciamentos seriam feitos, segundo fontes do novo governo, nesses próximos dias. Um deles seria uma espécie de "retrato do Brasil", onde o presidente teria oportunidade de mostrar sua visão da realidade brasileira, mesmo que ainda não anunciasse qual sua intenção de intervir nela. Outro, especificando posições brasileiras em política externa, seria feito no Itamaraty, dia 20 de abril.

O quase meio milhar de pessoas ouvidas pelo general Geisel e seus assessores neste meio ano de pré-governo aprenderam, talvez com a fama de discrição e com os modos do general Geisel, a cultivar o silêncio e converter em virtude a ação de guar-

dar sigilo sobre discussões e mesmo possíveis opções políticas muitas das quais de grande interesse para toda a nação. O coronel Moraes Rego, afirmou que o presidente eleito apreciava o trabalho dos repórteres, pois assim podia saber o que declarava as pessoas que haviam conversado com ele. De um modo geral, o ambiente de sigilo gerou até mesmo, da parte de convidados talvez mais realistas que o rei, momentos de ridículo. A revista Veja observou que, do jeito que as coisas tinham se processado, ninguém tinha sido convidado para falar com o presidente eleito: "ele apenas teria recebido pessoas que lhe foram levar sua colaboração, mesmo as que, eventualmente, acabaram sendo convidadas para cinco anos de trabalho no Ministério".

Se o presidente não disse, não fez e não prometeu nada mais do que ouvir as pessoas — por que então a expectativa e o otimismo acima da média? Quem poderia ser responsabilizado por ele caso o otimismo venha a se deparar com projetos impopulares e a expectativa degenerar na frustração? Para entender a expectativa e o otimismo é preciso perceber que o general Geisel não promete nada publicamente, de forma a não se comprometer com pessoas às quais de resto não pediu votos; pessoalmente ou através de assessores, dialoga de forma a prometer o menos possível mas criar o máximo possível de otimismo e esperança; e, na prática, tomar medidas que possam ser entendidas amplamente.

Quais teriam sido essas medidas? Por mais modesta que possa ser, uma foi ouvir. Nessa tarefa os generais Golbery e Geisel, o coronel Moraes Rego e o professor Heitor de Aquino ouviram pessoas de várias tendências. Um antigo político mineiro de prudência extremada dizia que "certas coisas não se pode nem ouvir"

para não se comprometer. Desse ponto de vista, os novos homens unidos em torno da Presidência ouviram de forma desassombada. O colunista Carlos Castello Branco chegou a dizer que o ministro Armando Falcão, o último antes da posse a ser escalado para essa tarefa de audiência, iria "descer atrás das linhas inimigas". Ele errou colocando o cardeal arcebispo de São Paulo, d. Evaristo Arns nessas linhas adversárias, mas é certo que ele foi ouvido pelo general Golbery do Couto e Silva e saiu otimista do encontro. Mas de qualquer forma, e como pode ter sido o sentido da classificação do colunista Castello Branco, o cardeal é um homem acostumado a ouvir todos os setores descontentes e através dele o general Golbery — que se encontrou com mais cinco altos líderes da igreja — deve ter ouvido argumentos de outros grupos.

A substituição do líder do governo na Câmara, deputado Geraldo Freire, pelo deputado Célio Borja foi saudada com entusiasmo mesmo por uma dissidência do MDB considerada relativamente incômoda. O deputado Lysaneas Maciel, o deputado Marcos Freire, são talvez dos mais duros adversários do governo consideram que Célio Borja é uma esperança. "A escolha de certos nomes", disse o deputado Lysaneas, "demonstra que ainda é preciso ter esperanças".

É claro que é preciso ter um extremo gosto pelas nuances, pelos detalhes, ter a habilidade de quem separa não o joio do trigo mas, por exemplo, os diferentes tipos de açucars, os cristais e os refinados para se entender como se pretende atualmente adoçar o café político nacional. Os outros nomes escolhidos pelo governo não foram tirados de nenhum partido de oposição, nenhum deles jamais

pronunciará uma palavra de descrença nos objetivos ainda hoje definidos para "a revolução de março de 1964", nenhum deles parece, nem poderia ter sido escolhido por discordar publicamente do modelo econômico brasileiro, a chave ainda de todos as características essenciais do governo passado e, se for possível, do próximo. Mas mudaram os tempos e portanto é preciso mudar os homens. A ampliação da base política parece essencial para um governo cujo modelo de desenvolvimento econômico elevou a produção nacional bruta em níveis recordes durante meia década (63% de crescimento do PIB durante os últimos cinco anos) mas que enfrenta problemas graves de habitação, alimentação e distribuição de renda. O ministro Delfim Neto, que é considerado unanimemente o mais vitorioso de todos os defensores do modelo brasileiro de desenvolvimento econômico, diz que é preciso primeiro fazer o bolo antes de comê-lo.

Durante seus setes anos de Ministério enfrentou a oposição dos que achavam que o bolo não era esse, que havia gente comendo pedaços indevidos e que, se não houvesse bolo, se deveria comer pão. O Ministro Delfim Neto combateu todos esses adversários com rigor. E com sucesso, se considerarmos que a receita acabou sendo aplicada por ele, quase sempre a seu gosto.

Hoje, como o próprio ministro é um exemplo, há ambições políticas não satisfeitas. Há grupos que querem — não só serem ouvidos como já estão sendo — mas que querem opinar. Banqueiros, industriais nacionais e estrangeiros querem falar mesmo que, como previsivelmente se supõe, seja a favor do que está sendo feito.

Amazônia A terra é pobre

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, encarregado de povoar as margens da rodovia Transamazônica, recebeu, há duas semanas, um relatório inquietante: os solos ao longo de 872 quilômetros da estrada, entre Itaituba, Pará e Rio Branco Acre, são de baixa fertilidade e inadequados até para o plantio de arroz, milho e feijão — as lavras que predominam entre os colonos até agora ali assentados pelo Inca.

O relatório foi enviado ao Inca pelo Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte — IPEAN — e assinado pelo pedologista Italo Claudio Falesi, o maior especialista em solos amazônicos. Em 1972, Falesi já havia informado o Inca de que os solos do primeiro grande trecho da Transamazônica — entre Estreito (GO) e Itaituba, num total de 1.254 km — também não são férteis. A exceção nesse trecho são pequenas manchas de terra roxa semelhantes às do Paraná. Mas não constituíam mais de 30 mil hectares, uma área de 10 por 30 quilômetros, assim mesmo muito longe da faixa marginal à estrada onde são instalados os agricultores levados pelo Inca.

Desde 1970, quando foi criado o Programa de Integração Nacional, o Inca transferiu para seus núcleos de colonização nas margens da rodovia menos de cinco mil famílias, apenas uma parte do total anunciado em 1970, que previa 100 mil famílias até 1974. De certa forma, a mudança de planos pode ser explicada pela falta de ortodoxia na programação, como costuma dizer o presidente do Inca, Walter Costa Porto, submetendo a colonização a projetos tão heterodoxos que 90 mil famílias a menos não comprometem os resultados.

Os colonos já instalados, vencidas as dificuldades iniciais e surgidos os problemas naturais, dedicam-se a um ambicioso plano agrícola. Certos de que o arroz, o milho e feijão — colhidos em quantidades sempre inferiores às esperadas — são incapazes de levar os colonos à riqueza, os técnicos do Inca introduziram várias culturas permanentes: cacau, pimenta-do-reino, seringueira e café. Consideradas altamente rentáveis, essas culturas assegurarão o nascimento de uma classe média rural na Transamazônica. Até agora, no entanto, há alguns impedimentos: o despreparo técnico dos lavradores, o preço e a escassez de fertilizantes.

Já que os solos são de baixa fertilidade — a terra roxa foi destinada às plantações de cana-de-açúcar que vão abastecer uma usina montada em Altamira, no Pará — as culturas permanentes terão que ser adubadas. Financiados pelo Banco do Brasil — pagam os empréstimos em 12 anos com seis de carência — os lavradores não têm dificuldades financeiras para adquirir nitrogênio, fósforo, potássio, enxofre, cálcio, magnésio, zinco, ferro e boro, elementos indispensáveis ao florescimento da pimenta-do-reino, na qual são jogadas as maiores esperanças. Contudo, uma crise mundial no fornecimento de fertilizantes ameaça as pimenteiras transamazônicas: até agora, o Brasil não sabe de quem vai importar 1,7 milhão de toneladas (90 por cento do consumo interno) de fertilizantes de que necessitará em 1974.

Além disso, há o impedimento dos preços. Não importa que em São Paulo uma tonelada de calcário custe apenas 30 cruzeiros; na Amazônia, ele custa Cr\$ 400. A relação de algumas vezes mais se mantém para outros fertilizantes ou corretivos de solo, como a uréia, que custa 300 em São Paulo e Cr\$ 900 na Amazônia. E, sem entender esses problemas, os agricultores reclamam quando não têm 2.400 quilos de calcário para jogar em apenas um hectare de cacau em Marabá. Nessa região, o solo é extremamente ácido e só o calcário o corrige satisfatoriamente.

As pesquisas do IPEAN na Transamazônica reabrem novamente a discussão sobre os solos da Amazônia. Para os lavradores que colhem as primeiras sacas de arroz, os solos são prodigiosos; para os pedologistas, não há mais dúvida sobre a baixa fertilidade, embora somente cerca de dez por cento dos solos da região tenham sido mapeados até hoje.

O primeiro a se enganar foi o alemão Alexandre von Humboldt. No século passado, ele acreditou que somente um solo extremamente fértil poderia sustentar tão gigantesca floresta. Mas a experiência indicou que as árvores usam o solo apenas para se fixar e vivem de seus próprios recursos: os galhos, folhas, frutos e troncos que caem, decompõem-se e, trabalhados por microorganismos tornam-se material orgânico que alimenta as árvores.

Assim, todo solo coberto de vegetação tem uma camada superficial muito fértil, o húmus. Mas ao derrubar

e queimar a mata e plantar pela primeira vez, o agricultor destrói e permite que as chuvas arrastem esses nutrientes superficiais, também absorvidos pelas plantas. A segunda e terceira colheitas são bem menores que a primeira e o remédio é desmatar nova área à procura de mais húmus. Realizada sempre assim, até hoje, essa agricultura extensiva e predatória estimulou a fama de que na Amazônia não pode haver agricultura. Contra esses preconceitos movimentou-se várias vezes o ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Paulo de Almeida Machado, hoje ministro da Saúde:

— Estão julgando a Amazônia a partir de critérios errados. Afinal, as planícies da Ucrânia, as terras mais férteis do mundo, não servem para plantar seringueiras. A terra roxa do Paraná não produz pimenta-do-reino. E a Amazônia não dá batata inglesa. É preciso aceitar esse fato.

MDB — Belo Horizonte À espera de Ulisses

Positivamente, a situação — original, pitoresca e até divertida — da bancada do MDB na câmara municipal de Belo Horizonte passou do limite do grotesco com a crise provocada pela escolha de um vereador notadamente situacionista para líder do partido. Apesar da evidente contradição, a escolha não chegou a surpreender pois a maioria (dócil, submissa) da bancada não quer saber de oposição mas, ao contrário, segue fielmente as determinações da situação. O bloco adesista — composto por seis dos dez vereadores emedebistas — é mais conhecido como a "turma da bandinha" tal a voraz disposição como bate-se pela aprovação de qualquer mensagem ou projeto enviado à câmara pelo prefeito arenista Osvaldo Pierucetti.

O partido é totalmente às avessas. Os três únicos vereadores — Luís Otávio Valadares, Thomás Edson e Jorge Carone Filho, chamados de "os três mosqueteiros" (sic) — que ainda insistem em fazer oposição à administração municipal já chegaram à conclusão que é impossível processar a bancada adesista por infidelidade partidária. Isto porque, levando-se em conta o quadro atual, são eles três os infieis às decisões tomadas nas reuniões do partido.

Talvez para dissimular a situação, até o ano passado o bloco adesista concordava com a exigência dos "três mosqueteiros" de que o líder da bancada fosse escolhido entre um deles três. Mas a recente eleição para a presidência da câmara mostrou à "turma da bandinha" que esta concessão poderia causar-lhes sérios aborrecimentos. Pois, a atuação do então líder oposicionista Luís Otávio Valadares quase atrapalhou a eleição do candidato apoiado pela "turma da bandinha". O diretório da ARENA tinha lançado um candidato oficial à presidência (Obregon Gonçalves) e o prefeito defendia a candidatura de outro (Hélcio Arantes), criando uma dissidência no partido — com seis vereadores de um lado, solidários a Obregon, e cinco do outro. Os adesistas do MDB, que apoiavam incondicionalmente o candidato do prefeito, foram surpreendidos às vésperas da eleição com a convocação de Luís Otávio para a bancada estudar a situação pois, se tivesse coesão, o MDB poderia aproveitar-se da dissidência na ARENA e até eleger um candidato próprio para a presidência da casa. Apesar do empenho de Luís Otávio, prevaleceu a vontade da "turma da bandinha", cujos votos foram fundamentais para garantir a eleição do candidato preferido de

Pierucetti.

Passado este "susto", veio a eleição para a escolha do novo líder da bancada e então a "turma da bandinha" resolveu assumir de vez o partido: eleger João Pinto Ribeiro que, entre outros predicados, no último aumento do funcionalismo público contrariou totalmente a posição do seu partido, que desejava a queda da proposição oficial para conseguir, posteriormente, um reajuste melhor.

A situação agora está nebulosa. Os três vereadores negam, terminantemente, submeterem-se à liderança oficial e já anunciaram sua intenção de escolher entre um deles (talvez Jorge Carone) o líder da oposição. Desse modo, a câmara agora praticamente tem dois partidos de oposição, cada um com orientação e liderança própria e se intitulando como verdadeiramente do MDB.

Em carta dirigida diretamente a João Pinto Ribeiro, Thomás Edson abandonou sua habitual moderação para afirmar que não poderia aceitar a liderança que considera "legítima para a maioria da bancada do MDB mas que pública e confessadamente se afirmou dominada pela situação, o que tirou dele (João Ribeiro) quaisquer condições de representar a liderança da oposição".

Os vereadores rebeldes (?) enviaram também uma carta ao presidente nacional do MDB Ulisses Guimarães, "com o propósito de comunicar-lhe que, em face a irregularidade praticada contra a nossa legenda pelo nosso colega de edilidade vereador João Ribeiro que lamentavelmente, independentemente da nossa vontade foi intitulado líder do MDB nesta casa, a partir desta data não mais acataremos as decisões tomadas em nome de sua liderança, o que certamente causará transtornos a esta, mas tal medida visa apenas anechar o nosso partido, uma vez que tal liderança é inteiramente maléfica aos princípios que nos rege".

Enquanto é aguardada a interferência de Ulisses Guimarães para solucionar o impasse, algumas figuras importantes do MDB mineiro já assumiram posição em favor dos três vereadores e contra os adesistas. O 1.º secretário da comissão regional do partido, Emlílio Hadad, por exemplo, encara o comportamento da "turma da bandinha" como "altamente constrangedor" e aponta o adesismo como o principal responsável pela decadência do MDB em Belo Horizonte. (Em 1968, na primeira eleição após a implantação dos dois partidos, o MDB conseguiu eleger 12 vereadores contra 9 da ARENA; em

1970 o MDB baixou o número para 11 e finalmente perdeu a maioria na eleição de 1972.)

Qualquer que seja a solução dada por Ulisses ao caso, ele vai sugerir à comissão regional a adoção de critérios de seleção dos candidatos do partido para as próximas eleições. "Estes adesistas argumentam que não podem voltar-se contra o Executivo porque sem obras não se elegem", explica. "É muito fácil resolver o problema, ou

seja: já que assumem tal comportamento então mudem-se de vez para a ARENA". Os adesistas, contudo, não admitem a hipótese de transferir-se para a ARENA pois, como em várias outras capitais do país, em Belo Horizonte o MDB ainda tem mais receptividade junto ao eleitorado e é muito mais fácil eleger-se pela bandeira da oposição que pela ARENA.

R. G. do Norte O dilema do sal

"O que se investiu com recursos do sistema de incentivos fiscais 34/18 da Sudene no Rio Grande do Norte foi em um terço para desempregar gentes nas salinas. Mas se não fosse a automação nosso sal não sobreviveria. Estamos pagando um elevado custo social. É duro ver um desempregado das salinas, com os pés cortados, dignos de um quadro de Portinari".

É desta forma que o governador do Rio Grande do Norte, Cortez Pereira, comenta o dilema da indústria salinera — de longe a mais importante do Estado — dividida entre as necessidades de automação e o preenchimento do papel social que tradicionalmente lhe coube, como importante fonte de absorção da mão-de-obra não-qualificada local.

No início da década de 60, o Brasil era um dos cinco maiores produtores de sal do mundo. No entanto, as salinas nacionais utilizavam uma técnica rudimentar, com sistema colheita e embarque manuais, o que provocava uma queda da produtividade e um elevado custo do sal. Naquela época, se o país quisesse suspender a sua produção de sal, importaria um produto mais barato dos Estados Unidos, Itália ou Holanda.

A partir de 1965, passou a incentivar, através de um grupo de trabalho e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, a utilização de colhedeiras, esteiras móveis e empilhadeiras. Esse equipamento simplificou a colheita do sal a tal ponto que uma empresa precisava de apenas 45 operários para realizar a tarefa antes executada por 1.100 homens.

No dia 2 de março passado, o ciclo de mecanização da indústria salinera do nordeste se completou, quando o ministro Mário Andreazza, inaugurou o terminal salinero de Areia Branca, um porto-ilha artificial construído a 15,5 milhas da costa do Rio Grande do Norte. Segundo declarações do ministro, a partir de maio, quando o porto-ilha entrará em funcionamento, o preço do sal deverá sofrer um barateamento de cerca de 30% no seu preço atual, pois o frete representa 60% no custo do sal.

A oferta global do sal do Brasil é de 2,7 milhões de toneladas por ano. O Rio Grande do Norte detém 70% da produção, com uma região salinera formada por mais de 20 municípios, 500 produtores e um total aproximado de 20 mil salineros.

Por isso, a construção do terminal, considerado o único no mundo por suas características, representa um passo decisivo para a economia do Estado (o sal representa 90% das exportações do Rio Grande do Norte, segundo o IBGE).

O funcionamento do sistema de embarque e carregamento do terminal exigirá o trabalho de 15 homens. Atualmente, essa tarefa está sendo realizada por 950 trabalhadores marítimos, filiados aos sindicatos dos Conferentes, Carga e Descarga, Alvarengueiros, Marítimos, Arrais e Motoristas.

A Delegacia do Trabalho Marítimo e Ministério do Trabalho já promoveram reuniões com os líderes sindicais de Macau para tentar uma solução para o problema, aproveitando-se a mão-de-obra que ficará ociosa com o funcionamento do terminal.

O curto prazo é que torna a situação ainda mais difícil. Estamos pensando na instalação de uma

cooperativa de pesca. O ideal seria a vinda de uma indústria para cidade," diz José Heliodoro de Oliveira, prefeito de Macau, 25 mil habitantes, a 140 quilômetros de Natal, o maior parque salinero do Brasil.

Atualmente, 64% da população economicamente ativa de Macau trabalha em suas 14 salinas e no transporte marítimo do sal.

E foi graças ao sal, quando os marítimos ganhavam bons salários e a cidade recebia a visita de 1.200 operários sazonais para a colheita, que Macau viveu seus grandes dias. O comércio era movimentado e, à noite, seus frequentados cabarês, que recebiam a visita de mulheres até do Recife e Fortaleza, eram iluminados por luzes de carros alugados pelos estivadores.

Outro aspecto que o fechamento do ciclo da mecanização irá provocar é o concorrência entre os produtores. Com a racionalização da colheita do sal, a sua exploração passou a interessar aos maiores produtores do mundo: Holanda, Itália e Estados Unidos. O Rio Grande do Norte apresenta as melhores condições mundiais para a produção de sal marinho, tais como 300 dias de sol por ano, baixa umidade do ar, altos índices de evaporação e terreno impermeável.

Em fins da década de 60, a Companhia Comércio e Navegação, a maior salina de Macau, foi adquirida pelo grupo holandês Akzo Zout Chemie, que alterou a razão social da empresa para Companhia Industrial do Rio Grande do Norte — Cirne. A Companhia Comércio e Navegação tinha 60 funcionários efetivos e, durante o período da colheita, contava com mil empregos temporários. Atualmente, a Cirne tem 400 funcionários contratados e é a segunda empresa do mundo em produção (350 mil toneladas por ano).

Logo depois, o grupo italiano Nora Lage passou a explorar a segunda maior salina de Macau, a Henrique Lage Salinera. A Cirne e Nora Lage exploram uma área de 64,7 quilômetros quadrados, correspondendo a metade da cidade de Macau formam o eixo-base da região salinera do Rio Grande do Norte, tem sido constante a presença do grupo norte-americano Morton Corporation que domina as duas maiores salinas da localidade: Sosal e Guanabara.

Em 1970, as pequenas e médias indústrias salineras ainda eram responsáveis pelo atendimento de mais de 50% do consumo nacional do sal. Atualmente, a tendência é decrescer essa participação principalmente pelos custos de produção elevados.

Para o governador Cortez Pereira, do Rio Grande do Norte, a complementação da fase de mecanização da produção do sal lhe trará problemas para aproveitar os desempregados das salinas, os marítimos sem qualificação e resolver a situação dos pequenos e médios produtores.

Na Serra do Mel, um projeto de colonização que implantou a 50 quilômetros de Mossoró, ele aproveitou 1.800 famílias de salineros. Para os marítimos sem qualificação, indicou como solução eles se tornarem criadores de camarão, mas, até o momento, o Projeto Camarão ainda se encontra em fase de pesquisa. Para os pequenos e médios produtores, a Secretaria de Planejamento está elaborando um estatuto para criação de uma sociedade anônima produtora de sal.

Supermercados Eliminando a concorrência

No início, foram os bancos. Depois todas as grandes empresas de qualquer ramo também resolveram criar seus próprios esquemas de segurança. Hoje, qualquer fabriquinha de fundo de quintal pode não ter operários suficientes, mas não dispensa pelo menos um guarda, devidamente uniformizado.

Essa obsessão de segurança, como não poderia deixar de ser, tende a ser cada vez mais requintada e eficiente. O Pão de Açúcar, principal rede de supermercados de São Paulo, pode não oferecer os melhores preços mas é certamente o que apresenta o melhor serviço de segurança no ramo. Além dos guardas fardados que cuidam das caixas, o Pão de Açúcar tem um *serviço secreto* constituído de policiais particulares à paisana, capazes de descobrir grandes desfalques — como um dado recentemente por um gerente da loja de aeroporto — ou singelos

furtos de desodorantes por alguma menina distraída.

Mas, ampliando seu campo de ação, e *serviço secreto* resolveu agir também fora dos limites da loja, para afastar eventuais concorrentes que ameacem seus lucros.

Na última terça-feira algumas assustadas donas de casa paulistanas tiveram a oportunidade de assistir a uma cena inédita em matéria de repressão. Pouco depois das 5 da tarde, dois robustos e dedicados policiais particulares agarraram um menino de 10 anos, deram-lhe tapas e o levaram para dentro da loja da Brigadeiro.

O crime do menino: estava vendendo, a 15 cruzeiros, raladores que custam um pouco mais caro dentro da loja. Quando ia dar o troco a uma senhora, distraído, o menino não teve tempo de ver a guarda do Pão de Açúcar. Alguns outros meninos

conseguiram fugir, levando seus raladores.

Curiosa, uma dona de casa queria saber o que seria feito do menino levado para dentro da loja e perguntou a um empacotador que havia assistido à cena. E ficou sabendo que:

"Quando acontece isso eles levam a gente para o porão e dão uma surra. Eu mesmo antes de trabalhar aqui fui preso uma vez e apanhei pra burro. Me disseram que eu não poderia vender nada perto do supermercado. Coitado, ele vai apanhar tanto"...

Mas nem só de surras vivem esses zeladores da segurança. No fim do ano passado, quando um repórter perguntou ao gerente de um supermercado de Santos a razão daquelas filas enormes para comprar carne, recebeu o seguinte esclarecimento: "Não podemos informar nada. Essa é uma questão de segurança". (João Bastos)

Incêndio As veredas da salvação

Depois que se apagaram as chamas do incêndio do edifício Joelma, em São Paulo, e que suas duas centenas de vítimas foram sepultadas, o assunto continuou ocupando um grande espaço nas conversas e nas colunas dos jornais da cidade. Congressos, entrevistas, conferências e projetos a respeito da ameaça de novas catástrofes e de como seria possível impedi-las sucederam-se ininterruptamente. Ricardo Kotscho, editor-de-geral do jornal O Estado de São Paulo, atento observador dos problemas da cidade, escreve sobre a maior metrópole do país e as questões levantadas pela sua grande tragédia.

Faz pouco mais de um mês. Todas as pessoas e todos os jornais de São Paulo só falavam de um assunto da cidade: o incêndio do Joelma. Metrópole de todos os assuntos, dramas e pequenos problemas, São Paulo há dois anos que só falava dos três de sempre — dinheiro, carestia e trânsito (há dois anos um outro grande incêndio, o do Andraus, agitara a cidade). E, como se a cidade houvesse se transformado numa grande tela para exibir um filme em reprise, voltaram a insegurança, o medo, as comissões do *Novo Código de Obras*, as advertências do comandante do Corpo de Bombeiros, a psicose do fogo, as interpretações dos psicólogos, as campanhas dos jornais, as mensagens das televisões, as declarações dos presidentes dos institutos dos arquitetos e dos institutos dos engenheiros, a solidariedade do papa, os simpósios, o outro "quase grande incêndio" e os indefectíveis "especialistas estrangeiros".

A reprise saiu de cartaz, recolheu-se a grande tela. Os heróis voltaram ao anonimato, as pessoas e os jornais voltaram aos seus assuntos de sempre.

O agora famoso coronel Jonas Flores Ribeiro Jr., comandante do Corpo de Bombeiros, que foi ameaçado de demissão porque tornou pública a total incapacidade da sua corporação para enfrentar os incêndios da cidade, surpreendentemente ficou no cargo, mas continua tão desarmado como no dia 2 de fevereiro, quando teve que apagar o fogo e salvar pessoas no 15.º andar do Joelma com mangueiras e escadas que só chegavam ao 10.º.

O agora popular *Código de Obras* é novamente um indecifrável enigma na mão de meia dúzia de engenheiros de boa vontade, mas incapazes de enfrentar o de véspera perdido jogo de interesses que envolve o grande câncer da cidade, vulgarmente chamado de "especulações imobiliárias", senhor absoluto dos seus destinos e, por consequência, da vida dos seus

cidadãos.

A demagogia do prefeito Miguel Colasuonno de suspender os "habite-se" para os novos prédios nos dias que se sucederam ao incêndio acabou logo, como de costume, e os novos prédios foram liberados tão sem segurança como os 5 mil prédios existentes nos 23 quilômetros quadrados do centro de São Paulo. Pelo menos 300 deles — os de maior coeficiente demográfico — são comparáveis a barris de pólvora à espera do primeiro curto-circuito, como provou recentemente o matutino O Estado de S. Paulo, sem merecer fênelum desmentido da Light, que, teoricamente, poderia suspender o fornecimento aos prédios com sobrecarga de energia elétrica.

A Light limitou-se a dizer que não tem nada com isso, que sua função é fornecer energia. O paulistano menos afobado poderia parar um pouco para perguntar-se, já que paga impostos de todos os gêneros e graus, além das prosaicas taxas de condomínio: "Mas será que não há ninguém que tenha alguma coisa a ver com isso"?

O clausal silêncio que se seguiu à denúncia parece ser suficiente para lhe responder que não.

O importante, hoje, é ocupar o solo, o mais que se puder, a qualquer custo, mesmo que seja o do já esquecido custo de uma vida — ou de 200, como foi no Joelma em fevereiro e poderá ser amanhã em qualquer desses fantásticos monumentos de concreto, aço e vidro do centro da cidade.

É muito difícil nesse processo identificar vítima e réu. Os que se consideram vítimas vão se queixar a quem? Os que podem ser considerados réus serão punidos por quem? Quando as chamas ainda ardiem no Joelma o prefeito Miguel deu dezenas de entrevistas aos jornais dizendo que era tudo "uma fatalidade". E, a julgar pela expressão das pessoas que assistiam à grande tragédia, era mesmo.

Não era muito diferente a reação desses paulistanos àquela de alguns pescadores de Arembepe, que, às vésperas da grande festa do carnaval, sentados à frente de suas malocas, conversavam sobre nada, olhando o mar à sua frente sem os peixes que a poluição da Tibrás, uma aparentemente ingênua fábrica vizinha, matou.

Matou, morreu. A única diferença talvez seja o conhecimento de uma palavra, hoje quase tão idolatrada como Deus, Iemanjá e Pelé: progresso. Mas, passados 30 e poucos dias, menos de mil horas, quantos ainda se

questionarão diante da singela pergunta: para que, para quem?

Dois funcionários de um escritório de advocacia no edifício Itália (o mais alto da cidade, com seus 45 andares) demitiram-se alguns dias após o incêndio e os pais de algumas recepcionistas do edifício Conde Prates (32 andares) impediram-nas de trabalhar em prédios altos. Os dois casos, exaustivamente explorados pelos jornais, foram as únicas respostas concretas de que se tomou conhecimento.

Seus personagens apenas tomaram a única medida permitida, a seu alcance, para enfrentar a selva onde vivem. Talvez tenham encontrado um lugar mais seguro para trabalhar e dar sua contribuição ao progresso e às exportações — mas, e se todos resolvessem fazer a mesma coisa?

Só resta mesmo fazer perguntas, perplexas, absurdas. As pessoas já estão tão fartas de falar, ler e ouvir desse incêndio do Joelma como fatalmente estarão de futebol depois das 78 horas de transmissão dos jogos da Copa do Mundo, a cores, anunciada pelas redes de televisão.

Era o caso de se repensar o aproveitamento do solo urbano dessa anomalia brasileira chamada São Paulo. Afinal, um incêndio como esse não pode ser atribuído à fatalidade, boa noite, ponto final, vamos inaugurar solenemente mais um abrigo de ônibus no vale do Anhangabaú, uma fábrica em Santo Amaro e um centro esportivo em Pirituba.

A cada dia há cada vez mais brasileiros chegando a São Paulo em busca de uma vida melhor. Essas pessoas vão agravar os dramas da superconcentração da população, com reflexos inevitáveis no superado equipamento de infra-estrutura, que oferece serviços de água a apenas 60% da população e de esgotos a menos de 30%, além de ter uma rede hospitalar incapaz de, com todos os sacrifícios de uma emergência, atender aos feridos de um incêndio, como esse do Joelma. Essas pessoas, se tiverem muita sorte, comprarão seus carros e provavelmente trocarão o curandeiro pelo psiquiatra, depois de provocarem a construção de mais um viaduto superado seis meses após sua inauguração solene e de justificarem algumas dezenas de absolutamente inúteis modificações no sistema viário.

Amanhã, depois de amanhã, a semana, o mês e o ano todo chegarão à Estação do Norte mais operários não especializados para construir novos Andraus e Joelmas, quem sabe algumas Tibrás. Não verão peixes mortos, porque já não os há vivos, mas

talvez pessoas que, na véspera, compravam jornais para saber se a contusão de Mirandinha é grave mesmo e não tiveram tempo, porque se somaram aos 7,3 milhões de cidadãos indefesos, quase todos bons e de uma ambição ingênua, que um dia — é muito difícil explicar por que — resolveram reunir-se num planalto, onde a cada dia há as quatro estações do ano abençoando ou amaldiçoando as novas obras, sempre impregnadas de um cheiro ruim que recentemente denominou-se poluição para o orgulho de todos aqueles sonhadores que se fazem surdos à aberraçao do barulho do subdesenvolvimento do progresso. Ou haverá algum desenvolvido de fora que aqui vive e não imaginou lá no seu cantinho que o fogo do Joelma, a

poluição da Tibrás, o insolúvel trânsito dos coelinhos Volkswagen ou a devastação das matas do sul da Bahia só nos são oferecidos porque lá, simplesmente, não havia mais lugar?

Há séculos de cultura nos separando do bem e do mal, do conhecimento dos limites da construção que beiram a destruição — e não serão, certamente, os vendedores de *sprinklers* (equipamentos antiincêndios constituídos de chuveirinhos instalados nas lajes, que disparam automaticamente com a elevação da temperatura ambiente) repentinamente despejados aos magotes por todas as grandes cidades brasileiras que nos irão mostrar as veredas salvadoras das tragédias. (Ricardo Kotscho)

Previdência As dúvidas do seguro-saúde

O deputado Haroldo Lopes da Costa, médico, mineiro, informou que vai formular ao governo federal uma sugestão no sentido de ser instituído, no país, o seguro-saúde, como melhor fórmula para resolver o grave problema da assistência médico-hospitalar à população brasileira da cidade e dos campos.

A notícia não esclarece se o seguro-saúde, a ser proposto, deverá ser universal, abrangendo toda a população, ou se deverá abranger determinados contingentes demográficos; se o seguro-saúde deverá ser compulsório ou facultativo; se deverá ser governamental ou privado; se deverá ter caráter social ou deverá se revestir de finalidade lucrativa. O desconhecimento dessas especificações, fundamentais para uma avaliação de natureza técnica, impossibilita qualquer pronunciamento a respeito das qualificações do projeto.

Entretanto, o autor da proposição afirma, com toda segurança, que, "com o seguro-saúde, haveria grande estímulo na criatividade dos profissionais, que procurariam, ao contrário do que acontece atualmente, os meios mais propícios ao desenvolvimento do seu trabalho, com aprimoramento de qualidade e eficiência". Em outras palavras, os médicos que exercem as suas atividades na estrutura da medicina institucional estariam se descurando da tarefa de atualização dos seus conhecimentos científicos.

Essa conclusão carece de qualquer fundamento, conforme ficou comprovado pela pesquisa realizada pelo Núcleo Integrado de Estudos dos Recursos Humanos para a Saúde (NIERSH), com a participação efetiva da Associação Brasileira de Escolas Médicas (ABEM). Os resultados da pesquisa revelam que, em 1970, 77,5% dos médicos da Guanabara mantinham vínculo empregatício com instituições oficiais e que 30,3% recebiam salário de empresas particulares. Um pouco mais da metade (56,7%) dos médicos ouvidos na pesquisa fez referência ao exercício de atividades em clínica privada, mas apenas 12,1% possuíam consultório próprio, revelando o estudo que tão somente 3,1% dos médicos viviam unicamente com os proventos recebidos da clínica privada. A ser verdadeira a hipótese do ilustre deputado autor do projeto de seguro-saúde, os profissionais da Guanabara não estariam interessados em aprimorar a qualidade e eficiência do seu trabalho.

A pesquisa, não obstante, mostrou que, "de cada quatro médicos em atividade na Guanabara, três possuíam pelo menos um curso de atualização ou especialização ou aperfeiçoamento". Tais cursos, cuja duração variava de três meses a três anos, somaram a mais de 26.200, dos quais 13.400 foram realizados na década de 60, nas mais variadas especialidades, desde os mais frequentes, como os cursos sobre pediatria, cardiologia, nutrição e ginecologia, até os mais raros, como os

cursos sobre angiologia, eletroencefalografia, medicina aeroespacial e genética.

Tais informações, procedentes de instituição idônea, invalidam qualquer idéia preconceituosa de que os médicos do serviço público estariam desestimulados para o estudo, sendo necessária a implantação do seguro-saúde para incentivá-los ao aprimoramento técnico e científico. O outro argumento, referido para fundamentar a sugestão no sentido de implantar o seguro-saúde, seria assegurar ao paciente o direito de escolha do médico e do hospital de sua preferência. Na realidade e na prática, a expressão "livre escolha" esconde, de fato, o sistema de pagamento de honorários médicos "por unidade de serviço", isto é, pela quantidade de atos médicos e cirúrgicos praticados.

As experiências nacionais e estrangeiras demonstram que o regime de pagamento por unidade de serviço cria uma série de descaminhos éticos que geram a mercantilização da medicina. Muitos episódios, os mais desprimorosos, têm sido amplamente divulgados na imprensa diária, desde o aumento injustificado da incidência das operações cesarianas até a prática de intervenções cirúrgicas de indicação duvidosa, notadamente as de amídalas, apêndices e ortopédicas.

Na vigência do Plano Nacional de Saúde, em 1968, na cidade fluminense de Nova Friburgo, o regime de pagamento por unidade de serviço criou um clima de ansiedade entre os profissionais que levou o presidente da Sociedade Médica local a afirmar que o sistema representava "um estímulo à desonestidade, um desestímulo ao trabalho e queda absoluta do padrão técnico do médico". No Plano-Piloto de Goiás, ficou notória a multiplicação de determinados atos médicos, obrigando a um pronunciamento do ministro do Trabalho e Previdência Social, Júlio Barata, na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, manifestando a sua justificada estranheza.

A dinâmica do sistema lembra os antigos contratos de construção de estradas de ferro, cujas empresas recebiam o pagamento por quilômetro construído, razão pela qual não raramente o traçado das ferrovias fazia tantas voltas que passava, depois de longa distância, pelo mesmo ponto, contornando pequenos montes e discretas elevações do terreno.

Nos Estados Unidos da América do Norte a questão atingiu tais níveis que permitiu a Fred J. Cook publicar um livro, com 372 páginas, relatando os vícios, inconveniências e desvantagens do sistema: *The Plot Against the Patient*.

O seguro-saúde, não obstante possa ter sua viabilidade de implantação estudada, deverá excluir, por inteiro, o regime de livre escolha e pagamento por unidade de serviço, ressaltando-se que a experiência demonstrou que, no particular, o setor privado não tem condições para substituir a ação governamental. (Carlos Gentile de Mello)

Há razões para que a agricultura receba especial atenção do governo Geisel:

• 1 — Para manter as elevadas taxas de crescimento da economia brasileira, superiores a 10% a partir de 1969, é preciso acelerar o modesto aumento de 4,2% da produção agropecuária do ano passado, para compensar uma possível diminuição do ritmo de expansão industrial devido à crise do petróleo, falta de mão-de-obra, etc.

• 2 — Para que as exportações — constituídas basicamente de produtos agrícolas — continuem crescendo rapidamente (fundamental para evitar problemas graves com o balanço de pagamentos) é preciso criar quantidades cada vez maiores de excedentes exportáveis de matérias-primas e alimentos.

• 3 — É necessário também incrementar a produção agrícola para atender ao mercado interno e evitar as crises de abastecimento que se agravaram desde o ano passado, atingindo a carne, o leite, o óleo e outros produtos.

Para promover o crescimento da agricultura brasileira, considera-se que existiam duas opções básicas. Uma delas seria fazer uma rápida reforma agrária, que atingisse a estrutura da posse da terra e removesse os obstáculos que impedem um maior desenvolvimento da produção agrícola — o principal dos quais sendo exatamente o monopólio da propriedade da terra por uma pequena minoria de grandes proprietários, em oposição a uma grande maioria de camponeses sem terra ou vivendo em minifúndios. A segunda é a lenta modernização do campo, sem provocar convulsões na estrutura da propriedade da terra, mas introduzindo novas técnicas de cultivo, fertilizantes e máquinas, com o objetivo de ir aumentando a produtividade agrícola.

Na opinião de três respeitados economistas especializados em agricultura (1), o primeiro caminho foi praticamente abandonado no país. Observam eles: "Como se lê no Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária (de dezembro de 1971), o indicador válido para aferir a eficiência de um processo agro-reformista é o número de famílias efetivamente beneficiadas com a redistribuição de terra agrícola de propriedade privada; e a julgar pelos cálculos da equipe técnica dessa Associação os resultados foram praticamente insignificantes, pois no período 1964-71 apenas 4.327 agricultores foram beneficiados por essa distribuição, nos 13 projetos executados em oito Estados do país", pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). Isso significa que foram atendidos apenas 0,4% dos possíveis beneficiários de uma reforma

(1) Ruy Miller Paiva, Salomão Schattan e Claus Treuch de Freitas, O Setor Agrícola no Brasil, Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, SP, 1973.

agrária que, segundo cálculos de J. Gomes da Silva (2), seriam 162 mil famílias por ano.

Em 1971 surgiu um novo plano para promover a reforma agrária: o PROTERRA (Programa de Redistribuição e Estímulo da Agro-Indústria do Norte e Nordeste) com o qual o governo pretendia, entre outras finalidades, promover a redistribuição da terra, na Zona da Mata em Pernambuco, Zona do Brejo na Paraíba e nos Sertões de Quixeramobim no Ceará. Os resultados desse programa até agora são, no entanto, também modestos: foram distribuídos apenas 380 títulos de propriedade nos Estados de Pernambuco e Ceará.

A modernização

A hipótese da reforma agrária encontra-se portanto praticamente "arquivada". Os principais programas e projetos prioritários para o campo visam a modernização. Por modernização entende-se melhoria do nível tecnológico, ampliação dos serviços, aumento da produção de sementes selecionadas, estímulo à utilização de adubos e fertilizantes. A modernização de fato ocorreu e pode ser parcialmente comprovada pelo uso de insumos, principalmente adubos e fertilizantes, e o uso de tratores. A utilização de fertilizantes nos últimos anos vem se elevando rapidamente, tendo crescido 38,5% ao ano no quadriênio 1967-70; 12,7% em 71 e 34,5% em 72. O uso de tratores também evoluiu bastante, alcançando um total de cerca de 250 mil unidades em 1973, contra 156.692 em 1970 e 61.345 em 1960.

Apesar de todo esse esforço de modernização, um estudo de um economista norte-americano publicado recentemente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do Ministério do Planejamento (3) comprova que até 1969 o aumento da produção agrícola no Brasil foi consequência principalmente do aumento da área cultivada, a chamada expansão da fronteira agrícola. Calculando-se as proporções em que a expansão da área e o aumento do rendimento contribuíram para a elevação da produção das 23 principais lavouras no

(2) A Reforma Agrária no Brasil, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971.

(3) George Patrick, Sources of Growth in Brazilian Agriculture: The Crop Sector, IPEA (a sair).

Agricultura Um campo de batalha

A agricultura será a grande arena econômica do governo Geisel. Quais serão os grandes perigos e os grandes inimigos do governo nesse campo?

Brasil nos últimos dois decênios, chega-se à conclusão de que para o país como um todo (com o café incluído) 91,9% do aumento da produção nos períodos 1948-50 e 1967-69 se devem à expansão da área, e apenas 20,2% ao aumento nos rendimentos (quantidade produzida por hectare cultivado) (4).

A indicação de Alysson Paulinelli — que se notabilizou na Secretaria de Agricultura de Minas Gerais pelos seus esforços para modernizar a agricultura do Estado — para ministro da

estímulo foi dado aos produtores de tratores pelo Ministério da Fazenda e Secretarias estaduais da Fazenda, que isentaram de ICM na saída das fábricas os motores e engrenagens utilizados na produção de tratores, o que resultou em nova redução de 3 ou 4% no preço final. Somadas às isenções do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), houve uma redução média de 22% no preço final da máquina para o consumidor.

Graças a essas medidas, às injeções de crédito rural, à garantia de preços



Agricultura do governo Geisel parece ser um indicador seguro de que o governo federal pretende acelerar a modernização. Seus planos podem ser dificultados, no entanto, por dois problemas muito sérios: a produção de tratores e a obtenção de fertilizantes.

A falta de peças

"Vítimas da descapitalização e perda de dinamismo da agricultura, os fabricantes de tratores representavam um dos setores mais críticos da indústria mecânica brasileira", afirmava em setembro de 1971 a revista Exame. Em 1967, por exemplo, a produção brasileira de tratores foi de 8.500 unidades, depois das 13.200 de 1964. Houve uma recuperação em 1968, quando foram produzidos 12.400 tratores de todos os tipos, seguida por uma nova queda em 1969, quando se fabricaram apenas 11.900.

A partir de 1970, o setor começou a ter um desempenho melhor. O governo isentou do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) a saída de tratores das fábricas. O resultado foi uma redução de 9 a 12% do preço ao consumidor. Em abril de 71, novo

mínimos aos agricultores, à forte elevação da demanda interna e externa de matérias-primas e alimentos, etc., que beneficiaram a agricultura (que consome 90% dos tratores produzidos no Brasil), a procura de tratores aumentou rapidamente e em 1970 foram produzidas 16.710 unidades, em 71 cerca de 25.500, em 72 quase 35 mil e no ano passado 43 mil — sendo 36.000 de quatro rodas, 4.900 de duas rodas (motoniveladoras) e 1.500 de esteiras.

Apesar dessa evolução favorável, nem tudo parece tranquilo para a indústria de tratores, porque, se até 1969 ela esbarrava numa demanda insuficiente, a partir do ano passado passou a enfrentar um outro tipo de problema: a falta de matérias-primas e componentes, que provavelmente se estenderá por todo o ano de 1974 frustrando seus planos de produzir 56 mil unidades.

A quem sacrificar?

Em reunião com o ministro Delfim Netto, no mês passado, os produtores de tratores não só reclamaram da falta de produtos siderúrgicos, vidros, pneus, plásticos, materiais elétricos e outros insumos como também da escassez de motores, engrenagens, caixas de câmbio, eixos de transmissão, diferenciais e embreagens, provocada pela incapacidade da indústria de autopeças de atender às suas encomendas de componentes. Para solucionar o problema, a indústria de tratores queria que o governo fizesse

uma opção, garantindo-lhe a preferência, em prejuízo da indústria automobilística, para a obtenção de autopeças. O diretor de uma fábrica de tratores afirmou, por exemplo, que "para sustentar o nível de consumo crescente que experimenta pelo seu desenvolvimento econômico, o país tem de escolher a quem sacrificar: ou o conforto urbano do qual o carro representa a coroação, ou o estímulo à produção rural, onde o trator tem papel preponderante a desempenhar".

Não querendo, no entanto, sacrificar a indústria automobilística, o ministro Delfim Netto defendia a importação de 10 mil tratores para complementar a produção nacional e atender à demanda. Os industriais do setor faziam, no entanto, restrições a essa solução. Para Ahti Karasto, da Valmet do Brasil (grupo finlandês), "a importação de tratores seria uma decisão errada, pois voltaríamos ao problema dos anos 50, quando o agricultor sofria as consequências da falta de assistência técnica". Ronald Menko, gerente de marketing da Massey-Ferguson (canadense), afirmava por sua vez que "uma importação indiscriminada pode trazer riscos como a falta de assistência, o surgimento de atravessadores e aproveitadores no mercado e a importação de máquinas desconhecidas".

Na reunião com os fabricantes, o ministro Delfim Netto já havia mudado de idéia. "Quem disse que fomos importar tratores fui eu, mas prefiro achar outros caminhos que permitam produzir as máquinas aqui mesmo", disse. Ficou acertado, então, que a indústria de tratores levaria ao Conselho de Política Aduaneira a lista dos componentes e peças que os fabricantes de autopeças não têm condições de fornecer nas quantidades necessárias, e que poderão ser importadas com isenção de impostos. Essa relação ao que parece já está pronta e está sendo estudada pelo Sindicato Nacional da Indústria de Autopeças para que este manifeste sua incapacidade de entrega e concorde com a compra no exterior.

Dificuldades também no exterior

Apesar da esperada liberação das importações, alguns fabricantes de tratores acreditam que o setor terá sérias dificuldades este ano: não está fácil obter peças, componentes e outros insumos no mercado internacional, onde há forte demanda devido à necessidade de rápido aumento da produção agrícola mundial. Esses industriais citam como exemplo o caso dos pneus para tratores, que apesar da liberação das importações continuam em falta. Segundo eles, a indústria de tratores precisa comprar no exterior este ano 38 mil pneus e dificilmente conseguirá obtê-los.

A falta de peças, componentes e insumos talvez seja suavizada, no entanto, por um fator que os fabricantes de tratores não demonstram estar levando muito em consideração: o aumento da compra de tratores poderá não se elevar tão rapidamente quanto nos últimos anos, porque, ao que parece, em 74 a aquisição de um trator custará ao produtor agrícola uma quantidade maior de produtos vendidos do que no ano passado.

No período 1967-72 a elevação dos preços dos produtos agrícolas, as isenções de impostos concedidas aos fabricantes de tratores, os aumentos anuais dessas máquinas inferiores à taxa de inflação, etc. tornaram cada vez mais fácil ao produtor agrícola adquirir um trator. Em 1967, por exemplo, ele poderia comprar um trator com a importância correspondente a 727 sacas de 60 kg de arroz em casca, ou 343 sacas de café beneficiado, ou 1.105 sacas de soja. Em 1972, o mesmo trator seria obtido com apenas 518 sacas de arroz, ou 116 de café beneficiado, ou 681 sacas de soja. "Ocorre que essa tendência favorável ao produtor possivelmente não se verificará mais este ano", afirma a Gazeta Mercantil de São Paulo. Devido aos elevados preços dos componentes importados, à escassez

continua na página ao lado

POUCOS FERTILIZANTES NA TERRA CONSUMO (EM QUILOS) EM ALGUNS PAÍSES

Países	Ano	Consumo por hectare arável
Brasil	1970	29,2
Nova Zelândia	1967	448,5
Formosa	1967	282,7
França	1966	167,1
Israel	1967	113,0
Itália	1967	73,8
Estados Unidos	1964	54,6
Espanha	1967	46,0
Índia	1965	4,7

Poucos países apresentam um consumo de fertilizantes por hectare cultivado inferior ao do Brasil. 29,2 quilos em 1970 em comparação com 448,5 quilos na Nova Zelândia, 167,1 quilos na França e 46 na Espanha. O consumo brasileiro é muito baixo, principalmente levando-se em consideração que há em nosso país vastas áreas de terras relativamente férteis cujo aproveitamento exige a aplicação de calcários e fertilizantes.

Fonte: Sindicato de Adubos e Colas no Estado de São Paulo e Production Yearbook, FAO, 1968.

(4) Como se pode observar a soma desses valores alcança 112,1 quando deveria alcançar 100. No entanto, na análise dos fatores que influíram na elevação da produção agrícola, o autor considera outros itens que, segundo ele, tiveram comportamento negativo. A soma de todos esses fatores é que é igual a 100.

continuação da página ao lado

interna de certos insumos, etc. prevê-se que o preço dos tratores — atualmente entre 26 mil cruzeiros (menores e 46 mil (maiores) — venha a aumentar mais do que o de boa parte dos produtos agrícolas.

Fertilizantes: a dependência externa

O consumo de fertilizantes químicos no Brasil (nitrogênio, fosfato e potássio), apesar de ter aumentado rapidamente nos últimos anos, ainda é bastante baixo e limitado a algumas regiões e determinadas culturas, tendo atingido em 73 cerca de 2 milhões de

Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), engenheiro Drummond Gonçalves, 75% dos fertilizantes nitrogenados, 50% dos fosfatados e 100% dos potássicos que o Brasil usou em 1973 vieram dos Estados Unidos.

A situação no mercado mundial mudou radicalmente nos últimos dois anos. Até 1972 havia excesso de oferta de fertilizantes e as grandes empresas internacionais vendiam seus produtos a preços de *dumping* (ou seja, a preços que não cobriam sequer os custos de produção). Essa prática e a agricultura tradicional, pouco interessada em novas técnicas e no uso racional do solo, explicam por que a indústria nacional de fertilizantes é até hoje tão modesta.

A partir de 1972, no entanto, os preços dos fertilizantes começaram a explodir no mercado mundial. As cinco principais matérias-primas do setor importadas pelo Brasil tiveram seus preços profundamente alterados: de outubro de 1972 a agosto de 1973 o fosfato natural subiu de 17 para 28 dólares a tonelada, o fosfato de amônia aumentou de 40 para 60 dólares a tonelada, a uréia saltou de 54 para 110 dólares a tonelada e o superfosfato triplo subiu de 72 para 110 dólares a tonelada. Para alimentar um hectare de terra regular com uma tonelada de adubo, os fornecedores de cana de açúcar de São Paulo precisaram gastar no ano passado 446 cruzeiros. Este ano, à mesma quantidade de fertilizante só poderá ser adquirida por no mínimo 1.097 cruzeiros, sem contar com as eventuais altas de preços que venham a ocorrer durante o ano. Segundo técnicos do governo, o aumento dos preços dos fertilizantes esperado para 1974 (em torno de 300%) e a incipiente produção nacional, além do fato de que o produto brasileiro sairá mais caro do que o importado, tornarão praticamente impossível ao agricultor médio a aquisição de fertilizantes de acordo com as suas necessidades.

Mas por que motivos os preços dos fertilizantes se elevaram tão rapidamente? "Um deles é o transporte marítimo. Fertilizante é produto pouco atraente para os armadores, que o aceitam apenas quando não há carga mais rendosa. A atração de outros setores reduziu as disponibilidades de navios e as consequências disso foram que o preço do transporte de uma tonelada métrica de fertilizantes subiu de 10/12 dólares para 25/30 e que a sobre-estadia no porto, por atraso de descarga, subiu de 2/3 mil dólares para até 7 mil dólares/dia", afirma Drummond Gonçalves. Um outro motivo é a elevação dos preços do petróleo — essencial para a produção de diversas matérias-primas que são utilizadas na fabricação de fertilizantes. E um terceiro motivo é a recente tendência nos Estados Unidos para aumentar a produção de cereais. "Terras que nunca se pensou que fossem cultivadas estão cobertas de trigo. E para levá-las a isso não resta dúvida de que o consumo de fertilizantes foi pelo menos duplicado.

Espera-se que 4 a 5 milhões de hectares sejam incorporados nessa nova produção de cereais nos Estados Unidos e para isso eles vão ter que usar 4,1 milhões de toneladas — muito mais do que o consumo do Brasil inteiro", diz Drummond Gonçalves. Além disso o governo americano retirou o controle de preços dos fertilizantes dentro do país: até pouco tempo os preços do adubo nos EUA eram 50% inferiores aos do mercado internacional, o que incentivava a exportação.

Situação delicada

Para o Brasil, não há a mínima possibilidade de uma redução a curto prazo da dependência das importações, sem prejudicar os planos de produção agrícola. Embora a fabricação de nitrogenados (que no ano passado alcançou 140 mil toneladas) e a de fosfatados (que foi de 323 mil toneladas em 73) devam aumentar rapidamente nos próximos anos, devido à ampliação e à entrada em funcionamento de diversas unidades industriais (5), calcula-se que em 1980 o Brasil ainda estará produzindo apenas 70% dos fertilizantes que deverá consumir.

A elevação dos preços dos fertilizantes no mercado mundial e a dependência das importações deixam a agricultura nacional numa situação bastante delicada porque, segundo técnicos do Ministério da Agricultura, "se o agricultor em razão dos preços altos deixar de usar o adubo em sua plantação, o resultado será uma redução em 30% do total da colheita". Embora essa afirmação seja provavelmente um pouco exagerada, não há dúvida de que a utilização de fertilizantes é fundamental para a agricultura brasileira. Segundo a opinião dos economistas Ruy Miller Paiva, Salomão Schattau e Claus Treuch, "as áreas de terra de elevada fertilidade natural esgotaram-se de há muito nas regiões nordeste e sudeste, e nos últimos 20 anos estão sendo exploradas intensamente as melhores terras do país na região sul. As áreas de terras roxas constituem hoje um "bem raro" e extremamente disputado. Há, por outro lado, vastíssimas áreas de terras relativamente fracas, cujo aproveitamento exige a aplicação de calcários e fertilizantes, representadas principalmente pelas zonas de cerrado, caatingas e incluindo-se, também, praticamente toda a Amazônia. Adubos a baixo preço é condição *sine qua non* para a utilização dessas áreas e para que seus produtos possam competir no mercado interno ou internacional". (6)

Ao que parece a única solução para evitar uma queda no consumo de fertilizantes é o governo passar a subsidiar (ou seja, arcar com parte dos custos da importação). A questão central, no entanto, é saber se o governo teria condições (ou estaria disposto), e por quanto tempo, de arcar com uma despesa desse tipo, porque segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) não deverá haver qualquer tendência de baixa nos preços dos fertilizantes nos próximos dois anos.

(5) Os projetos mais importantes em andamento são: o da Petrofertil que já produz 200 toneladas por dia de amônia e passará a produzir mil a partir de 1976. A Arafertil, que no momento produz 200 mil toneladas por ano de fosfato natural, alcançará 800 mil toneladas em 76. Entre projetos em fase de implantação ou estudo estão o da Coperbrás (em Cubatão) que irá produzir ácido fosfórico e superfosfatos, três projetos gaúchos para produção de ácido fosfórico (Cia. Riograndense de Adubos — 240 mil toneladas/ano, Ciperb — 240 mil toneladas/ano e Uniagro — 400 mil toneladas/ano) e um projeto catarinense — o da Indústria Carboquímica Catarinense, que iniciou o único projeto brasileiro de produção de enxofre a partir de carvão. Isso resultará uma fábrica de ácido sulfúrico com capacidade para 300 mil toneladas/ano, que será transformado em 220 mil toneladas/ano de ácido fosfórico.

(6) O Setor Agrícola no Brasil.

Países desenvolvidos Confirmando as previsões

Os resultados de 1973 e as previsões para 1974 nos países adiantados

PIB		EXPORTAÇÕES			
	73	74			
Estados Unidos	5,9%	0%	Estados Unidos	23,5%	10,5%
Alemanha Ocid.	5,5%	0,75%	Alemanha Ocid.	20%	7,5%
Japão	10,4%	1,75%	Japão	5%	5%
França	6,3%	4,25%	França	12,5%	7,5%
Grã-Bretanha	5,6%	7%	Grã-Bretanha	16,5%	5%
Canadá	7%	4,25%	Canadá	9,5%	6,5%
Itália	5,2%	5%	Itália	6%	14,5%

CUSTO DE VIDA		IMPORTAÇÕES			
	73	74			
Estados Unidos	5,2%	8,5%	Estados Unidos	5%	-1%
Alemanha Ocid.	7,2%	8,5%	Alemanha Ocid.	9,5%	4%
Japão	11,5%	16,5%	Japão	26,5%	7,5%
França	7,4%	12,7%	França	15%	7%
Grã-Bretanha	8,5%	12,5%	Grã-Bretanha	15%	5%
Canadá	5,4%	8%	Canadá	13,5%	6,5%
Itália	10,7%	13%	Itália	14,7%	7%

Diminuição do crescimento, aceleração da inflação, deterioração da balança de pagamentos e encolhimento do consumo interno — estes são os efeitos que a alta dos preços do petróleo provocará nos principais países industrializados, segundo um relatório recentemente concluído pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico — OCDE — que reúne as nações capitalistas avançadas.

O relatório prevê que, no conjunto dos países industrializados, o aumento dos custos da energia exercerá um efeito negativo no nível da demanda, o que, por sua vez, poderá afetar os níveis de emprego. As taxas de crescimento previstas para o Produto Interno Bruto são baixíssimas — e até mesmo negativas — para quase todos os países considerados: o PIB dos Estados Unidos deverá registrar um crescimento zero, o da Alemanha Ocidental 0,75%, o da Grã-Bretanha 2,5% (negativo) e o do Japão 1,75%. Para uma taxa de crescimento entre 4 e 5%, estão os PIBs da França, Canadá e Itália.

Em compensação, a inflação poderá

bater recordes em 1974: o índice de preços ao consumidor deverá ser igual ou superior a 8% nos Estados Unidos, Canadá, Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha (12,5%), França (12,7%), Itália (13%), sendo que no Japão o aumento previsto para o custo de vida — 16,5% — supera a taxa oficial calculada para o Brasil no ano passado, que foi de 13,7%.

O relatório da OCDE considera que, para evitar as consequências negativas da crise energética, seria necessário um acentuado crescimento das exportações — hipótese muito difícil de ocorrer, segundo os técnicos da organização, em virtude do esperado arrefecimento das trocas internacionais no decorrer desse ano.

Dentre as previsões feitas pela OCDE há uma que deverá — se for confirmada pelos fatos — prejudicar particularmente os países subdesenvolvidos: o pequeno índice de crescimento das importações dos países industrializados. Assim, por exemplo, prevê-se que as compras dos Estados Unidos no mercado internacional em 1974 deverão ser 1% inferiores às do ano passado.

toneladas, contra 1.515 mil em 72 e 987.567 em 70.

Poucos países apresentam um consumo inferior ao do Brasil, em termos de fertilizantes por hectare cultivado: a relação aqui era de 29,2 quilos em 1970, em comparação com 448,5 quilos na Nova Zelândia; 167,1 quilos na França; 113 em Israel e 46 na Espanha (todos em 1967). Em 70, no entanto, a situação dos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul, com consumos de 72,8 e 46,6 quilos de fertilizantes por hectare cultivado, respectivamente, já se assemelhava à de países como a Itália e a Espanha, mas a das regiões norte e nordeste era péssima, com apenas 5,6 quilos.

Apesar de utilizar pouco fertilizante, o Brasil poderá ter problemas gravíssimos este ano para obter as 2.500 mil toneladas que necessitará para atender à demanda interna, porque importa a maior parte do que consome dos Estados Unidos e há grande escassez de nutrientes — nitrogênio, fosfato e potássio — no mercado internacional. No ano passado a produção nacional representou apenas 28,6% do consumo interno e as importações 71,4%. Segundo o presidente da Associação

POUCOS TRATORES NA TERRA

UTILIZAÇÃO DE TRATORES EM ALGUNS PAÍSES

Países	Ano	N.º total de tratores	N.º de hectares aráveis p/ cada trator
Brasil	1970	156.592	218
URSS	1967	1.738.000	139
Espanha	1967	1.80.717	113
Itália	1967	509.234	30
Estados Unidos	1967	4.820.000	27
França	1966	1.051.173	19

O número de tratores existentes no Brasil em 1970 era muito pequeno, não só em relação a países que têm grande extensão territorial (URSS, EUA), como também em comparação com nações que têm uma área muito menor do que a nossa — caso da França e da Espanha. Devido a isso, para cada trator que há no Brasil existem nada menos que 218 hectares de terra arável, contra apenas 139 na URSS, 27 nos Estados Unidos e 19 na França.

Fonte: Production Yearbook, FAO, 1967. Para o Brasil, Divisão de Levantamento e Análises Estatísticas do Instituto de Economia Agrícola.

ULTIMOS LANÇAMENTOS DA PAZ E TERRA

- JAPÃO, O CAPITAL SE FAZ EM CASA de Barbosa Lima Sobrinho Cr\$ 25,00
- POPULAÇÕES MERIDIONAIS DO BRASIL de Oliveira Viana Cr\$ 30,00
- O SEGREDO DA MACUMBA de J. Lapassade e Marco Aurélio Luz Cr\$ 15,00
- CRITICA E DOGMATISMO NA CULTURA MODERNA de Lucien Goldmann Cr\$ 20,00
- CONHECIMENTO DO BRASIL de Wilson Chagas Cr\$ 12,00
- O ESTRUTURALISMO E A MISÉRIA DA RAZÃO de Carlos Nelson Coutinho Cr\$ 20,00
- O DRAMA DA CLASSE MÉDIA de Bolívar Costa Cr\$ 25,00
- PAZ NA TERRA de Leda Barreto Cr\$ 40,00

EDITORA PAZ E TERRA
Av. Rio Branco, 156 — 12.º s/1222 Tel.: 242-7395
RIO DE JANEIRO — GB

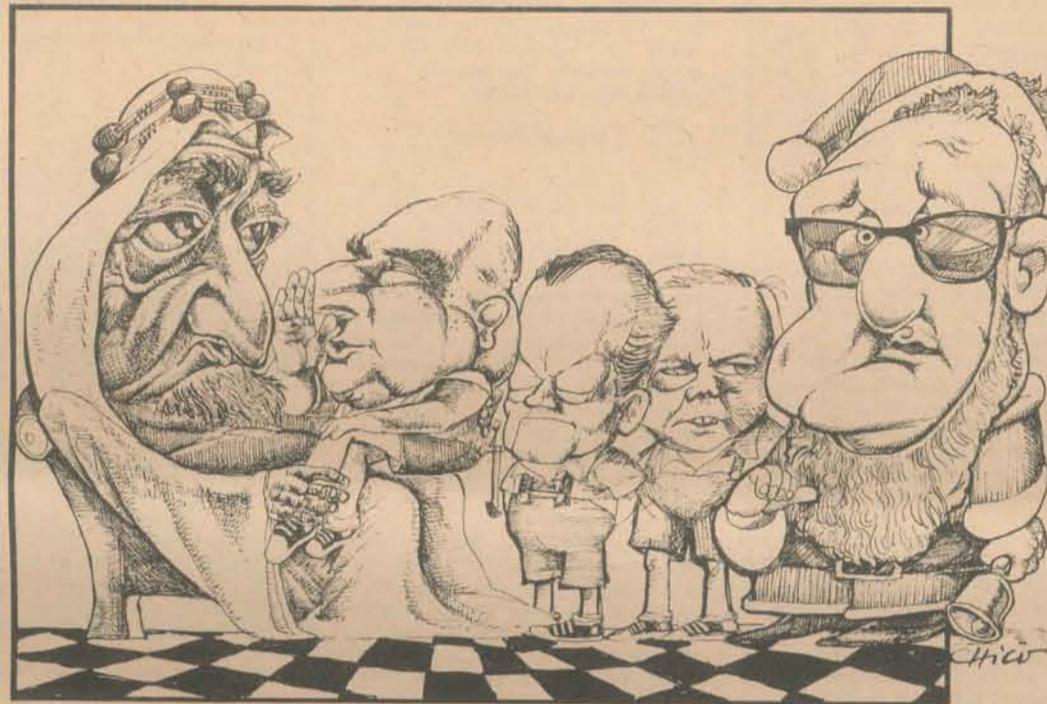
Petróleo A "batalha" dos acordos bilaterais

A estratégia norte-americana, habilmente delineada na conferência dos 13 maiores países consumidores, realizada no mês passado em Washington, de apelar para uma ação conjunta dos grandes consumidores e condenar a política que europeus e japoneses vinham adotando desde o início da crise petrolífera — a de tentar superá-la através de contatos e acordos bilaterais com os países produtores — parece que não está caminhando da maneira que o secretário de Estado Henry Kissinger gostaria. Em documento divulgado dia 4 de março em Bruxelas, os países do Mercado Comum Europeu revelaram a intenção de estabelecer uma política de cooperação direta com os árabes nos setores energético, econômico e científico. Isso significa que os europeus pretendem levar adiante sua política de estabelecer acordos bilaterais com os países do Oriente Médio.

Embora o ministro das Relações Exteriores da França, Michel Jobert, tenha declarado que a atitude do MCE não significa oposição a quem quer que seja, mas marca o início da política europeia estabelecida em dezembro do ano passado visando uma maior aproximação com os árabes, parece muito provável que as relações entre os Estados Unidos e a Europa Ocidental deverão se agravar.

A primeira reação americana ao documento do MCE foi razoavelmente truculenta. Depondo perante a Comissão de Finanças do Senado três dias após a reunião de Bruxelas, o secretário de Estado, Henry Kissinger, numa resposta direta aos europeus, afirmou que "como consequência da crise energética as nações estão caindo na tentação de resolver seus problemas de modo unilateral e de fazer acordos bilaterais. Isso certamente não pode ser o caminho de nossa preferência. Como a nação mais poderosa do mundo não comunista, temos o dever de exercer uma liderança responsável. Devemos agir em conjunto com as principais nações comerciais, em defesa do interesse comum". Kissinger lamentou que os europeus não consultaram ou sequer comunicaram com certa antecedência a Washington seus planos de reunir-se separadamente com os árabes.

Kissinger assegurou ao Senado que como chefe da diplomacia americana não pretende relacionar ou mesmo tirar partido da proteção militar que os Estados Unidos dão aos europeus, para facilitar os acordos sobre petróleo ou resolver outros problemas econômicos.



"Defender a Europa significa também defender os Estados Unidos. Nós não mantemos tropas naquele continente como um favor aos europeus". Segundo o *New York Times*, apesar dessas declarações, o secretário de Estado particularmente considera a política dos países europeus "inconsistente" porque ao mesmo tempo que eles defendem a permanência de 300 mil soldados americanos no continente — o que significa continuarem militarmente dependentes dos Estados Unidos — querem atuar com total independência no campo econômico.

Os acordos bilaterais

Apesar de toda a irritação do chanceler americano, a verdade é que a decisão dos países do MCE em Bruxelas apenas confirmou um comportamento que vinha se desenvolvendo na prática. Embora tenham-se comprometido na conferência de Washington a formar uma frente única de consumidores, os países europeus continuaram a estabelecer acordos bilaterais com os árabes, como os que foram feitos pela França e a Itália com a Líbia. Além desses, os europeus já

assinaram diversos outros acordos com os árabes: a França com a Arábia Saudita, Abu Dhabi e Irã; a Inglaterra com o Irã, e a Alemanha Ocidental também com o Irã. O Japão — que importa quase 100% do petróleo que consome — também está desenvolvendo uma decidida política de aproximação com os árabes e já tem acordos com o Irã, o Iraque e a Argélia.

Segundo a revista *Business Week*, "só dois desses acordos parecem assentados e envolvem pequenas quantidades de óleo". Um deles é o da França com a Arábia Saudita, que prevê o fornecimento de 200 mil barris de petróleo por dia a 11 dólares cada um, em troca da construção de uma refinaria com capacidade para 50 mil barris diários. O outro é o da Inglaterra, que vendeu 242 milhões de dólares de equipamentos industriais ao Irã e deverá em compensação receber 100 mil barris diários de petróleo, pelo preço mais baixo que esse país cobrar em 74.

Para a *Business Week*, a política de acordos bilaterais poderá no entanto esbarrar em dois obstáculos. Um deles é a reduzida capacidade para absorver as máquinas, equipamentos, tecnologia, etc. européias ou japonesas. "Que países realmente têm alguma base —

população, água, conhecimentos — para a industrialização? Eles são a Argélia, Irã e talvez o Iraque. Os outros simplesmente não têm a mesma base", afirma um funcionário do governo italiano. O outro é que grande parte da produção petrolífera dos países árabes ainda está em mãos das grandes companhias estrangeiras.

A longo prazo, no entanto, esse segundo obstáculo deverá ser removido porque a tendência dos países árabes é de assumir, progressivamente, o controle acionário das empresas petrolíferas que atuam em seus territórios. A Líbia, por exemplo, já adquiriu 50 por cento ou mais das ações de diversas companhias estrangeiras de petróleo. A Arábia Saudita está tentando adquirir 100% do controle acionário da ARAMCO — o maior consórcio petrolífero integrado por empresas ocidentais no Oriente Médio; o Kuwait deve chegar a um acordo para ficar com 60% da Gulf Oil-British Petroleum; e o Qatar quer adquirir 60% da Shell, Mobil, Exxon e da Cie. Française des Pétroles. Enquanto as empresas privadas vão perdendo pouco a pouco o seu poder, diversas nações — entre elas a Alemanha Ocidental e o Japão — estão criando empresas estatais para lidar diretamente com os países produtores.

Delfim Netto As razões do endividamento

"De 1968 até hoje a dívida externa aumentou de pouco mais de 6 bilhões de dólares, estimando-se que tenha atingido próximo de 13 bilhões de dólares no final de 1973". A informação foi dada pelo ministro Delfim Netto, no discurso que fez durante o almoço realizado em sua homenagem no último dia 6, no Rio, pela Associação dos Exportadores Brasileiros. Deixando claro que o nível de endividamento externo do país não foi resultado de improvisações administrativas, mas fruto de uma política conscientemente assumida, o ministro Delfim Netto disse que "talvez tenha sido no campo das relações econômicas internacionais que o governo do presidente Medici demonstrou, de forma cabal, a coragem de optar pelas soluções racionais". E exatamente uma dessas soluções foi a de acelerar o processo de desenvolvimento através de "captação de poupança externa, noutras palavras, pela absorção de capital dos países que dele podem dispor"... Ele afirmou que, apesar de a dívida ter aumentado quatro vezes de 68 a 73, os compromissos de amortização da dívida — isto é, as prestações que o país deve pagar cada ano — "permaneceram virtualmente constantes: 1,6 bilhão em 1972 e 1,8 bilhão de dólares para 1974".

Esses números, segundo o ministro, revelam que os prazos de vencimento da dívida externa foram administrados de maneira adequada, o que "permitirá ao país continuar recebendo capital do exterior, financiado sob a forma de empréstimos, juntamente com os investimentos diretos, em montantes expressivos".

De certa forma, pode-se resumir o pensamento do professor Antonio Delfim Netto sobre o endividamento externo do país da seguinte maneira:

- ao final de 1973, a dívida externa estava próxima de 13 bilhões de dólares;

- o endividamento progressivo do país foi resultado de uma política racional, que visava absorver capitais excedentes de outros países;

- por isto, o aumento da dívida é "inevitável", para se manter o crescimento econômico; a verdadeira questão se resume a uma correta administração dos prazos de vencimentos, o que vem sendo conseguido;

- assim, apesar das dificuldades que a economia brasileira tiver de enfrentar este ano — como um aumento de cerca de 2 bilhões de dólares somente nas importações com petróleo — o país não terá problemas em seu balanço de pagamentos e poderá continuar recebendo empréstimos do exterior, não importando muito que isso signifique um novo aumento da dívida externa.

Para se entender integralmente o raciocínio do ministro Delfim Netto — e discutir sua validade — seria primeiro necessário conhecer, com certos detalhes, como vêm funcionando as relações econômicas do país com o exterior — cujos resultados são registrados no "balanço de pagamentos". Por exemplo: como entender que o Brasil esteja atualmente aumentando ao mesmo tempo sua dívida externa e seu volume de reservas internacionais? Ou como interpretar a informação de que, segundo os dados do Ministério da Fazenda, o Brasil fechou seu balanço de pagamentos de 1973 com saldo de 2 bilhões e 437 milhões de dólares — situação que, segundo o ministro Delfim Netto, poderá em certa medida se repetir em 74?

Os acordos

Japão-Iraque	Inglaterra-Irã
Crédito de 1 bilhão de dólares para a compra de equipamentos industriais em troca do fornecimento de 180 mil barris por dia de óleo cru e derivados de petróleo.	Venda de 242 milhões em equipamentos industriais em troca de 100 mil barris por dia de petróleo durante um ano.
Japão-Irã	França-Arábia Saudita
Crédito de 1 bilhão de dólares para a construção de uma refinaria com capacidade para 500 mil barris por dia em troca da compra da produção dessa refinaria. Possivelmente um outro crédito de 1 bilhão de dólares para a construção de uma indústria petroquímica.	Crédito para construir uma refinaria de 50 mil barris por dia em troca do fornecimento de 200 mil barris por dia de óleo cru durante três anos.
Japão-Argélia	França-Abu Dhabi
Crédito a longo prazo de 700 milhões de dólares para empreendimentos industriais em troca do fornecimento de 7 milhões de toneladas de gás natural por ano.	Venda de 35 aviões Mirage em troca de óleo cru.
Alemanha Ocidental-Irã	França-Irã
Crédito de 1,2 bilhão de dólares para a construção de uma refinaria com capacidade para 500 mil barris por dia em troca da produção dessa refinaria.	Investimento de 5 bilhões de dólares num complexo industrial e energético em troca do fornecimento de petróleo.

A grande conspiração

Vinte meses depois, a Justiça aponta os primeiros 11 culpados pela série de crimes conhecidos por Watergate

Na madrugada do dia 17 de junho, cinco pessoas foram detidas pela polícia quando, clandestinamente, tentavam instalar aparelhos eletrônicos de espionagem na sede do Comitê Nacional do Partido Democrata, alguns meses antes das eleições presidenciais de 1972. Quatro deles eram cubanos e pertenciam à comunidade anticomunista de Miami; o quinto, que comandava o grupo, James W. McCord, era o chefe de segurança do comitê de reeleição de Richard Nixon. Com eles foi apreendido dinheiro do fundo da campanha para reeleição do atual presidente americano.

O incidente não prejudicou a campanha eleitoral de Nixon, que derrotou o candidato do Partido Democrata, George McGovern, por ampla maioria. Os cinco executores da invasão clandestina de Watergate foram condenados e o mais grave contido é que posteriormente descobriu-se que eles não eram os únicos envolvidos. Altos funcionários do governo Nixon tinham conhecimento da operação e por vários meses tentaram encobrir as investigações. Diante das acusações que envolviam alguns de seus mais próximos auxiliares, Nixon reiteradamente afirmou que ninguém na Casa Branca estava envolvido. Quando as provas começaram a aparecer, incriminando os mais altos funcionários do governo, Nixon recuou e prometeu demitir qualquer de seus assessores que estivesse envolvido no escândalo. Num período de aproximadamente 20 meses de investigações, Nixon teve que recuar cada vez mais, e cada vez mais o círculo de comprometidos se aproximava da presidência.

Há duas semanas um Grande Júri federal (1), composto por 23 cidadãos americanos, acusou formalmente sete auxiliares diretos de Nixon de terem conspirado, corrompido, obstruído a Justiça, cometido perjúrio, mentido ao FBI e outras instituições do governo federal e com falsidades, astúcia,

(1) O Grande Júri é uma instituição sem equivalente judicial no Brasil. É formado por cidadãos que decidem se existem provas suficientes para indiciar uma pessoa. Se o Grande Júri considera as provas conseguidas pela promotoria, a pessoa é então levada a julgamento normal. As sete pessoas indicadas no encobrimento de Watergate e as seis comprometidas com a invasão do consultório do psiquiatra de Daniel Ellsberg serão levadas a julgamento aproximadamente em setembro desse ano.

embustes e por meios desonestos terem defraudado os Estados Unidos. Com isso, a Justiça americana transformava em réus quase toda a última trincheira de auxiliares diretos do presidente Nixon e na mesma oportunidade encaminhava ao juiz federal John Sirica um documento sigiloso que, segundo os jornais americanos, incrimina também o próprio presidente.

Além desse documento, que será mantido sob custódia do juiz federal, possivelmente entregue ao comitê do Congresso dos Estados Unidos que prepara o processo de *impeachment* de Nixon, existem outras evidências circunstanciais de que o presidente venha a ser finalmente alcançado pela crescente espiral de indiciamentos de pessoas ligadas ao governo. Uma delas é a acusação de perjúrio contra H. R. Haldeman, o ex-chefe de *staff* da Casa Branca (cargo correspondente no Brasil ao chefe da Casa Civil da presidência da República). Essa acusação indiretamente é também contra Nixon. Trata-se de uma conversa entre Nixon, Haldeman e John Dean, principal assessor jurídico da Casa Branca. Dean afirmou no seu depoimento perante o Senado americano que investiga Watergate que nessa conversa foi discutido um pedido de dinheiro para silenciar os envolvidos na invasão da sede democrata. Nixon perguntou quanto era exigido e Dean respondeu que aproximadamente 1 milhão de dólares. Todos os presentes à conversa, inclusive Nixon, concordam que houve esse diálogo e que o presidente teria respondido: "Não há problema em conseguir 1 milhão de dólares. Podemos fazer isso". Até aqui, há unanimidade. Depois, na continuação da frase do presidente, é que as versões são tão diferentes quanto é a diferença entre o crime e a inocência. "Mas isto poderia ser errado", teria sido a continuação de Nixon, segundo Haldeman. Dean nega que o presidente tenha dito estas cinco últimas palavras, o que implica colocar Nixon como participante da conspiração para acobertar as ações

(2) Essa afirmação de Haldeman foi feita antes de ser descoberta a existência das gravações dentro da Casa Branca. O Grande Júri tem essa fita e outros documentos que foram obtidos judicialmente pelo juiz John Sirica. A frase "Mas isto seria errado" aparentemente não consta da fita pois o Grande Júri, referindo-se à afirmação de Haldeman, disse no tradicional formalismo jurídico "como ele então, e, naquele local sabia, era falsa".

ilegais e obstruir a Justiça. Haldeman havia afirmado que Nixon dissera as cinco palavras cruciais. Com os dois depoimentos em contradição, sendo a versão de Haldeman confirmada pelo presidente, o Grande Júri no entanto verificou que Dean é que dizia a verdade e, portanto, que Haldeman cometera perjúrio. Logo, Nixon, que apoiara sua versão, também mentia. (2)

Por que então o Grande Júri não prosseguiu em suas investigações para indiciar também o presidente? Várias são as razões: 1) Não existe um precedente jurídico de *impeachment* de um presidente da República por um tribunal comum. 2) O caso poderia ir parar na Suprema Corte prolongando ainda mais a já complicada batalha do Poder Judiciário contra o Executivo. 3) Já existe na Câmara de Representantes (equivalente no Brasil à dos Deputados) uma comissão com o trabalho de *impeachment* em andamento.

No dia seguinte ao indiciamento, um porta-voz da Casa Branca desmentiu que o misterioso documento entregue ao juiz John Sirica fosse o "golpe final" contra o presidente, embora se recusasse a revelar seu conteúdo. O próprio Nixon parece ter-se assustado com essa última investida da Justiça. Numa entrevista coletiva à imprensa, ao ser perguntado se ele considerava as acusações de perjúrio, conspiração e obstrução da Justiça suficientes para o *impeachment* de um presidente, respondeu, ironizando: "Mas eu já parei de bater na minha mulher!". Como tal piada não despertasse nenhum sorriso dos jornalistas presentes, Nixon acrescentou sério: "Trata-se de delitos sérios que justificam o *impeachment*. Mas não creio que a comissão de Justiça da Câmara considere o presidente culpado desses crimes".

Nesses 20 meses de investigações, uma vasta e complexa rede de revelações, escândalos e desmentidos veio à luz. Nixon negou sistematicamente ter conhecimento de fatos que às vezes ocorriam em salas vizinhas à sua, na Casa Branca. Talvez por isso ele tenha constituído um grupo de investigadores, os *plumbers* (encanadores), para descobrir quem fornecia à imprensa documentos comprometedores como os documentos secretos do Pentágono. Ironicamente, foi justamente esse grupo que possibilitou à Justiça obter dados cada vez mais comprometedores da Casa Branca.

Apenas oito dias depois do indiciamento dos sete mais importantes auxiliares de Nixon por acobertar os culpados da invasão de Watergate, mais seis pessoas são

indiciadas, sendo três delas do grupo dos *plumbers*, dessa vez por conspirarem para invadir o escritório do dr. Lewis Fielding. Lewis era na época psiquiatra de Daniel Ellsberg, responsável pela divulgação dos documentos secretos do Pentágono. O grupo que invadiu o escritório era o mesmo de Watergate, e pretendiam encontrar as fichas psiquiátricas de Ellsberg. Caso encontrassem algo comprometedor do ponto de vista da "saúde mental" do paciente as fichas seriam divulgadas para "desmoralizar" Ellsberg.

Mais indiciamentos são esperados para as próximas semanas, relacionados com o "escândalo da ITT" (a ITT teria conseguido cancelar uma ação antitruste do governo em troca de doações para a campanha eleitoral de Nixon) e outros casos de doações ilegais para a campanha eleitoral, em troca de possíveis futuros favores.

Embora esperado há muito tempo, o primeiro pronunciamento oficial da Justiça não deixou de ser surpreendente e reativou o processo de *impeachment* do presidente, que se encontrava nas últimas semanas em "fogo brando". Ainda existem os que acreditam que o presidente Nixon não será submetido ao *impeachment* ou ele renuncie, mas cada vez é maior a pressão para que ele deixe o cargo. Os candidatos do Partido Republicano estão sendo derrotados nas eleições por causa de Watergate. As grandes companhias que financiaram a reeleição de Nixon se apressam em retirar o apoio, temerosas de que sejam atingidas por algum novo escândalo. "Agora, o presidente parece lutar, não para sua sobrevivência política", diz o *The Times* de Londres, "mas para não ir para a cadeia".

Do poder ao banco dos réus

H.R. Haldeman — Ex-chefe de *staff* da Casa Branca e segundo homem mais poderoso na administração Nixon. Apesar de ter funções essencialmente administrativas, Haldeman podia influenciar politicamente o presidente controlando o acesso de pessoas e informações ao presidente. Acusado de conspiração, obstrução da Justiça e perjúrio. Trabalhou com Nixon desde 1956 e era uma das poucas pessoas que tinha conhecimento de que todas as conversas dentro do escritório de Nixon eram gravadas.

John D. Ehrlichman — Ex-conselheiro presidencial para assuntos internos; supervisionava o trabalho dos *plumbers*. Acusado de conspiração,

obstrução da Justiça, fazer falsos depoimentos ao Grande Júri e mentir ao FBI. Trabalhou para Nixon a partir de 1960. Em 1969 passa a ser principal conselheiro presidencial para assuntos internos.

Gordon C. Strachan — Ex-auxiliar de Haldeman de agosto de 1970 até dezembro de 1972. Daí em diante torna-se conselheiro-geral da United State Information Agency e renuncia a 30 de abril juntamente com Haldeman e outros oficiais implicados no escândalo. É acusado de conspiração, obstrução da Justiça e falsos depoimentos para o Grande Júri. Trabalha para Nixon desde 1968.

John N. Mitchell — Secretário-geral da Justiça dos Estados Unidos de 1969 a 1972. Foi diretor da campanha de reeleição de Nixon até duas semanas depois da invasão de Watergate. Acusado de conspiração, obstrução da Justiça, falsos depoimentos e perjúrio. Está também indiciado em um processo por acobertar investigações contra o financista internacional Robert L. Vesco. Mitchell dirigiu a campanha eleitoral de Nixon em 1968 e 1972.

Robert C. Mardian — Promotor-geral assistente, exercendo o cargo na divisão de segurança interna do Departamento de Justiça. É acusado de conspiração.

Kenneth W. Parkinson — Trabalhava para o comitê de reeleição de Nixon. Acusado de conspiração e obstrução da Justiça. Agiu como intermediário entre os réus da invasão de Watergate (*plumbers*), a Casa Branca e o comitê de reeleição de Nixon. É acusado nos indiciamentos de ter sido o funcionário que entregou a John Dean a lista antecipada de despesas para os réus de Watergate.

Charles W. Colson — Ex-conselheiro especial do presidente Nixon. Serviu de intermediário entre a Casa Branca e Howard Hunt, um dos condenados pela invasão de Watergate, e que recebeu, segundo o Grande Júri, 75 mil dólares de fundos do comitê eleitoral para as despesas judiciais. Acusado de conspiração e obstrução da Justiça. Juntamente com Hunt, falsificou telegramas diplomáticos para implicar John Kennedy no assassinato do ditador sul-vietnamita Ngo Dinh Diem. Teria afirmado que "eu poderia passar por cima de minha avó se fosse necessário" para garantir a reeleição de Nixon. Nos últimos tempos tornou-se profundamente religioso e diz ter encontrado a "serenidade interna em Jesus Cristo".

Outros indiciados — Foram também formalmente acusados de conspiração e perjúrio no caso da invasão do escritório do psiquiatra de Daniel Ellsberg: Bernard L. Baker, Gordon Liddy, Felipe de Diego e Eugenio Martinez, além de John Ehrlichman e Charles Colson, já indiciados anteriormente pela cobertura do escândalo de Watergate.

Filipinas Uma inconveniente rebelião muçulmana

Mesmo que a última ofensiva muçulmana no sul das Filipinas não tenha sido planejada para chamar a atenção da conferência islâmica, de qualquer maneira a conjuntura destes dois acontecimentos provou claramente ser um problema para o governo filipino. Duas semanas de furiosa luta entre rebeldes muçulmanos em busca de um Estado muçulmano independente e as Forças Armadas das Filipinas deixaram um saldo de cerca de 400 mortos e a cidade de Jolo em ruínas.

No dia 25 de fevereiro fontes militares disseram que tropas governamentais tinham retomado Indana, a 10 milhas sul de Jolo, depois de quatro dias de luta. Cerca de 2 mil soldados apoiados por bombardeios aéreos, fogo de artilharia e morteiros participaram na luta. As fontes descreveram como tendo sido

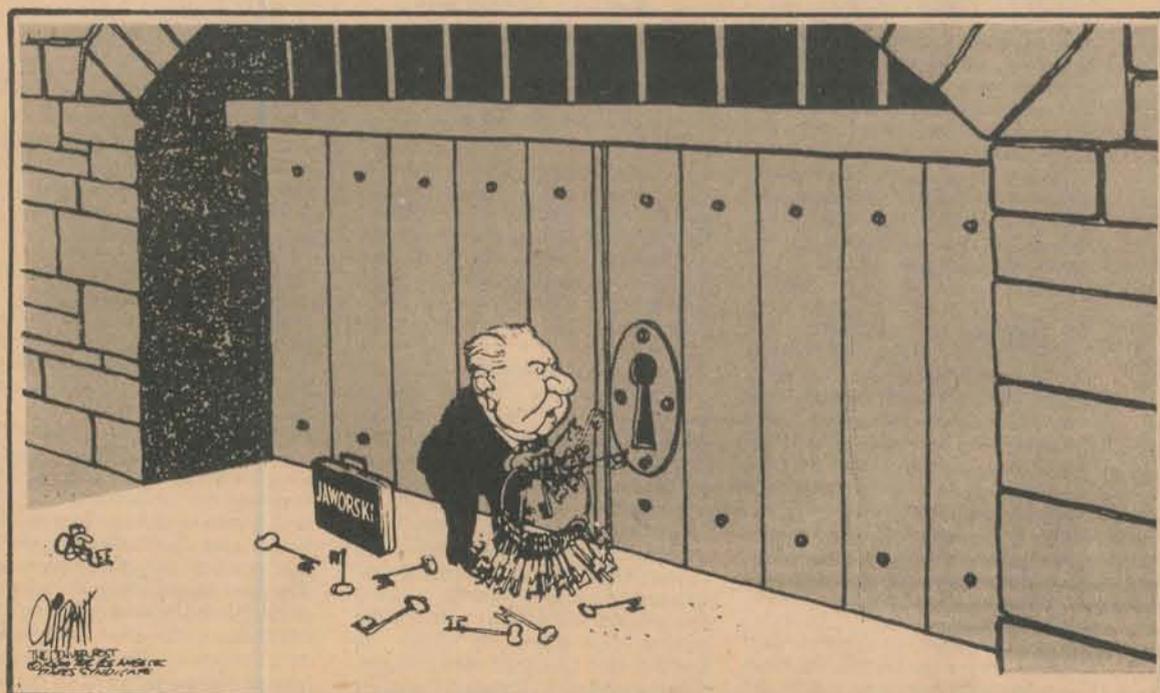
"pesadas" as baixas entre os presumíveis 200 rebeldes escondidos em casamatas em volta de Indana, enquanto as forças do governo tiveram pelo menos quatro mortos e cerca de 18 feridos.

Os observadores geralmente concordam com o fato de que se o episódio mais dramático da guerra até agora — um ataque maciço na área urbana de Jolo — está terminado, não existe um fim à vista para essa prolongada luta entre muçulmanos e cristãos nas pátrias maometanas de Sulu e Mindanao.

De onde vem a ameaça?

Desde que Manila adotou uma política pró-árabe no outono passado para salvaguardar as importações de petróleo, a preservação de uma boa

continua na página 10



Estou te avisando, hein Richard. Você está abusando de minha paciência

continuação da página 9

imagem no mundo árabe tornou-se mais vital. O governo tem-se empenhado na tentativa de minimizar seu problema muçulmano, proibindo virtualmente todas as notícias de batalhas da imprensa interna, e dando uma imagem de paz e ordem para os jornalistas estrangeiros.

Num comunicado feito por autoridades militares a 12 de janeiro, os correspondentes foram informados de que a situação em Mindanao estava "sob controle" e que os "remanescentes das forças revolucionárias muçulmanas" estavam vigiados e só eram capazes de fazer "ataques esporádicos".

O recente conflito em Jolo desmentiu claramente a declaração oficial de que a rebelião registrada na imprensa de ultramar fez ressurgir o espectro de uma campanha de genocídio contra os muçulmanos — embora duas missões árabes para as Filipinas no ano passado não tenham constatado isto.

A medida que o governo tornou-se

sensível aos sentimentos árabes está demonstrada na atitude de Philippines Media Advisory Council, que assegura a obediência às diretrizes de informação governamentais. Um chefe de escritório de uma agência noticiosa foi convocado para uma reunião em fins de fevereiro, acusado de ter noticiado "maliciosamente" a luta em Jolo. De acordo com o presidente da assembléia consultiva, Primitivo Mijares, os relatórios da agência poderiam "criar a impressão de que o governo está desenvolvendo conscientemente uma política genocida na área, coisa que já causou muitos danos às relações da República com os países árabes".

Outra tática do governo tem sido proclamar uma "ameaça vermelha", considerando em conjunto os rebeldes muçulmanos e os subversivos comunistas (que estão se unindo às Forças Armadas em outras áreas das Filipinas). O presidente Marcos em fevereiro classificou a luta em Jolo de "uma sublevação comunista maolista".

um conceito equivocado para o que geralmente os observadores concordam ser um movimento separatista firmemente enraizado na comunidade religiosa muçulmana e pouco influenciado pela ideologia comunista.

Para enfatizar o perigo comunista as autoridades militares, em seu comunicado de 12 de janeiro, registraram que os comunistas filipinos fizeram uma grande ameaça à segurança nacional e estavam novamente preparando a tomada do poder no país, e que "as mesmas forças que precisaram da imposição da lei marcial reiniciaram novamente suas atividades". Esta interpretação dos fatos — enfatizando a ameaça comunista, minimizando o problema muçulmano e com suas características religiosas — é vista por críticos do governo como uma forma de justificar para a opinião pública estrangeira as contínuas prisões de esquerdistas, confessos ou suspeitos, ou como mais um apelo a Washington para mais equipamento militar. (Robert Whyman, The Guardian)

do outro — esta falta de direção dos acontecimentos sempre foi a característica específica do sudeste asiático, e a principal razão por que — mesmo em seus próprios termos — a intervenção americana nunca fez sentido. A região como um todo nunca teve a capacidade de "virar" comunista, ou mesmo de seguir qualquer direção em conjunto simultaneamente.

E agora que desapareceu a insistência americana para conseguir uma unidade regional, bem como desapareceram os soldados, o dinheiro e o sentido do objetivo, tudo ficou mais evidente do que nunca. As Filipinas abandonaram a democracia estilo americana, mas continuam a ser um lugar seguro para bases americanas. A Tailândia adere à democracia, mas as bases não são mais seguras. Os malasianos e indonésios adotam uma ortografia comum, mas Kuala Lumpur se prepara para reconhecer Pequim, ao passo que a Indonésia continua hostil à China. Existe uma coalizão no Laos, mas Thieu sobrevive em Saigon.

Talvez a ironia da fuga do sudeste asiático do controle dos EUA seja o quão pouco tudo isto significa para os americanos. Como aconteceu com a Índia em relação aos ingleses, ou com a Argélia em relação aos franceses, para os americanos o sudeste asiático transformou-se, quase da noite para o dia, de uma obsessão nacional para uma irrelevância esquecida.

Nem mesmo a administração Nixon — que numa época perdeu horas de sono com o problema de Camboja e da vietnamização — parece realmente preocupar-se. Agora não é mais a queda de Thieu ou Lon Nol que habitam os pesadelos da Casa Branca, mas a queda do próprio Nixon. Até para quem está acostumado a escrever sobre o sudeste asiático parece inconcebível que há apenas seis meses a questão principal no Congresso não fosse o impedimento do presidente, mas a possibilidade de se interromper o bombardeio do Camboja. Para o resto do mundo, isto não se passou há seis meses, mas sim há uma geração, de tantas mudanças que ocorreram desde então.

No sudeste asiático, agora tudo se passa como se uma dúzia de rios diferentes afastassem finalmente a barreira dos EUA e retomassem seus cursos separados. O cessar-fogo no Vietnã, desta maneira, tem sido lembrado como um armistício que não conseguiu terminar com a guerra. Com justiça semelhante, pode eventualmente ser reconhecido como o primeiro documento da era pós-americana (T. D. Allman, The Guardian)

Laos Em busca de uma nova era

Um novo governo de coalizão poderia levar brevemente o Laos à "paz e à reconciliação nacional", em virtude de uma combinação de atitudes diplomáticas, iniciativas políticas internas e verdadeira exigência popular.

O primeiro-ministro laosiano, príncipe Souvanna Phouma, previu recentemente que "a paz definitiva está ao nosso alcance", e disse que o governo de coalizão do Laos — que juntará oficiais do Vientiane partidários dos americanos e líderes pró-comunistas do Pathet Lao — seria formado no princípio do mês que vem.

Antes de seu último pronunciamento o príncipe Souvanna Phouma tomou a importante iniciativa política de nomear sua parte do grupo de ministros que formará a nova coalizão. Anteriormente, o príncipe, apoiado pelos americanos, e o líder do Pathet

Laos, príncipe Souphanouvong, tinham hesitado em anunciar os que haviam indicado para o cargo.

Os sete nomeados não comunistas representam um equilíbrio cuidadoso de interesses regionais e familiares. Sisouk na Champassak, membro da família mais poderosa do sul do Laos, continuará ministro das Finanças. Mas foi-lhe negado o posto que mais desejava — ministro da Defesa.

Num país propenso a golpes de Estado, a autoridade civil sobre a militar ficará com um neutralista da confiança do Pathet Lao, Pheng Phongsavan, a única personagem política laosiana anticomunista de expressão, que nunca esteve sob influência americana. As famílias dirigentes de Vientiane, Laos central e da ilha de Khong no Mekong também foram agraciadas com postos no Gabinete.

Mas enquanto o príncipe Souvanna Phouma, que dirigirá a nova coalizão, esteve realizando uma política tradicional, ele também esteve descobrindo pontos em comum com um movimento nacional inteiramente novo que, em questão de semanas, alterou significativamente a política laosiana.

É o movimento dos estudantes, da juventude e dos reformadores laosianos, que desde janeiro têm-se transformado: dos vários manifestantes descoordenados que eram, numa força política sofisticada e disciplinada. Demonstrações estudantis de maior expressão estenderam-se das duas maiores cidades do Laos — Vientiane e Pakse — para todos os centros importantes não comunistas, com exceção da capital real de Luang Prabang. Ali, segundo fontes diplomáticas, os estudantes têm evitado deliberadamente manifestações "ofensivas para com o rei e a unidade nacional".

O fato mais significativo, no entanto, é que os jovens radicais laosianos formaram o que algumas fontes chamaram de "uma óbvia aliança" com uma personagem que não é nem jovem nem radical — o príncipe de 72 anos de idade Souvanna Phouma. Logo em seguida a reuniões com o *premier*, que rapidamente apoiou a iniciativa dos estudantes, estes dirigiram sua campanha contra a "corrupção e a venalidade" dentro da Assembléia Nacional do Laos, dominada pela direita.

A importância disto é que a Assembléia — que vota regularmente a seu favor para adquirir um novo Mercedes-Benz e é dominada pelo "hobby do ópio e do contrabando" — era a última fortaleza contra a coalizão.

Enquanto que as forças da anticolonização foram desta forma paralisadas, o corpo diplomático do Laos também tem estado ativo. Os chefes das missões indiana, francesa, russa e britânica fizeram visitas ao quartel-general do Pathet Lao em Samneua, e embora os americanos ainda sejam indesejáveis na zona do Laos que tanto bombardearam, eles têm deixado bem claro que apóiam a coalizão e desejam vê-la formada tão rapidamente quanto possível.

Ao mesmo tempo o desejo do Pathet Lao de negociar com os diplomatas ocidentais, bem como com os grupos estudantis não comunistas, é um sinal de seu próprio compromisso para com o acordo.

Embora futuras demoras no estabelecimento da "paz definitiva" no Laos provavelmente sejam inevitáveis, o novo ânimo de otimismo parece estar bem resumido no atual slogan vigente em Vientiane: "Numa nova era, novas coisas, novos homens, novas idéias".

Nem a paz nem a coalizão são idéias novas no Laos; e o príncipe Souvanna Phouma, que dificilmente pode ser considerado um novo homem, tem tentado em vão atingir esses dois objetivos durante quase 20 anos. Mas a crescente possibilidade de que agora ele possa ter sucesso é tanto uma novidade quanto, para o Laos, como esperam tantos laosianos, talvez até mesmo o princípio de uma nova era. (T. D. Allman, The Guardian)

O sudeste asiático pós-americano Os rios retornam aos seus antigos leitos

O último curso dos acontecimentos no sudeste da Ásia mostrou uma diversidade regional intrínseca, que é muitos séculos anterior à tentativa americana de tratar das diferentes nações do sudeste asiático como uma unidade estratégica.

O principal erro dos Estados Unidos no sudeste da Ásia foi perceber uma homogeneidade que nunca existiu. Se todos os países do sudeste asiático não eram basicamente iguais, e se não estavam entrelaçados como peças de dominó, não havia razão para se pensar que a "queda" de um deles levaria à "queda" de todos os outros.

Relembrando, todavia, é surpreendente como os americanos estiveram próximos de tornar a "teoria do dominó" uma profecia auto-suficiente.

Há apenas um ano ainda fazia sentido que os governos provinciais tailandeses procurassem "fundos de contra-insurreição para acabar com os comunistas" — embora a Tailândia mesmo antes dessa ameaça sempre tenha encontrado dificuldade para achar dinheiro para administrar seus distritos fronteiriços, problemáticos e pouco lucrativos.

Em Cingapura — que progrediu como centro abastecedor das forças americanas — fazia sentido há um ano que Lee Kuan Yew expressasse a vulnerabilidade de sua ilha em termos de uma "ameaça comunista", em vez de se referir ao ressentimento nacionalista de seus vizinhos com a desproporcional afluência de Cingapura.

O erro fundamental que marca toda essa política americana foi a premissa de que futuros acontecimentos em países que iam do Laos até a Indonésia dependiam do resultado dos acontecimentos no Vietnã. Se o caso tivesse sido este, muito pouca coisa teria sido modificada no sudeste da Ásia durante o último ano de guerra no Vietnã. Em vez disso, modificaram-se todos os fundamentos da região.

A verdade é que o futuro do sudeste da Ásia dependia de um fenômeno muito mais poderoso do que uma simples guerra civil num país de tamanho médio. Os acontecimentos no sudeste da Ásia durante uma década dependeram não do resultado da guerra na Indochina, mas do resultado da iniciativa dos Estados Unidos para intervir.

Até certo ponto, o sentido da mudança atualmente violenta no sudeste da Ásia pode ser resumido em estatísticas financeiras. Enquanto que no ano passado os Estados Unidos gastaram 1,6 bilhão de dólares em todas as regiões, há cinco anos estavam gastando cerca de 14 bilhões

anualmente no esforço de modelar o sudeste da Ásia de acordo com as noções preconcebidas dos Estados Unidos. Há cinco anos, havia 700 mil americanos ali; hoje existem menos de 60 mil.

As mudanças psicológicas também são importantes. Devido à *detente*, por causa de Watergate, sobretudo por causa da frustração da própria intervenção, estes americanos que ainda estão no sudeste asiático são diferentes de seus predecessores. "Há uns dois anos", observou recentemente um oficial americano em Bangcoc, "você podia ver um Exército de verdadeiros crentes. Agora tudo o que se pode ver é um grupo de caras que não querem perder um emprego".

Se a mudança na visão dos EUA só pode ser resumida de maneira tão diversa, as reações locais à mudança são muito mais óbvias. A Tailândia é o melhor exemplo. O cessar-fogo no Vietnã não afetou nem perturbou o antigo regime tailandês: simplesmente desapareceu, de um só golpe, toda a sua razão de ser.

Não foi só um governo que mudou na Tailândia, mas toda uma retórica. A subversão continua, mas não é mais chamada "comunista". A Tailândia ainda está envolvida no Camboja e no Laos, não porque sejam dominos, mas porque a Tailândia tem interesses históricos ali. Permanece a preocupação tailandesa com a segurança nacional, mas a CIA agora é vista como uma ameaça tão grande quanto a infiltração guerrilheira.

A intervenção americana, enquanto durou, no conjunto do sudeste asiático, distorceu continuamente as relações da região com as duas maiores potências da Ásia: China e Japão. Agora as distorções estão desaparecendo. O poderio econômico japonês está cada vez mais ressentido, não só internamente, mas porque não há mais dólares suficientes à disposição para subsidiar as importações japonesas.

O recente *show* de força da China nas ilhas Paracel causou menos sensação do que teria causado uma única transmissão da Rádio Pequim há cinco anos. Agora, ouve-se dizer o que nunca fez sentido durante a época do entusiasmo americano: que as ilhas Paracel não são importantes, e que o sudeste asiático, de todo jeito, tem dado trabalho aos chineses durante 1850 anos.

A mudança essencial no sudeste da Ásia é que não é mais importante definir uma posição de um país por ser ou "pró-americano" ou "pró-comunista". Os termos não fazem mais sentido porque o poder dos Estados Unidos não é mais suficiente para dar-lhes sentido.

Desta forma Cingapura renegou seus contratos de fornecimento de petróleo para as bases americanas não porque Lee Kuan Yew tenha de repente se tornado "anti-americano", como ainda insistem em dizer alguns americanos. Acontece simplesmente que a América não pode mais garantir os suprimentos de petróleo de Cingapura, enquanto que os árabes podem.

A Tailândia legalizou comércio com a China, e oficiais graduados dizem reservadamente que nunca mais os Estados Unidos poderão bombardear o Vietnã a partir de suas bases neste país. A Tailândia não se tornou "pró-comunista" de repente. Acontece que a capacidade dos EUA de proteger, sem falar em impor, uma estrutura regional não existe mais; e, como observa um oficial tailandês, "chegou a vez da capacidade americana de atrapalhar".

A tragédia deste estado de coisas — completamente diferente do que prevalecia há um ano — é que as mudanças tornaram-se menos evidentes à medida que se aproxima do antigo epicentro da intervenção militar americana, a Indochina, onde os ferimentos são mais profundos, onde a "ajuda" americana foi mais duramente fustigada, e onde a administração Nixon ainda concentra tanta munição e dinheiro. No entanto mesmo na Indochina nota-se o reaparecimento, agora que o fardo americano foi parcialmente removido, de condições permanentes que os EUA só esconderam temporariamente.

Dezenove anos de esforços americanos para "salvar" o Laos fracassaram. Mesmo assim a consequência do fracasso não foi, como temiam os americanos, a imposição do comunismo no país. Em vez disso, com a ausência dos bombardeios americanos, o Laos simplesmente retornou às mesmas linhas divisórias do século XIX: nunca houve no Laos o caso de uma escolha radical do tipo "ou isto ou aquilo".

No Camboja, a suspensão dos bombardeios americanos não produziu a imediata vitória do khmer vermelho, como esperavam algumas pessoas. Mas é manifesto o fracasso das armas americanas em legitimizar Lon Nol. Da mesma forma que as divisões históricas do Laos sobreviveram aos esforços dos americanos para superá-las, a tradicional unidade do Camboja está gradativamente superando a tentativa de se conseguir no Camboja um cessar-fogo de tipo laosiano, de permanente divisão nacional.

Guerra, divisões, insurreições constantes em pequena escala, obscuras lutas pelo poder em meia dúzia de países que não entendem um a língua

As vantagens limitadas de Wilson

Voltando a Downing Street depois de um eclipse de quase quatro anos Wilson terá que enfrentar uma situação sem precedentes na história inglesa do pós-guerra.

As dificuldades são principalmente políticas, já que o primeiro-ministro terá que governar sem maioria no Parlamento. Isso significa que ele terá necessariamente que renunciar a alguns dos pontos mais controversos do programa eleitoral do Partido Trabalhista. Assim, se deverá falar pouco, por exemplo, dos projetos de nacionalização que certamente encontraria a oposição tanto do grupo parlamentar liberal quanto dos conservadores. Da mesma forma, e por razões idênticas, Wilson terá provavelmente que agir com muita prudência em relação à Comunidade Européia. As atitudes de Bruxelas permitem deter os mais apressados, isto é, evitar que a Inglaterra sustente uma nova alta de seus preços alimentares sem reabrir uma negociação de fundo sobre sua integração na Comunidade.

No plano político, o líder trabalhista dispõe, no entanto, de um trunfo maior. A infeliz tentativa de Heath de fazer aliança com os liberais demonstrou que exceto a formação de uma "grande coligação" — para a qual a situação não é, pelo menos, favorável — um governo minoritário trabalhista é, na atualidade, a única solução para a Inglaterra. Wilson terá, então, oportunidade de evocar a necessidade de uma "união nacional" para denunciar a eventual oposição de seus adversários e censurá-los por criarem obstáculos às medidas que ele mesmo qualificará como indispensáveis para a saúde do país. Não pode se excluir que ele possa, mesmo, se utilizar dessa vantagem tática para escolher, no momento adequado, o terreno mais favorável a seu partido para a organização de novas eleições gerais.

As dificuldades econômicas serão mais delicadas. Wilson foi direto ao problema ao convocar os representantes dos sindicatos e do patronato para se reunirem em Downing Street, antes mesmo de ter formado seu governo. O conflito com os mineiros já tinha evoluído suficientemente durante a campanha eleitoral — e suas reivindicações eram amplamente reconhecidas como bem fundamentadas. Trata-se, como declarou o Partido Trabalhista, de "reconduzir a Inglaterra ao trabalho". No entanto, o problema mais geral do controle de salários e dos preços não será, por enquanto, resolvido. Esse problema se apresenta, no entanto, de uma forma sem precedentes, dado o considerável déficit da balança de pagamentos e a necessidade de eliminar, através da austeridade, uma dívida nacional que promete atingir em 1974 um volume recorde na história da Inglaterra.

Nesse sentido, Wilson pode jogar com a necessidade de opor uma frente comum à adversidade, de apelar para o sentido cívico dos sindicatos e do patronato e para a disciplina de cada um visando empreender uma nova batalha que a Inglaterra não pode se permitir perder. Se a noção da crise for bastante acentuada na população, será difícil para qualquer sindicato — mesmo representando os mais desfavorecidos entre os assalariados — lançar-se num movimento de greve não apoiado pela opinião pública.

Isto exige que o líder trabalhista mantenha a mesma atmosfera dramática existente durante a campanha eleitoral. E ele é bastante hábil para conseguir isso. Resta saber por quanto tempo ele poderá explorar isso e se, ao desaparecerem as ameaças mais imediatas, será suficiente uma política diária baseada na austeridade para conter os problemas mais graves que não deixarão de surgir.



18 de março de 1974

5, rue des Italiens — Paris 9e Tel. 7.709.129

INGLATERRA

O moderado "governo de combate"

Jean Wetz

O governo que o sr. Wilson acaba de formar é considerado um "governo de combate" destinado a reorientar desde que seja possível a máquina industrial do país e a defender os interesses da Grã-Bretanha no seio da Comunidade Européia. Portanto, ao constituir sua equipe, o primeiro-ministro preocupou-se em preservar o equilíbrio entre a esquerda e a direita dos trabalhistas e entre os partidários e adversários da Comunidade Européia.

Se bem que algumas nomeações tenham provocado surpresa, o novo governo trabalhista mantém um prudente equilíbrio entre a direita e a esquerda do partido. Mais uma vez Wilson parece ter feito prova do senso tático que todos reconhecem que possui. Ele teve que levar em conta o "desvio" que desde 1970 se introduziu na direção dos trabalhistas. Mas se os "extremistas", como Michael Foot e Anthony Wedgwood Benn, recebem cargos importantes de ministros, eles continuam sendo solidamente isolados. Na realidade, o primeiro-ministro se expõe em primeiro lugar à reprovação de ter confiado demais em sua velha guarda e de não ter atraído suficientemente homens novos.

A maior surpresa ocorreu no Gabinete de Foot, que até o momento recusou-se a "sujar as mãos" exercendo responsabilidades governamentais. Com 61 anos de idade, aquele que sempre quis ser o porta-voz do "verdadeiro socialismo" torna-se ministro do Trabalho. Representante de uma circunscrição mineira do país de Gales, cabe-lhe em primeiro lugar regulamentar o conflito dos mineiros. Antes mesmo que sua nomeação fosse oficializada, Foot já tinha se empenhado na tarefa. Ele assim pôde entrever as dificuldades que o esperavam.

Não é portanto surpreendente que Wilson tenha escolhido para este Ministério um campeão da esquerda que não corre o risco de ser suspeito

Alain Jacob

Nunca teremos muita certeza de até onde vão as convicções socialistas de Harold Wilson. Nós o definiríamos sem dúvida como o protótipo do britânico educador mas fundamentalmente antitory.

Filho de um pequeno empregado de Yorkshire, ele nada tem de um revolucionário trabalhista, e o caminho que seguiu para chegar à direção do Partido Labour não passa pelo movimento sindical. Mas ele é a imagem perfeita de um desses pequenos ingleses médios que sobem graças aos seus próprios méritos. Bolsista em Oxford, aluno brilhante que lorde Beveridge, futuro fundador do *welfare state*, escolheria para assistente, ele se apresenta como um talentoso trabalhador que nada deve aos privilégios do nascimento; que, ao contrário, precisou se impor para passar do papel de razoável especialista que lhe era naturalmente

aos olhos dos dirigentes sindicais. Este não teria sido o caso de Reginald Prentice, que detinha a pasta do Trabalho no Gabinete-fantasma (1) e que foi nomeado ministro da Educação e das Ciências.

Chanceleres de jogo de xadrez

A ala esquerda marca assim um ponto com a entrada de Anthony Wedgwood Benn, que tornou-se ministro da Indústria. Quem já foi visconde Stansgate, e que agora prefere o apelido mais proletarizante de *Tony Benn*, não terá por isso as mãos tão livres como poderia desejar. Na verdade, Wilson confiou a Harold Lever — um grande industrial e um moderado do partido — o título de chanceler do ducado de Lancaster.

Este posto permitirá a Lever instalar seus serviços em Downing Street onde exercerá o papel de conselheiro especial do primeiro-ministro para os assuntos econômicos e financeiros. Algumas pessoas perguntam se este "milionário socialista" não será, de fato, um segundo chanceler de jogo de xadrez.

O problema mais delicado, provavelmente, consistia precisamente na escolha do responsável pelas finanças. Este cargo foi confiado a Denis Healey, que já tinha se preparado para este papel no "Gabinete-fantasma". Grande número de trabalhistas por isto tinham pensado que esta pasta seria entregue a Roy Jenkins, o campeão pró-europeu, que esteve durante muito tempo em desgraça e que acaba de reencontrar

(1) *Gabinete-fantasma* — gabinete formado pelo partido da oposição para assumir quando o partido da situação abdica de seus poderes.

um lugar entre os dirigentes do Labour. Na verdade, Jenkins foi um chanceler muito eficaz no último governo trabalhista. Sua nomeação tinha desta forma tido a vantagem de garantir a opinião — e os bancos — no exterior. Ele no entanto não foi posto de lado já que Wilson confiou-lhe o Ministério do Interior. Além do mais, era difícil deslocar Healey, que tinha sido um dos trunfos do Partido Trabalhista durante a campanha eleitoral. Ele soube, é verdade, dar aos telespectadores a impressão de "seriedade" que se espera de um chanceler de jogo de xadrez.

A entrada de James Callaghan para a frente do Ministério do Exterior era esperada de maneira geral. Sob aparência de um "tio velho e benevolente", Callaghan dissimula tanto habilidade quanto firmeza. Certamente ele fará prevalecer a prudência na direção dos assuntos estrangeiros. Mesmo durante sua campanha eleitoral, ele se opôs claramente aos representantes da esquerda. O manifesto do Labour podia sugerir uma eliminação das bases nucleares americanas na Grã-Bretanha, mas o novo secretário de Estado no Ministério do Exterior observou, por sua vez, que esta iniciativa só poderia ser concebida no quadro de um acordo geral de desarmamento entre o Leste e o Oeste. Os partidários do Pacto do Atlântico, e os Estados Unidos em particular, estarão assim garantidos pela escolha de um moderado, Roy Mason, para o Ministério da Defesa.

Uma questão muito delicada é certamente colocada pelas relações com a Comunidade Européia. Peter Shore, adversário apaixonado do Mercado Comum, que foi o porta-voz oficial do Labour neste campo, recebeu a pasta do Comércio. Isto sem dúvida lhe dará certa influência nas próximas negociações, mas certifica-se em Whitehall que as principais responsabilidades européias ficarão

WILSON

O político "inquestionável"

destinado para aquele de líder do partido. Sua ascensão terá sido tão difícil?

Inquestionável

Quando fazia campanha pela primeira vez, no mês de outubro de 1964, e conduzia a batalha eleitoral do Labour, ele aparecia para todos como o técnico para quem as contas mais complexas de finanças internas e externas do Reino Unido não podiam ter segredos. Ele conhece admiravelmente seus *sorriers*, tem resposta para tudo, desnorreia seus adversários pelo conhecimento das cifras que impressiona o eleitor britânico e resolve imediatamente os eventuais confrontos com *tories* da velha escola. Com relação a estes *diletantismos*, ele é um "inquestionável" que nenhuma gestão poderia pegar de improviso.

Mas antes de tudo Harold Wilson é um animal político bastante dotado, muito hábil, flexível, despojado de sentimentos tanto para impor uma autoridade de fato como de direito sobre um partido ou um Parlamento, onde frequentemente o jogo exige mais abertura do que rigidez nos princípios.

Se existe uma paixão para este homem, é sem dúvida a do poder. Paixão confirmada em outra época, uma vez que um dia, quando os jornalistas americanos lhe perguntaram qual era seu fracasso, ele respondeu laconicamente: "a política". E seu gosto pela manobra parlamentar e extraparlamentar não estará por acaso expresso nesta reflexão, num dia de crise em Westminster: "Uma semana é uma grande demora em política"?

No poder, suas qualidades táticas permitiram um certo sucesso: o homem impunha a si mesmo, por sua capacidade, superar as dificuldades, gerir uma situação financeira mais que delicada, recuperar pelo menos parcialmente a confiança das potências financeiras, que lhe tornaram a vida dura no inverno de 1964/65. Progressivamente, colocou-se um pouco de ordem nos assuntos da nação: estiveram presentes nos engajamentos militares de ultramar, impuseram internamente o esboço de uma disciplina salarial — a custo de um conflito ameaçador com os aliados naturais do Labour, os sindicatos, chegou-se finalmente a estabelecer, para grande satisfação da City, o equilíbrio na balança de pagamentos.

com Callaghan. Este já fez saber que se o governo de Londres quer "renegociar o contrato" com o continente, ele não pretende endereçar-lhes um *ultimatum*. Ainda falta nomear um ministro que, sob a direção de Callaghan, negociará com os partidários de além-Mancha. Portanto, por enquanto prevalece o sentimento de que o secretário de Estado no Ministério do Exterior se preparará menos em tirar a Grã-Bretanha do Mercado Comum do que em manter o Labour no poder em Londres. Além do mais, Lever, conselheiro especial do primeiro-ministro, é bem conhecido como partidário da Comunidade Européia.

O novo ministro da Agricultura, Peart, também terá um papel nas negociações. Ele sempre foi adversário do Mercado Comum. Ele não poderia portanto deixar de exprimir seu descontentamento com a política agrícola. Lembrando que o Labour prometeu renegociar os acordos europeus, ele continuou dizendo que seria difícil dizer em que medida esta empresa será possível para um governo minoritário. Peart, de todo jeito, ainda não revelou se vai à Conferência Ministerial dos Nove.

Os primeiros sucessos

Quanto ao resto, a composição do governo não tem muito de original. As mulheres não foram esquecidas. Barbara Castle encontra-se, como era previsto, nos assuntos sociais, e foi criado um posto novo para Shirley Williams, que está encarregada especialmente de tomar conta dos preços. A sra. Williams, que alguns creem possa vir a ser algum dia chefe do governo e que teve muito sucesso durante a campanha eleitoral, fazendo o papel da "melhor amiga das donas-de-casa", recebeu uma tarefa tão estimulante quanto difícil.

Afinal de contas, a composição do Gabinete só poderia dar uma indicação ainda incerta quanto ao programa que o governo minoritário de Wilson pretende apresentar aos Comuns. Para julgá-lo de maneira mais definitiva, é conveniente esperar o discurso real que precisará as linhas mestras da ação prevista pelo Gabinete durante os próximos meses. No momento Wilson pode se alegrar de constatar que seu retorno a Downing Street teve como primeiro resultado reforçar a libra e reanimar o mercado de capitais. É verdade que este efeito deve-se muito menos ao entusiasmo dos financistas por um governo trabalhista do que à volta ao trabalho na indústria, que parece certa para os próximos dias.

Foi bastante, sem dúvida, mas não havia nada nesta razoável gestão do sistema capitalista que fosse particularmente exaltante para os eleitores trabalhistas.

Não foram portanto estes últimos que causaram sua destituição em 1970, mas sim a massa flutuante de eleitores politicamente menos convencidos, um pouco desgostosos, desiludidos com o estilo de um governo muito envernizado em sua austeridade. Heath parecia oferecer perspectivas mais brilhantes...

O resultado das últimas eleições demonstram que Wilson só se beneficiou parcialmente da derrota de seu rival. Ele próprio não ignora, sem dúvida, que a sedução pessoal que exerce sobre seu eleitorado já está muito desgastada, que não poderia, como há 10 anos, fazer disso uma arma política maior. Mas os recursos desta tática são infinitos e a situação no mínimo complexa que existe agora em Downing Street oferece-lhe ocasião de utilizar toda a sua habilidade. Da mesma forma, também nessas circunstâncias ele é o tipo de homem para explorar profundamente a vantagem decisiva que acaba de lhe ser proporcionada: a do poder.

A SEGUNDA INDEPENDÊNCIA DO ZAIRE

II- Zairização: um salto no escuro

Para assegurar sua independência econômica, o Zaire adotou medidas contra as subsidiárias das sociedades industriais belgas, instaladas no país durante o período colonial. Importantes decisões deverão ainda ser anunciadas para o setor agrícola e comercial.

Nos restaurantes da capital do Zaire, os europeus sentem um prazer malicioso em perguntar ao garçom de onde vem a carne ali servida em abundância. Na verdade ela vem de Salisbury, capital da Rodésia, da mesma maneira que as frutas vêm da África do Sul. Os estômagos delicados dos exilados não são os únicos a exigir alimentos importados neste país que, no entanto, os especialistas chamam de futuro "jardim da África", por causa da variedade dos seus climas e da riqueza do seu solo, e onde mais de 70% da população vive, em princípio, da terra. As latinhas de concentrado de tomate, invariavelmente utilizado no interior com a macaxeira e farinha de milho, alimentação básica, vêm da Grécia e da Itália. As conservas, picles e peixes secos vêm dos países escandinavos e de Angola.

A produção agrícola, com efeito, regrediu desde a independência. Enquanto os agricultores lamentam os preços dos seus produtos, julgados baixos demais no mercado interno (o que acarreta vasto contrabando nas fronteiras), as importações incidem pesadamente sobre o custo da vida. Com a base 100 em 1969, o índice dos preços já era de 173 em 1973. Kinshasa é uma das cidades mais caras do mundo.

Muitas importações são faturadas, no país de origem, por um preço superior ao preço de venda efetivo. A diferença fica numa conta em divisas aberta no estrangeiro, mas o

superfaturamento repercute no mercado interno. Alguns comerciantes consideram normal majorar seus preços porque são "obrigados" a recorrer ao mercado cambial paralelo, onde o desconto é superior a 50%, para poderem "repatriar" os lucros sonegados ao fisco.

Sem cultivadores

"Os morangos de Kivu" — dizem-me — "estão apodrecendo sem que seja possível trazer um só até Kinshasa, por falta de transportes regulares. Essa desculpa da dificuldade de transportes, frequentemente invocada pelo governo, não é séria: todas as frutas de estações podem dar aqui mesmo, às portas de Kinshasa. Imagine que apenas 5% da superfície deste país é cultivada".

Essas graves deficiências no domínio agrícola foram evidenciadas vigorosamente pelo governador do Banco do Zaire e, de dois anos para cá, a agricultura tem "a prioridade das prioridades". Em 1972, o orçamento da agricultura quase triplicou em relação ao ano anterior. Mas essas medidas orçamentárias bastaram para transformar as mentalidades no momento em que os zairenses são convidados a tomar o lugar dos últimos cultivadores estrangeiros?

"As plantações, criações, fazendas, pedreiras, pertencem aos zairenses" — decidiu o general Mobutu. "Todas as concessões que se valorizaram com o financiamento do crédito aos colonos (isto é, com empréstimos dados aos colonos pelo governo belga graças, segundo se afirma em Kinshasa, a uma acumulação de capital gerado no Zaire) devem ser consideradas como pertencentes aos zairenses. Por todas as outras, que foram valorizadas pelo esforço das pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, será paga uma justa indenização aos antigos proprietários,

Jean de la Guérvivière

dentro de um prazo de 10 anos".

Durante as desordens e lutas dos anos 60, um grande número de colonos belgas deixou o país, e os que ficaram — algumas centenas — perguntam em que sua presença poderia "lesar" os zairenses, uma vez que grande número das propriedades deixadas por seus antigos proprietários permanece abandonado. Os beneficiários do crédito aos colonos foram advertidos de que deveriam fazer valer seus direitos à indenização perante a ex-metrópole. Os outros poderiam ser convidados a permanecer em suas propriedades como gerentes, para receberem anualmente as indenizações prometidas a partir dos lucros da exploração.

Além de algumas centenas de agricultores, ainda havia no Zaire, no fim do ano passado, vários milhares de pequenos comerciantes estrangeiros: 15 mil gregos, instalados principalmente em Lumumbashi e na região de Shaba; 12 mil portugueses, sobretudo no centro do país e no Baixo-Zaire; 3 mil paquistaneses, geralmente com lojas nas cidades.

Ao mesmo tempo que se entregavam a um frutuoso tráfico, principalmente nas regiões fronteiriças, esses estrangeiros tinham uma utilidade econômica na medida em que asseguravam, na floresta, serviços para os quais os bantus não mostraram até agora muito gosto nem disposição. Já existem no Zaire grandes empresas comerciais, como a Companhia Geral de Alimentação, dirigida pelo discutido personagem Litho, a quem os laços de parentesco com o chefe de

Estado dão uma grande liberdade de gestão, ou a African Lux, dirigida por Moleka, outro parente do presidente, que tem exclusividade sobre certas importações e não paga impostos de entrada sobre certos produtos.

No dia 30 de novembro, o general Mobutu anunciou que os portugueses e paquistaneses eram "proibidos de permanecer" em certas regiões, e que deviam "imediatamente entregar seus negócios aos zairenses, sob o controle e arbitragem do Estado". O chefe de Estado acrescentou que seria feita "uma zairização progressiva, mas rápida, do comércio interno e externo".

O general Mobutu tinha antes declarado que somente os cidadãos em boa situação financeira poderiam beneficiar-se das medidas de zairização, relativas ao comércio, à pecuária aos conjuntos agro-industriais. "Quanto a certas plantações e certos negócios — explicou o diretor do *bureau* político do partido único — o general Mobutu pretende fazer uma experiência com seus colaboradores mais imediatos", isto é, os dirigentes do partido, os comissários do povo (deputados) e os comissários de Estado (ministros).

Partilha do espólio

Embora tenha sido explicado que não se tratava de fazer nascer uma "burguesia", muitos criticaram essa iniciativa. Um estudante teve a ousadia de perguntar publicamente a uma personalidade do regime que foi fazer uma conferência no *campus* de Kinshasa "quem iria se aproveitar do espólio". Após alguma reflexão, o general Mobutu afirmou, no começo do ano, que "fora o pequeno comércio, que será assumido pelos zairenses que têm meios e vocação para isso", as grandes unidades comerciais, as

plantações e as fazendas se tornarão propriedade do Estado.

Alguns dias depois de ter-se felicitado pela atribuição dos bens estrangeiros a todos os homens "honestos e dotados" que estão na direção do partido, na Assembléia Nacional e no governo, o diário oficial *Elima* teve que explicar que tinha-se revelado "que os dignos representantes dos três órgãos de direção do país tinham objetivos egoístas e ambiciosos de engolir tudo".

Hoje, alguns atacadistas estrangeiros ainda não perderam a esperança de obter uma "anulação" mas, para os pequenos comerciantes do interior, é o fim de uma época. Deixando provisoriamente seus maridos, que tentam salvar o que for possível, velhas mulheres de tipo mediterrâneo, carregadas de malas, pecam pelas alfândegas dos aeroportos após revista minuciosa. Em Shaba, o Exército estabeleceu barreiras para deter os que tentam fugir para Angola em caminhões carregados com todo o seu patrimônio.

Os antigos colonos, os "persistentes", como dizem os belgas, prometem dias difíceis aos africanos, que não poderão abastecer-se no mercado negro nos próximos meses. Não estando ameaçados em seus bens, os auxiliares estrangeiros mostram mais serenidade. Verdadeiro "salto no escuro", a zairização do comércio pode perturbar o país durante muito tempo, segundo eles. Mas muitos aprovam o general Mobutu por ter "assumido o risco de pôr termo a uma situação que nenhum de nós toleraria em nosso país, e de obrigar os africanos a jogar-se n'água para recuperar seus negócios".

Para ajudar seu país a atravessar esse difícil período de adaptação, o general Mobutu dispõe de trunfos importantes: cobre, energia hidrelétrica e, talvez, petróleo.

III- Império do cobre na região de Katanga

As chaminés das fábricas de Lumumbashi lembram uma paisagem europeia. Depois do pôr-do-sol, os mil ruídos da noite africana são abafados pelas sirenes que comandam as manobras dos operários, cujo trabalho não conhece interrupção.

Com exceção do lago artificial que Moisés Tshombe mandou fazer perto do clube do golfe, para alegria dos colonos belgas, não há mais muita coisa aqui a lembrar a movimentada história da ex-Elisabethville. Mas o império da Union Minière du Haut-Katanga permanece intacto sob a gestão da Gécamines (Générale des Carrières et des Mines). Das zonas operárias, com seus conjuntos uniformes, até o bairro residencial, com suas vilas hollywoodianas, a cidade reflete fielmente a hierarquia social da "capital do cobre", exaltada por imensos cartazes na estrada do aeroporto. Cidade dentro da cidade, ou mesmo Estado dentro do Estado, a Gécamines tem seu hospital, suas escolas, sua capela, seus correios. Paga funcionários cuja única tarefa consiste em fazer os convidados, e também o pessoal da companhia passarem pela alfândega. Há longas formalidades e minuciosas revistas para as pessoas que chegam de Kinshasa.

Em época de tensão ou de escassez, mesmo os que não trabalham na companhia contam com seus armazéns para abastecer-se. Se um europeu precisa urgentemente ir ao interior pode contar com um lugar num avião ou helicóptero da Gécamines, ao lado de um engenheiro em visita de inspeção.

A Gécamines representa um volume de negócios de 259 milhões de zaires em 1970 (cerca de 500 milhões de dólares), uma concessão mineira de 20 mil quilômetros quadrados, 26.300 assalariados que constituem, com suas famílias, uma população de 134 mil pessoas. Suas atividades se concentram na extração e metalurgia do cobre, mas

abrangem também o cobalto (de que o Zaire é o primeiro produtor e exportador mundial), o zinco e diversos metais raros. Além das minas e pedreiras, seu ativo compreende usinas de tratamento, usinas de concentração, centrais hidrelétricas, fábricas de cimento e até uma cervejaria.

Entre os 1.400 executivos europeus da companhia (o número de executivos africanos é atualmente de mais de 800 e está em constante aumento) muitos já estavam em Lumumbashi no tempo da Union Minière. Tendo-se recusado a transferir sua sede para Kinshasa, a filial da Société Générale de Belgique foi obrigada a cessar suas atividades no Zaire e foi substituída, em 1967, pela Gécamines (Générale Congolaise des Mines), da qual o Estado congolês possuía 60% do capital, e que tornou-se Gécamines quando o Congo mudou seu nome para Zaire.

Algumas semanas após a sua formação, a nova companhia concluiu com a Société Générale des Minerais (SGM), filial da Union Minière, um acordo, hoje revisto, segundo o qual a SGM tinha a exclusividade da comercialização do cobre zairense. Um novo acordo foi feito há alguns dias: a venda do metal vermelho vai ser confiada a uma companhia zairense a ser criada e na qual a SGM terá participação. Terceiro exportador mundial de cobre (depois do Chile e de Zâmbia) o Zaire abastece principalmente a Europa, cuja produção só cobre 12,8% das necessidades.

Um zairense acaba de ser nomeado para a direção do antigo império da Union Minière. Tendo entrado para a companhia em 1961, como agente de relações públicas, logo notado por suas qualidades intelectuais e enviado aos Estados Unidos para estudar engenharia, o senhor Umba tem menos de 40 anos. Com o emblema do partido na lapela, ele me expôs seus objetivos

no novo escritório de diretor-superintendente, com a precisão e facilidade de um homem que conhece o seu *métier*.

"Atualmente" — explicou Umba — "todo o metal é tratado aqui, mas é refinado em parte na Bélgica (55%), pelo grupo da SGM. Para elevar de 45% a 100% nossa capacidade de refino, planejamos instalar usinas no Baixo-Zaire a partir de 1977".

Em 1972 o Zaire produziu quase 450 mil toneladas de cobre-metal. O general Mobutu quer elevar essa cifra a 800 mil toneladas em 1980. Com esse objetivo, o governo zairense, em 1969, concluiu, com o grupo japonês Nippon Mining, um convênio relativo à criação da Sodimiza (Société de Développement Industriel et Minier du Zaire), na qual a participação do Estado é de 15%. A Sodimiza, que tem permissão de pesquisa em três regiões, está hoje no estágio de exploração, e sua produção deve ser, este ano, de 55 mil toneladas de metal.

Das 473.406 toneladas de metal (cobre, cobalto, zinco) produzidas pela Gécamines em 1972, 223.967 foram exportadas pelo porto zairense de Matadi, 99.686 por Lobito (Angola), 59.631 por Beira (Moçambique), 82.196 por Dar-Es-Salaam (Tanzânia) e 7.926 por Lourenço Marques (Moçambique).

O presidente Mobutu está consciente dos inconvenientes políticos de uma tal dependência em relação a Portugal. Embora a utilização da estrada de ferro que liga a região de Shaba ao porto de Lobito seja mais rentável, do ponto de vista econômico, o governo zairense se esforça por intensificar o tráfego para Matadi. No momento, esse tráfego é prejudicado por várias baldeações: as mercadorias são inicialmente transportadas pela estrada de ferro que liga Sakania (ao sul de Lumumbashi) a Ilebo; em

seguida embarcam na via fluvial dos rios Kasai e Zaire até Kinshasa; na capital, são novamente transferidas para vagões e seguem pela ferrovia Kinshasa-Matadi. Somente a navegação pelo Kasai (606 km) e o Zaire (194 km) leva, em média, 20 dias.

Depois de mandar fazer estudos sobre a maneira de melhorar o que se chama no Zaire de "via nacional", designando o conjunto dos meios de transporte entre Shaba e o oceano Atlântico, o general Mobutu acaba de decidir a construção de uma estrada de ferro ligando Ilebo a Kinshasa. Além disso, a rede ferroviária será prolongada de Matadi (porto fluvial) até Banana, na costa, onde é possível instalar um porto de águas profundas.

A região de Shaba absorveu, em 1972, três quartos do consumo nacional de energia elétrica e térmica. Para alimentar o principal pólo industrial do país, o governo tem que, nesse campo, compor-se com os estrangeiros. Das 156 mil toneladas de combustível sólido utilizado para a extração e tratamento do cobre, em 1970, 107 mil vieram das minas de Wankie, na Rodésia. Uma parte considerável do petróleo utilizado em Shaba, em 1973, entrou pelo porto de Lobito.

Com a barragem do Ingá, no entanto, o Zaire espera responder ao "desafio português", que constitui, aos olhos dos africanos, a construção da barragem de Cabora-Bassa, em Moçambique. Situada a cerca de 40 quilômetros de Matadi, no rio Zaire, o Ingá é uma bacia de 3,69 milhões de quilômetros quadrados, cujo declive é de 102 metros numa distância de 15 quilômetros em linha reta. Seis por cento do potencial hidrelétrico mundial está ali. Inaugurada em novembro de 1972, a Ingá I alimenta hoje o Baixo-Zaire, graças a uma rede

de transmissão de energia financiada pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento e o Banco Europeu de Investimentos.

A Ingá II (prevista para ser utilizada em 1976) e a Ingá III permitirão implantar uma siderúrgica no Baixo-Zaire. Construída por um consórcio internacional de firmas americanas, italianas, francesas, britânicas e alemãs, uma linha de alta tensão de quase 2 mil quilômetros, fará a ligação da barragem com a região de Shaba. A capacidade de produção é tal que Zâmbia poderia aproveitar essa fonte de energia. Já está decidido que uma parte da bauxita da Guiné será tratada no Baixo-Zaire, logo que a Ingá II ficar pronta.

Enquanto espera, daqui para 1980, o aproveitamento completo da bacia do Ingá, que modificará sensivelmente a carta econômica da África negra, o Zaire recebeu da parte dos árabes a promessa de que não sofreria com a crise de energia. A Argélia e a Líbia prometeram ao general Mobutu que cobririam todas as necessidades do país em petróleo, de 1974 a 1978.

Um grupo internacional do qual faz parte a Gulf britânica (50%) está encarregado da prospecção de petróleo na plataforma submarina, e acaba de anunciar que a exploração de grandes jazidas começará em 1975. Segundo o presidente Mobutu, essas jazidas são suficientes para cobrir todas as necessidades do país.

Outra concessão, assinada em julho do ano passado, confia à Shell a prospecção de uma zona de meio milhão de quilômetros quadrados, no centro do Zaire. Foi iniciado um levantamento aéreo, com o método das medidas da flutuação do campo magnético terrestre, que permitem determinar o perfil sedimentar da área de pesquisas (Jean de la Guérvivière)

URSS

A nova batalha contra a corrupção

Jacques Amalric

Assim como a Armênia e a Geórgia, o Azerbaijão nunca desfrutou de boa reputação em Moscou. A corrupção, o dinheiro passado por baixo da mesa, tráfico de todo tipo, as práticas mais contestáveis e menos socialistas — tudo isso floresce nessa República. Foi para lutar contra esse estado de coisas que os dirigentes soviéticos mudaram, em agosto de 1969, a equipe que se encontrava no governo em Baku e colocaram à frente do Secretariado do Partido Comunista da República um novo homem de "pura e dura" reputação, Gueydar Aliev, ex-responsável local pela KGB (polícia política) e protegido, ao que se diz, de Brejnev.

Aliev lançou-se à sua tarefa de maneira entusiasta, levando à prática vários expurgos — mais relacionados com o direito comum do que com a ideologia — em 1970 e 1971. Após mais de quatro anos de esforços, parece, todavia, que não chegou a resolver, senão parcialmente, os problemas da região. Há algumas semanas, no início de fevereiro, Aliev foi obrigado a retomar a campanha contra a corrupção e as mazelas de todo tipo, num discurso pronunciado ante a conferência do partido em Baku. Denunciou, por exemplo, as autoridades que mandavam construir casas de campo (*datchas*) com mais de 250 metros quadrados, garagem e piscina.

Há um mês, Aliev voltou a tocar nesse assunto por ocasião do Congres-

so das Juventudes Comunistas do Azerbaijão, pronunciando um novo discurso extremamente severo, que ocupa três páginas inteiras do *Bakinski Rabotchi* (*O Trabalhador de Baku*) de 19 de fevereiro. Trata-se de um verdadeiro requisito, mas também de um apelo aos jovens militantes das *komsomols* (Juventudes Comunistas) para que participem mais vigorosamente da luta contra as "más autoridades econômicas", cujo "conservadorismo" prejudica o desenvolvimento da República. Aliev citou alguns dos males da região: ausência frequente de formação profissional; falta de motoristas de tratores; extrema instabilidade da mão-de-obra, cujos direitos não são muito respeitados; a não-utilização no inverno dos jovens camponeses, enquanto faltam braços para o trabalho nas construções; fraudes e abusos de todo tipo no setor comercial...

A penetração da "ideologia burguesa"

Mas, segundo Aliev, o mal não se limita aos setores da produção. A origem do mal estava na "ideologia burguesa" que penetrava no Azerbaijão por diversos canais: através de "viagens ao exterior, contatos com estrangeiros em visita ao nosso país, utilização dos elementos menos capazes da nossa sociedade pelos serviços especiais do imperialismo". Entre os sintomas mencionados por Aliev, citamos apenas os seguintes: a falta de interesse dos jovens pela profissão militar, certos

romances e filmes perniciosos — inclusive filmes estrangeiros (sendo o contingente de filmes ocidentais o mais limitado de todos, pode-se pensar que Aliev se referia a certos filmes vindos de países socialistas como a Polónia e a Hungria) — a música medíocre tocada em restaurantes, o desinteresse dos jovens pela ópera, pelos concertos sinfônicos e os museus, um ressurgimento dos sentimentos religiosos — tanto cristãos como muçulmanos — tudo aliado a uma indiferença pela língua russa.

O quadro, como se vê, é severo. Lembremos, todavia, que a situação denunciada por Aliev não é excepcional, sendo antes bastante representativa do que se passa nas três Repúblicas do sul. A Geórgia, onde uma ex-autoridade local da KGB, Eduardo Chevardnatze, foi também encarregada, em setembro de 1972, de realizar um sério restabelecimento da ordem, acaba de presenciar um expurgo particularmente severo: em menos de um ano, de cada três secretários regionais dois foram demitidos, de cada onze secretários das grandes municipalidades 10 foram substituídos, da mesma forma que três quartos dos 70 secretários de distrito.

A Armênia também sofreu recentemente algumas mudanças na hierarquia. Mas isso era inevitável, a julgar pelos medíocres resultados econômicos obtidos na República de três anos para cá: a produção industrial, que deveria crescer 31% nesse período, só conseguiu 19%, enquanto a produção agrícola aumentava de 8%, em lugar dos 14% previstos.

SECA NA ÁFRICA

Onde está a ajuda internacional

Phillippe Decraenne

Cerca de 15 mil tuaregues, na sua maioria de nacionalidade maliense, agonizam atualmente no sul da Argélia, apesar dos esforços que as autoridades de Argel e a Cruz Vermelha argelina fazem para salvá-los. Esta é uma das consequências dramáticas da seca que existe desde há muitos anos no Sahel, especialmente na região habitada pelos nômades tuaregues do Mali e do Níger.

Voltando de uma missão de 15 anos em território argelino, Edmond Kaiser, fundador do movimento Terra dos Homens, que seus participantes definem como "uma organização em socorro das crianças afligidas", nos afirmou: "Apesar de todos os esforços feitos no local, cerca de 25 tuaregues — crianças e adultos — morrem diariamente de fome, esgotamento ou doença."

É a prefeitura de Tamanrasset, município de que dependem administrativamente estes postos, que deve cuidar do restabelecimento e das atenções para com os refugiados", disse-nos Kaiser, "o que exige recursos desproporcionais em relação aos que as autoridades locais dispõem. Viajantes nômades, os tuaregues vivem tradicionalmente do leite de suas camelas. Pois bem, seus rebanhos foram praticamente exterminados. Eles desconhecem tudo sobre a alimentação dos povos sedentários. É portanto necessário colocar à disposição não apenas os alimentos,

mas também nutricionistas que possam ensiná-los a fazer uso deles, e é exatamente nesse ponto que se deve exercer a solidariedade internacional.

A propósito disto, Kaiser resume nestes termos o que chama de "regra de ouro das organizações internacionais": "Se o filho de seu vizinho está morrendo de maneira horrível e o sabemos, pois que fomos alertados por terceiros, não interviremos para oferecer nossa ajuda até que o próprio pai da criança nos chame para ajudar. Na realidade, nossa intervenção correria o risco de ser uma interferência."

Hoje em dia, milhares de pessoas, minadas pela doença, principalmente pela tuberculose, porque são muito vulneráveis, exaurem-se lentamente. Em Tamanrasset, são 3 mil. Em Timiaouine, sérias anemias e diarreias atingem 4 mil nômades. Em Tin-Zaouaten, onde estão agonizando 600 ou 800 refugiados, uma autoridade local confessou, desanimado: "Se não chover, é possível que em julho não tenhamos mais uma gota de água disponível". Em In-Guezzam, o escorbuto e o beribéri grassam entre 1.500 nômades, enquanto que se multiplicam os casos de paralisia, por falta de vitaminas; só contamos menos de 100 pessoas sãs.

O governo de Argel teve o mérito de acolher os tuaregues vindos do território maliense e que se retiraram para o norte em vez de procurar chegar a terras mais meridionais, evitando portanto a seca. Mas a solidariedade internacional, que deveria sempre acorrer rapidamente, ainda não se manifestou seriamente.

FRANÇA

As ilusões na democratização do ensino

Alfred Grosser

perspectivas profissionais oferecidas pelo mercado de trabalho são muito diferenciadas e as aptidões também. Certo, as duas razões podem ser pretextos. A necessidade de um número muito maior de médicos pode ser negada devido à miséria dos hospitais e ao jogo de interesses corporativos. A inaptidão é frequentemente resultado da falta de oportunidades educativas. Mas mesmo a sociedade mais igualitária não é composta unicamente de pesquisadores e quadros.

Em princípio, os dados básicos de uma reforma do ensino são simples e claros: longa formação comum, com um esforço particular na luta contra as desvantagens dos menos favorecidos; seleção por orientação e não por eliminação; separações o menos definitivas possível para possibilitar as chances de uma reorientação futura.

As intenções e os meios

A exposição de motivos da reforma do ensino proposta pelo governo francês leva em conta perfeitamente esses dados. Mas duas séries de críticas lhe podem ser feitas, baseadas todas duas numa certa falta de franqueza do projeto.

As primeiras são formuladas pela oposição e pela maioria dos sindicatos de professores. Elas condenam a disparidade constante entre as intenções e os meios. As estruturas e a pedagogia que possibilitem o ensino comum, a luta contra os atrasos e uma orientação a partir dos gostos acarretariam custos altíssimos em termos de acréscimo de locais, material e pessoal adequados. Desde já, numerosos sinais indicam que, em vez de uma nova abundância, haverá uma escassez maior, o que ameaça provocar no sistema previsto pela reforma efeitos bem diferentes dos que anuncia.

criativas que sejam.

Um sistema malthusiano

O combate a essa psicologia elitista é difícil de ser realizado e mesmo concebido nesses meios. Em compensação, a denúncia de um outro bloqueio precisa apenas de um pouco de coragem — uma coragem ao mesmo tempo política, porque chocaria em cheio os poderes constituídos, e intelectual, porque colocaria em questão o próprio princípio sobre o qual se funda o poder da elite administrativa e social.

Trata-se, de início, do duplo excesso contraditório que só a França conhece. Nenhum outro país leva tão longe o paradoxo de recusar toda seleção na entrada da universidade e de manter o sistema ultra-selecionista e ultramalthusiano das grandes escolas! Cada uma dessas realidades já provoca consequências consternadoras, mas a combinação de ambas é não só um desafio à razão: ela torna praticamente impossível o sucesso da seleção moderada pela orientação.

Trata-se sobretudo do próprio culto do concurso, que constitui o esplendor e a debilidade do sistema francês. As virtudes do concurso já foram exaltadas com frequência, notadamente a concorrência leal e igualitária. Mas será que se percebe suficientemente o papel terrível e múltiplo exercido pelo concurso sobre o problema da seleção? A economia e as famílias juntam-se para reclamar mais engenheiros. Mas os concursos para entrar nas grandes escolas se opõem a isso. Não somente porque aqueles que são eliminados têm um número bastante limitado de outras possibilidades. Mas muito mais porque esses concursos fazem uma devastação imensa. Quem é que se lembra dos

incontáveis talentos desperdiçados pelo fato de que a barreira estabelecida no fim das "classes preparatórias" não favorece a sua formação, o que provoca uma seleção absurda, muito mais pernicioso porque é alastrada e ocorre cada vez mais cedo, muito antes do concurso, ou seja, seleção que é um bloqueio a uma possível orientação para profissões todavia em estado de escassez?

Debatendo a "seleção"

O concurso é também, e sobretudo, um obstáculo decisivo para a formação permanente, para a satisfação das "vocações tardias", para as reorientações tomadas em idade adulta. O abismo já está definitivamente transposto. Ensine bem ou mal, esteja ou não à par da evolução de sua disciplina, renove ou não o que aprendeu como estudante, o professor agregado ganhará mais e dará menos aulas do que o seu colega que não passou no concurso. E este último se esforçará em vão para aumentar os seus conhecimentos e se dedicar aos seus alunos: aos 75 anos o seu salário de aposentadoria o lembrará ainda de que, meio século atrás, ele não passou num concurso.

Todavia, ele leciona, da mesma forma que o seu feliz rival. Mas todos aqueles que não podem chegar à atividade de sua escolha, e talvez adequada às suas aptidões, devido ao concurso ou porque, quando adultos, já não têm a mínima chance de ser admitidos no domínio reservado para sempre aos jovens vitoriosos, desses aí quem é que se lembra?

A simples palavra "seleção" provoca suscetibilidades. Entretanto a seleção existe de maneira inevitável e, melhor do que negá-la é debater racionalmente as dificuldades que encontra o relacionamento dessa necessidade com as exigências da utilidade e da justiça. O esclarecimento racional dessas dificuldades já é suficiente para alimentar novas confrontações apaixonadas e passionais!

Como em outros lugares, também na França se tomou consciência dos mecanismos de eliminação escolar fundada muito mais nas diferenças sociais do que no "mérito" individual. E ela foi deplorada em nome da eficácia econômica, que não pode permitir que se deixe tantos talentos jogados às traças. Houve, sobretudo, uma indignação em nome de uma moral igualitária.

Essa indignação às vezes conduziu a esperanças excessivas: supunha-se que a mudança do sistema educativo acarretaria por si mesma uma diminuição sensível das desigualdades sócio-econômicas, quando uma análise séria mostra que o efeito inverso é mais verdadeiro. Uma redução ainda que moderada das desigualdades econômicas teria efeitos importantes na igualdade das oportunidades de ensino. E se descobre que "os benefícios que os indivíduos das classes médias e inferiores tiram da lenta democratização do ensino tornam-se em certa medida ilusórios devido ao aumento geral da demanda de educação". A única certeza — já de si importante — é que o sistema escolar accentua ainda mais as diferenças sociais ao colocar as crianças desde cedo em vias diferentes. A melhor maneira de evitar que as diferenças se aprofundem é prolongar ao máximo a experiência comum, deixando as bifurcações para o mais tarde possível.

Isso com a condição de não se iludir com a seleção silenciosa que é feita no interior do caminho teoricamente aberto a todos. Ilusão de uns com respeito à eliminação social do curso secundário (e ao freio pré-eliminatório que constituem as repetições no primário). Ilusão de outros com respeito às eliminações maciças que ocorrem no ensino superior, devidas muito mais à desistência do que aos exames.

Com a condição também de não se supor, por ignorância ou demagogia, que esse tronco comum possa ser indefinidamente mantido. Isso é impossível por duas razões: as

TUNÍSIA/LÍBIA

Sofismas e sarcasmos

Pierre Marie Doutréland

Se ainda permaneciam dúvidas acerca do fracasso da tentativa de união entre a Tunísia e a Líbia, Bourguiba, presidente da Tunísia, acabou com elas de maneira impiedosa no dia 2 de março. A prioridade, disse substancialmente o presidente da República tunisiana, está na reaproximação dos povos do Maghreb, da Mauritânia em relação à Tunísia, e "nós esperamos", continuou ele, "que a Líbia, de cujos dirigentes conhecemos o entusiasmo, sinceridade, e positividade, esteja conosco". Bourguiba que está ansioso por encontrar-se durante este mês com seu "irmão e amigo", o presidente Boumediène da Argélia, tem esperanças de que esta reunião "resulte numa etapa nova e importante", que poderia ser a edificação de um organismo encarregado de lançar as bases de futuros "Estados Unidos do Maghreb".

É evidente que a tocha está acesa entre Tunis e Trípoli: foi de maneira muito brusca, quase num *post scriptum* de um discurso corrido de uma hora e meia de duração, que Bourguiba colocou por terra o acordo tuniso-líbio. O presidente falava em Ksar Helal, na cidade de Sahel onde, há 40 anos e com alguns companheiros, ele fundava o Neo-Destour.

Os atuais dirigentes do Partido Socialista desturiano tinham preparado tudo para que o "combatente supremo" se deliciassem com a evocação de seu "glorioso passado". Cerimônia de recordação entre fiéis, religiosamente. Nada de movimentações populares, somente o inflamado grupo de militantes aglutinados ao redor de uma imensa tribuna.

Quando chegou na hora do discursos, Bourguiba iniciou de um só golpe uma intervenção improvisada em forma de auto-retrato, em que a preocupação de dar alguns traços novos à sua personagem histórica

várias vezes entrou em disputa com a vontade de extrair a lição de 40 anos de combate.

"Se a fusão a ser realizada no quadro da nação árabe é um objetivo no qual acreditamos", declarou o presidente, "não achamos que ela seja possível com uma breve demora (...). De qualquer maneira, a edificação de um organismo maghrebino evoluindo para o reforçamento da cooperação e dos laços entre os povos da região pode constituir um passo importante para a instituição de relações similares entre os dois lados do mundo árabe, a Oeste e a Leste. É o que acreditamos na Tunísia; é o que pensamos que se acredita na Argélia e é a convicção que esperamos ver partilhada pelo governo líbio".

Ao contrário do presidente, que parecia ler esta declaração com certa desenvoltura, vários membros de seu grupo enfatizaram, pouco mais tarde, a importância das propostas apresentadas. Estas deveriam, calculam eles, acabar com os rumores persistentes segundo os quais Bourguiba teria uma inclinação secreta pelo projeto de união com a Líbia, mas estaria firmemente "aconselhado" de renunciar a ele, em particular pelo primeiro-ministro Nouira. Diz-se portanto não se estar desapontado com que o fato de que, neste "negócio", a Tunísia retome a iniciativa depois de ter por um momento parecido "estar acuada na defensiva pelo presidente Kadhafi". De acordo com Tunis, Kadhafi teria admitido que o acordo previsto marcaria a entrada de seu país no grande Maghreb mas, uma vez assinado o texto, teria apresentado pelo contrário o negócio como a religião da Tunísia como Machrek.

Sofismas? Não se esconde mais nos meios governamentais tunisianos que os dois países estão trocando maus procedimentos. Em relação a isto a recente decisão do presidente Kadhafi de expulsar do território à *manu militari* um bom número de trabalhadores tunisianos em situação jurídica irregular não foi tomada visando melhorar as coisas.

ISRAEL

Do entusiasmo ao alarmismo histórico

Nahum Goldmann, presidente do Congresso mundial judeu, apresenta em uma série de artigos no jornal israelense *Haaretz*, um resumo das teses que defendeu durante a reunião de 25 de fevereiro último do movimento Paz no Oriente Médio.

Goldmann analisa o que ele chama de "as grandes desilusões". Ele atribui à falta de senso de medida dos israelenses o entusiasmo que eles têm depois de cada vitória e "o pânico e alarmismo histórico" que vem depois de cada derrota. As ilusões sobre a invencibilidade de Israel e sua superioridade crescente sobre os árabes, sobre a impossibilidade dos árabes se unirem foram destruídas pela guerra de outubro.

"O povo judeu, que superestimou a força de Israel", escreve Goldmann, "também exagera do mesmo jeito, mas num sentido inverso, os aspectos negativos da situação".

Pelo contrário, o presidente do Congresso mundial judeu sustenta que a conjuntura é hoje em dia mais favorável para Israel do que o foi nos últimos anos. O isolamento não é nem surpreendente nem eterno: "A política da URSS está longe de ser orientada para a liquidação do Estado judeu"; a "virada americana" não significa que os Estados Unidos estejam prestes a abandonar Israel. "Resumindo", conclui ele, "um tratado de paz formal, que implique no reconhecimento do Estado de Israel pelos árabes, com boas garantias ratificadas pelas duas grandes potências e outros eventuais consignatários, bem como o estacionamento nos dois lados da fronteira de uma força internacional, são medidas que me parecem tanto garantir melhor a longo prazo a segurança, de Israel quanto os investimentos israelense nos territórios constantemente ameaçados de reconquista árabe".

SENEGAL 14 ANOS APÓS A INDEPENDÊNCIA

O socialismo segundo Senghor

Catorze anos depois da proclamação da Independência em Dacar, os dirigentes do Senegal (1) continuam a dizer-se socialistas, com a mesma obstinação dos primeiros dias. Para Léopold Sédar Senghor presidente da República e secretário-geral da União Progressista Senegalesa (UPS) partido do qual é fundador, a explicação é simples: "Se o socialismo goza dessa preferência é que, contrariamente ao esquema de Marx, nossos países são subdesenvolvidos.

Nessa situação e estando nossos povos impacientes com ela, não podemos nos dar o luxo de passar pelo longo processo de mil anos, que conduziu os povos europeus da civilização agrária e feudal da Idade Média à civilização industrial e liberal do século XIX. Para suprimir, em algumas décadas, a miséria, a doença, o analfabetismo, precisamos queimar as etapas do desenvolvimento econômico e social, encurtar o caminho. Ahamos que esse caminho mais curto só o socialismo nos pode proporcionar".

A leitura das obras de Senghor deixa transparecer que foi com a luta pela descolonização que uma certa ideologia socialista se propagou: o desenvolvimento das forças produtivas e a justiça social. Mas o chefe do Estado senegalês acha que deve-se desconfiar das fórmulas importadas da Europa, da Ásia ou da América Latina, considerando que a atitude contrária adotada por certos países conduziu-os a dificuldades graves.

Os socialistas senegaleses acham que, para construir um socialismo que seja específico, a leitura dos teóricos estrangeiros, que pertencem a outra época, não deve conduzir a uma tentativa de aplicação estrita. Segundo eles, "deve-se enriquecer essas teorias através de outras experiências socialistas vividas pelo mundo a fora", mas sobretudo criando raízes nas realidades da África negra. É o que eles chamam "a via senegalesa para o socialismo".

Muito cedo os senegaleses se abriram à política moderna. Já a 15 de abril de 1789, enviavam suas "muito humildes condolências aos cidadãos franceses reunidos nos Estados-gerais". O socialismo começou a implantar-se no Senegal em relação com a II.ª Internacional, após a segunda guerra mundial.

1) O território senegalês, limitado ao norte pela Mauritânia, a leste pelo Mali, a sudeste pela República da Guiné, ao sul pela Guiné-Bissau, tem 201.400 quilômetros quadrados, menos da metade da França.

O país tem mais de 4 milhões de habitantes, sendo cerca de um terço de uolofs. Entre as minorias importantes, há 600 mil sereres (etnia de origem do presidente da República), 500 mil peuhls e 250 mil diolas. São muçulmanos 85% dos senegaleses, e subsistem cultos animistas tradicionais no Senegal oriental e em Casamance. Dacar, a capital, tem mais de 600 mil habitantes e 30% da população do país é urbanizada. As cidades principais são Thiès (100 mil habitantes), Kaolack, Saint-Louis (antiga capital do país) e Ziguinchor.

Três quartos dos senegaleses ainda vivem da agricultura e a mandioca é a principal cultura. Foi iniciado um esforço de diversificação, pelo governo, com a introdução do algodão e da cana-de-açúcar. A pesca e a pecuária têm um papel importante na economia nacional. Por outro lado, a indústria, importante na península de Cabo Verde (não confundir com as ilhas do Cabo Verde, de Portugal), a mineração, principalmente de fosfatos, e o tráfego portuário de Dacar constituem outros elementos de prosperidade no Senegal.

Eleito deputado à Assembléia Nacional francesa, Senghor logo abandonou o Partido Socialista Francês de então, o qual censurava por "usar os territórios de ultra-mar não como fins mas como meios". Essa atitude resultava de sua vontade de praticar "um socialismo democrático levando em conta as realidades nacionais", o que fez quando chegou à suprema magistratura do seu país.

Parece que, contrariamente a certos teóricos africanos, Senghor pensa que "longe de ser o juguete das forças cegas do destino, o produto passivo das coisas e das estruturas, o homem, que é ativo, se faz a si mesmo, refazendo o mundo". Esse homem, dizem os socialistas senegaleses, deve agir servindo-se da natureza para transformá-la, especialmente graças à planificação. Segundo sua análise, a planificação tem por objeto satisfazer as necessidades do homem — materiais e espirituais — organizando os produtores. Trata-se de garantir a todo cidadão uma renda mínima e o acesso livre e gratuito aos grandes serviços sociais, como escola, hospital, casa e lazeres.

A concepção voluntarista do homem e a de justiça social, dizem ainda, correspondem à ontologia negro-africana. Mas a UPS não adota a teoria das classes, embora não negue a sua existência. Os dirigentes senegaleses acham que o grande problema do socialismo não pode ser mais o da supressão das desigualdades dentro de um país, mas o da supressão das desigualdades em nível internacional, entre países ricos e países pobres. Quanto à propriedade privada, enquanto o socialismo científico se propõe "nacionalizar" os bens e serviços produzidos pelo trabalho coletivo, no Senegal os dirigentes da UPS distinguem a propriedade rural e a propriedade urbana. "Para resolver o problema de uma maneira socialista — afirmam — voltamos ao antigo direito negro-africano, que não reconhecia o direito de propriedade sobre a terra, mas apenas o direito de uso". É em virtude desse princípio que 95% das terras senegalesesas, de propriedades individuais que eram, passaram a ser propriedade não do Estado mas da "nação", e desde a publicação da lei sobre o domínio nacional foram postas à disposição dos usuários.

Estabelecidos os princípios gerais, Senghor e seus companheiros de política acham que as opções da UPS foram feitas em função das realidades negro-africanas. Trata-se para eles de elaborar "uma ideologia ao mesmo tempo nacional e negro-africana, socialista e democrática". É por isso que, na elaboração e execução de seus planos quinquenais de desenvolvimento e da sua política externa, levam em conta uma idéia fundamental, a saber: a criação de um homem novo em e por uma civilização nova, um homem que, segundo eles, "pensa por e para si mesmo".

BANGLADESH

"Dias difíceis" para quem?

Gerard Viratelle

da guerra de independência, mas também das mudanças que têm se seguido a ela. É certo que o setor público agora é amplamente preponderante, mas ele foi expandido antes que as capacidades de gerá-lo estivessem reunidas. Pessoas sem experiência, políticos ou bajuladores do governo foram colocados à frente de empresas que recentemente pertenciam aos paquistaneses.

A qualidade, do mesmo modo que a produção de juta manufaturada, baixou, e Bangladesh não está preparado para responder às demandas de seus clientes. A juta é uma matéria que deveria experimentar um interesse renovado em seguida à alta do preço do petróleo e das fibras sintéticas. Os especialistas calculam, no entanto, que esta conjuntura só retardará uma evolução irreversível, sendo que a juta desaparecerá a longo prazo. Finalmente, a única refinaria do país não está em estado de funcionamento porque não foi conservada e a maioria de seus engenheiros partiram para trabalhar no exterior. Em nenhum setor a produção industrial encontrou seu nível anterior à independência.

Ajuda estrangeira

A baixa das produções agrícolas e

industrial é a principal razão do enorme aumento do preço de todos os gêneros de primeira necessidade já há dois anos (com exceção do chá e do sal). O aumento foi de 200 a 500% para o petróleo refinado, roupas, cimento, cigarros. Os preços no varejo do arroz, trigo, peixe, açúcar, ervilha, carvão, mostarda, duplicaram. Os principais beneficiários desta alta dos preços são os fazendeiros ricos, os usuários, os comerciantes, os intermediários; a principal vítima é... a maioria da população. Portanto cada um sabe em Bangladesh, onde um único partido político controla praticamente sem divisões todos os negócios do país, quem são os beneficiários da independência que, a serviço do Estado, abusam de seus poderes.

Todas as medidas de recuperação são concebidas em planos; mas sua aplicação é assunto de políticos, que até o momento não conseguiram impedir a deterioração da situação econômica.

(1) Além do mais, esta cifra não leva em conta o conjunto de deficiências quantitativas e qualitativas que apresenta a ração alimentar dos bengaleses. A má nutrição como a sub-alimentação, é considerada um fenômeno crônico e generalizado em Bangladesh; o nível nutricional de um bengalês médio situa-se, calculam os especialistas, "no nível medicinalmente inaceitável".

Le Monde

© Le Monde
Todos os direitos reservados

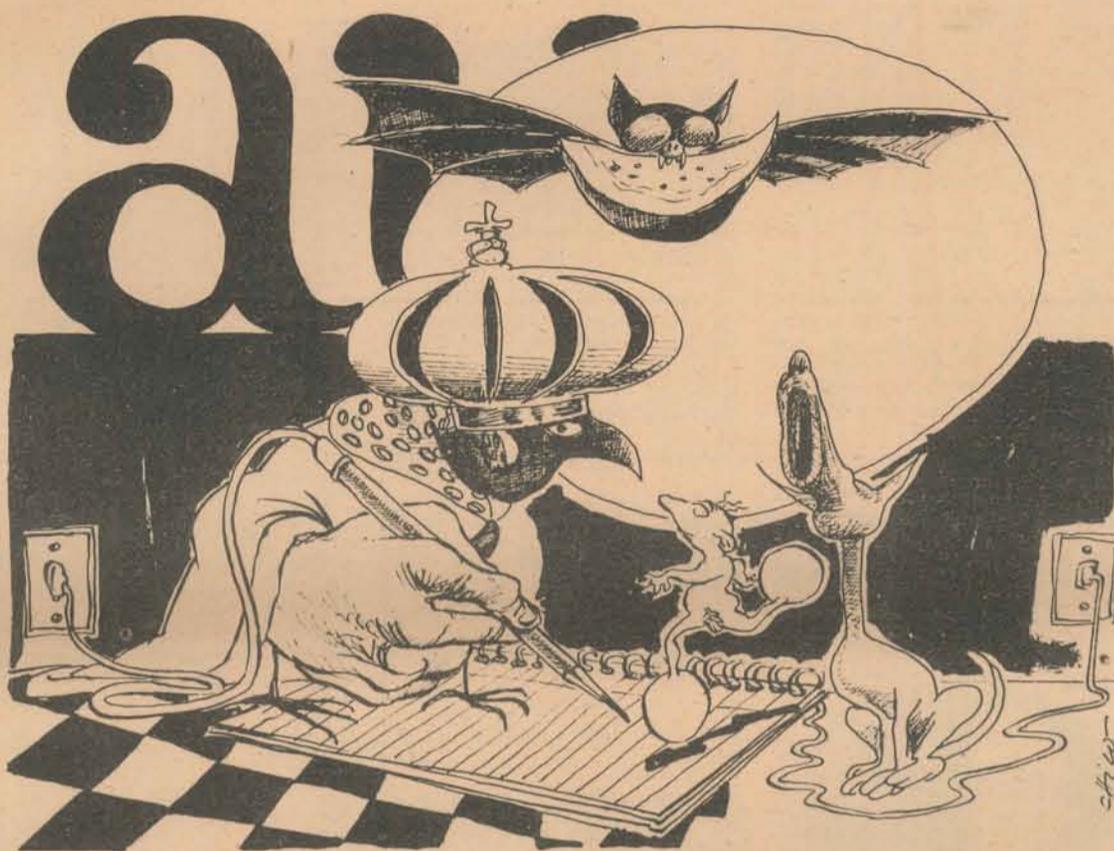
Quando o primeiro homem pisou na lua, fez questão absoluta de não dar o primeiro passo com o pé esquerdo. Esta imagem, que a televisão se encarregou de distribuir pelo mundo inteiro, sintetiza com rara felicidade uma contradição exemplar da cultura moderna. Como é possível um piloto de nave espacial participar de superstições cuja origem remonta aos primórdios medievais? A coexistência de técnica do futuro com moral do passado é um dos padrões culturais típicos do presente. Como interpretar ocorrências tão desconcertantes? Pelo menos a respeito de um ponto parece haver concordância crescente: o mundo anda mesmo da pá virada.

Nunca foi tão difícil optar entre duas idéias, avaliar o sentido deste ou daquele comportamento, manter estáveis as antigas convicções. Vejamos um paralelo arbitrário: imagine o leitor o que deve ter sido o estado de perplexidade experimentado pelo cidadão que viveu nos primeiros séculos de nossa era, no meio da violenta convulsão que foi a dissolução do Império Romano, misturada com o surgimento das formas primitivas do cristianismo. Que desfecho teria aquela louca transformação? Pois bem: guardando as inevitáveis diferenças, talvez estejamos vivendo hoje um estado análogo de perplexidade. Mais ainda, diante das proporções que a coisa assumiu de lá pra cá, o destino do Império Romano parece não ter passado de um mero aperitivo, uma brincadeira em matéria de crise social. Ficou fácil entender o passado, mas o presente convulsionado, que experimentamos agora, limita o alcance de nossa consciência e amplia ao máximo nossa desorientação. A sensação de caos se generaliza. Tudo foi posto em questão, desde as formas de Estado até as regras de etiqueta. Princípio moral e sabão em pó são artigos perecíveis do mesmo gênero, são bens de consumo imediato. Nesta radical provisoriedade instalada, que envolve coisas e valores, a sensação de relativismo acaba se absolutizando, e já não dispomos, aparentemente, de referências seguras para agir e julgar. Qualquer pessoa que diga qualquer coisa sobre qualquer assunto está tão certa ou tão errada como qualquer outra que diga qualquer outra coisa ou o contrário exato do que foi dito.

ora, se o clima descrito chega a afetar as áreas onde as normas e padrões são tradicionalmente estáveis (instituições, família, etc.) imagine o leitor a quantas anda a discussão sobre arte e literatura, terrenos em si mesmos especialmente propícios à polêmica. O que as chamadas vanguardas dizem e fazem, desdizem e desfazem é algo que desafia a imaginação. Uns garantem que a arte está morrendo, chegando mesmo a participar ativamente de seu assassinato, outros retrucam que ainda nem chegou a nascer e se oferecem como possíveis porteiros, de cá se apregoa que a arte é a ciência, de acolá que a arte é a vida, etc. Os mais sofisticados, concretistas e discípulos de toda ordem, enfatizam que "arte, hoje, é um problema de linguagem", como se em qualquer outro momento da História tivesse sido, p.ex., um problema de vias respiratórias. Descobertas deste tipo são semelhantes àquela que revela que a calvície, hoje, está estreitamente ligada ao problema da queda de cabelos. Enfim, cada um na sua, a arte é aquilo que dela se pensa e deseja, pode ser um soneto, pode ser um arrote. E, nesta última hipótese, exige-se, em nome da liberdade de criação, que seja um arrote novo, experimental, distinto na forma e no conteúdo dos arrotos que davam nossos avós. Um teste de surpresa para verificar se meu leitor está prestando atenção: qual foi a novidade, específica da arte, introduzida no último parágrafo? É permitido consultas ao texto. Pois vejamos quantos são os ganhadores: ao lado do extremo relativismo quanto à conceituação do objeto, tema tratado até aqui, temos agora um extremo dogmatismo quanto à atitude a ser adotada diante dele. Ou seja: é de todo indiferente que a arte seja isto ou aquilo (esta indagação chega mesmo a ser desprovida de sentido), mas é absolutamente imprescindível que seja

Literatura

Transformações, morcegos e mamãos



Qualquer pessoa que diga qualquer coisa sobre qualquer assunto está tão certa ou tão errada como qualquer outra que diga qualquer outra coisa ou o contrário exato do que foi dito

"Gramiro realiza em seu livro *Urubu-Rei* experiência de linguagem que deixa para trás qualquer das outras tentadas ultimamente em nossas letras, a partir de Guimarães Rosa" (Jorge Amado)

"Moxô morã rawôe ãa ra bo dakakirã kirã hunikũ rawôe iõxiã i urãã, ra bo piayaka ni morãxõ iõxi daci doto paia, rawôe ai iauxiã, iõxi doçitronoxõ"

inventiva, experimental, em permanente mutação técnica.

A ênfase é deslocada da estrutura autônoma do objeto, com suas leis iminentes e diferenciadas, para o momento supostamente incondicionado do puro fazer. Esta atitude tem sua lógica própria: se o que importa não é o objeto em si mesmo (tanto pode ser um soneto quanto um arrote), então a nova meta visada passa a ser a possibilidade abstrata de experimentar que o fazer artístico propicia, e aqui já estamos em pleno reino dos fetiches. Neste ponto meu leitor certamente levantará o dedo, tentando se reabilitar do cochilo anterior: mas que mal existe na atitude experimental diante da arte? Ao que eu ponderaria: nenhum, se tal atitude não estivesse, nas situações observadas, comprometida com uma visão positivista da técnica, abstratamente considerada e idolatrada. Saber o que é a arte: poucas questões horrorizam tanto as convicções do senso comum, sofisticadas ou não, cuja intolerância em face do assunto assegura a intocabilidade dos mitos individuais. A seguir, trataremos mais concretamente de alguns dos problemas levantados.

Quem é Gramiro de Matos, vulgo *Ramirão ao ao*? Se tal questão caísse num vestibular de cultura geral, o índice de reprovação iria às nuvens. Endereçada a Jorge Amado, no entanto, seria prontamente elucidada: trata-se, nem mais nem menos, do mais importante ficcionista de que o Brasil dispõe atualmente. Em pronunciamento na Academia

Brasileira de Letras, afirmou: "Gramiro realiza em seu livro *Urubu-Rei* (1) experiência de linguagem que deixa para trás qualquer das outras tentadas ultimamente em nossas letras, a partir de Guimarães Rosa". Já o crítico de vanguarda Moacyr, comentando o segundo livro de Gramiro, *Os Morcegos Estão Comendo os Mamãos Maduros* (2), no último número da *Revista de Cultura Vozes*, adota linha semelhante de interpretação: "Desde o Guimarães Rosa de *Grande Sertão: Veredas e Meu Tio, o Iuaretê*, não viamos um escritor brasileiro de tantas e tão fecundas possibilidades criadoras no difícil (e quase sempre superado) campo da literatura". E conseguir unificar tendências e preferências tão desiguais quanto as de Jorge Amado e Moacyr Cirne é algo que torna ainda mais desconcertante a figura de *Ramirão*. Se um dos dois está certo, então o outro deve estar profundamente equivocado, e vice-versa. Basta comparar a opinião de ambos sobre o romancista Antônio Torres, autor de *Um Cão Uivando para a Lua* (3) e *Os Homens dos Pés Redondos* (4) No jornal baiano *A*

Tarde, de 21/12/73, Jorge Amado equipara Antônio Torres a Gramiro nos seguintes termos: "A Bahia nos dá, ao mesmo tempo, os dois mais sérios renovadores de nossa jovem ficção, daquela mais avançada (...). Na ficção brasileira do ano de 1973 não sei de livros mais significativos e importantes do que esses que aqui saúdo como realidades definitivas da história literária do Brasil". Já Moacyr Cirne, no artigo citado, onde diz maravilhas de *Ramirão*, também diz o seguinte: "A prosa de Antônio Torres pode se transformar em simples obra existencialóide, sem maior significação para o projeto de uma verdadeira — e nova — literatura brasileira".

Por tais exemplos vê-se que Gramiro tem a capacidade de funcionar como uma espécie de poder mediador entre gregos e troianos, ponto de conciliação de visões opostas. Mas uma terceira hipótese ainda não chegou a ser aventada, se bem me pareça, talvez, a mais provável. Não haveria, subjacente à concordância dos pontos de vista de Jorge Amado e Moacyr Cirne sobre *Ramirão*, um engano comum? Na verdade não é necessário que um dos dois esteja em erro e o outro não, tal como sugere a divergência de ambos sobre Antônio Torres. Mas se o equívoco pode ser comum, suas motivações são certamente bem distintas. Essa mesma diversidade de motivações, que está na base da concordância sobre Gramiro, também está na base e explica o desentendimento sobre Antônio Torres. A pergunta a ser formulada é a

seguinte: o que, na obra desses autores, suscita proximidade e distância entre as opiniões de Jorge Amado e Moacyr Cirne? No caso de Jorge Amado, a motivação principal parece estar menos nas obras consideradas, ainda que se sugira o contrário, do que numa atitude generosa de escritor consagrado, baiano e bonachão, para com jovens valores que despontam. A atitude de estímulo, ainda que simpática e meritória, não deixa de ter algo de leviano e fácil. No caso de Moacyr, o critério de verificação é outro, procede das obras e é muito coerente do ponto de vista literário. O que se valoriza e ressalta nos textos de *Ramirão* é o mesmo que se lastima e resente nos de Antônio Torres: certa noção de originalidade associada a experimentação técnica com a linguagem.

Esta tem sido, de resto, a posição de outros comentaristas dos livros de *Ramirão*. Ronaldo Perfassu, no número citado da *Revista Vozes*, num texto retardatário que se esforça ao máximo para ser vanguardista, afirma que Gramiro pratica "uma costura atômica da linguagem. Costureiro de alfabeto. Uma espécie de cientista da alquimia barroca". Já Silviano Santiago, num artigo modernoso e cheio de analogias superficiais, onde pretende delinear os traços gerais do que ele chama "estética da curtição", louva em Gramiro a capacidade de "transgredir os códigos linguísticos mais contundentes, o dicionário e a gramática, o léxico e a sintaxe". Em todos estes casos, parece que estamos diante de concepções que fazem a apologia abstrata do experimentalismo, mistificando o papel a ser desempenhado, na literatura, pela técnica artística. Mas aqui chegamos no momento de dizer algo sobre o próprio texto ficcional de *Ramirão ao ao*.

Segundo Gramiro, "o problema da comunicação é interessante. Eu, por exemplo, não entendo exatamente minha poesia". Para o leitor avaliar se há qualquer exagero nesta confissão, citamos aqui um trecho exemplar de *Urubu-Rei*: "Moxô morã rawôe ãa ra bo dakakirã kirã hunikũ rawôe iõxiã urãã, ra bo piayaka ni morãxõ iõxi daci doto paia, rawôe ai iauxiã, iõxi doçitronoxõ". Primeira tarefa para o leitor: identificar o tema do trecho acima, e desenvolvê-lo na forma de dissertação livre. Mas vejamos algo mais simples, ainda do mesmo livro: "Ix'mi bonimaxõ bagualão aan xoto botça is' tupana itxamai kosmic's diamamon chim chifrablu kamic'kiaki auana angaingaba ix'trabajo minõe nopusama õe mixõiai mikonõminã cofo botça iõnõa codex of course del ecomonhangaba losxotãe botiampola dakakãe caê hunikũ mama pici mayêverybop Mr. bõtdõx rawãe txamiurupê bungêl...". etc. Segunda tarefa para o leitor: passar a oração acima para a voz passiva. Uma outra afirmação de *Ramirão*, em entrevista a *Opinião*, pode ser oportunamente lembrada aqui: "O papel social da arte é a arte experimental (...). A arte experimental provoca a vazação das informações ocultas do sistema".

Segundo me parece, não sei se o leitor concorda, tudo indica que tais experimentos de Gramiro, altamente elogiado pelos críticos citados, são coisas abstratas e vazias de significado. O problema de *inteligibilidade* do texto, aquilo que torna possível sua compreensão, e que, portanto, assegura a comunicação da obra, foi resolvido por sua supressão. No lugar de permitir a apreensão do sentido do texto, o que é um ato de apropriação subjetiva de seus significados internos, coloca-se no seu lugar, como sucedâneo, a percepção puramente visual, tipográfica e exterior, de palavras mecanicamente encadeadas. Este é um caso típico de literatura que, não satisfeita consigo mesma, parte para imitar algo que lhe causa admiração, quer encarnar os gestos e o comportamento dos objetos puramente plásticos e visuais. É interessante observar que, enquanto o texto de Gramiro é desprovido de sentido ou de sentido arbitrário e abstrato, suas

continua na página 16

(1) *Urubu-Rei*, Gramiro de Matos (Edições Gernasa, 1972, 125 págs., Cr\$ 10,00)

(2) *Os Morcegos Estão Comendo os Mamãos Maduros*, Gramiro de Matos (Livraria Eldorado Editora, 1973, 183 págs., Cr\$ 18,00)

(3) Ver comentário em *Opinião* n.º 3.

(4) Ver comentário em *Opinião* n.º 53.

continuação da página 15

declarações na entrevista são saturadas de intenções e valorizações, são cheias de conteúdo. A relação entre prática artística e consciência teórica apresenta interesse. Falando sobre seu processo de criação, Gramiro diz: "Não posso controlar o que já surge incontornável". Ou seja: o produto foge ao controle do produtor, o que vem a ser a descrição geral de toda prática alienada. Ora, a consciência artística e ideológica de Gramiro está fundada exatamente nas aparências desta prática. Se esta é alienada, pode ter, não obstante, a aparência de prática criadora, autônoma. Enfim, o que *Ramirãõ faz* (seus textos de ficção), e o que ele diz (declarações, etc.), pode merecer uma dupla crítica. Porque faz uma coisa e pensa que faz outra, e porque pensa uma coisa e faz outra. Ou seja: porque não pensa o que verdadeiramente faz (um

experimentalismo formal), e porque não faz o que realmente pensa (uma literatura revolucionária).

É claro que tudo isso é muito relativo, mas também muito sintomático. A linguagem, ao se transformar em objeto de comércio, aspira à publicidade, tal é a vocação de toda mercadoria. Por isso necessita incorporar as exigências da circulação, a modernização do artigo é garantia de seu sucesso junto ao público, ainda que este público seja constituído basicamente de especialistas e aficionados. Afinal, o que seria do crítico vanguardista se não existisse o experimento formal? Dentro da concepção que prevalece neste meio, *forma nova* é aquela que se diferencia tecnicamente da anterior: agora o novo é o diferente, parente próximo da mera novidade. O novo, no reino das mercadorias e das vanguardas artísticas, vai ter suas referências básicas nos aspectos exteriores do

objeto em cada caso. A absolutização do experimento com a linguagem, considerada abstratamente como *força produtiva*, vai eliminar, no campo da arte e da literatura, a consideração das relações sociais de produção, matriz formadora de toda significação real ou possível.

Voltando a *Ramirãõ* e seus críticos, não é difícil perceber que o impulso de todos eles é de abertura, pretende apontar para o futuro, e supõe estar em dia com qualquer coisa com a qual se identifica o progresso artístico. A dose de romantismo e ilusão que vai nisso tudo certamente não é pequena. Em dada ocasião, ao observar os impasses de linguagem vividos pelos artistas expressionistas, Brecht ironizava: "Tornou-se rapidamente claro que se tinham emancipado da gramática, mas não da sociedade regida pela troca".

Mas passemos à entrevista de *Ramirãõ ão ão*, respondida por escrito. (Antônio Carlos de Brito)

Entrevista com "Ramirãõ ão ão" "Estou voando em balões coloridos"

Pergunta — Você publicou na contracapa de seu segundo livro algumas palavras elogiosas de Jorge Amado, pronunciadas em discurso na Academia Brasileira de Letras. Como você encara esta simpatia de um acadêmico por seus livros, aparentemente tão antiacadêmicos?

Resposta — Não se deve esquecer que o fundador da Academia, Machado, era um cara muito retado, penso assim, faço minha homenagem aqui, a Cassiano Ricardo, um Seco e Molhado, como se sabe, vira, vira... Um cara conservador é sempre tradicional, discute-se mais o contrário, pois'im, não faço desaforo do subtê disso tudo. Jorge Amado é um sábio popular. Levo muita fé nesta sabedoria, é uma sabedoria que falta a muita gente. Ela é *advinha* e o advento. Saravá!

P. — Como você situa sua literatura diante das formas da narrativa tradicional? O que você escreve está mais próximo da prosa ou da poesia? *Fale de Urubu-Rei e de Os Morcegos Estão Comendo os Mamãos Maduros.*

R. — Acredito que não existe mais formas nem narrativas. Antônio Cândido, este enigma das geometrias ocultas, em suas falas diz que a literatura contemporânea não possui mais gêneros. Guimarães Rosa queria um romance-dicionário. É cada dia mais impossível continuar a *rede-narra* de Cortázar. Decepo a cabeça da letra e escorro seu sentido vocabular. Eu não sei se é um trabalho *anti* ou *pós* ficcional. Com *Urubu-Rei* e *Os Morcegos* eu estou voando em balões coloridos, falando a linguagem do lugar onde minha sombra habita, um DISCO, um CORISCO, um OBJETO NÃO IDENTIFICADO, *saturno*, por exemplo. Esta viagem tem a consciência que entre os terrenos a linguagem é terrena e maléfica.

P. — Você reconhece alguma influência decisiva sobre sua ficção? O que representa para você a figura e a obra de Gregório de Matos?

R. — É comum perguntar a um artista sobre influências. O artista é as influências — não só dos conglomerados das correntes artísticas, mas de tudo. Um gnomo, um astronauta, um malandro, um feiticeiro, uma publicidade, uma cidade, uma laranja, um mecânico, um pensador, uma dor. Enfim, tudo isso e tudo disso, tudo fússão. Esta arte é a vida. Para mim a vida de Gregório é este artista.

P. — Fala-se muito que a literatura e as artes estão em crise diante da complexidade e perplexidade do mundo moderno. O que você acha disso?

R. — Entendo a poesia como



"Me considero não sei se por vaidade ou bobice um poeta de cordel-eletrônico"

profecia. A arte desagradável e melancólica do-nosso tempo antevê e reflete estas fissuras. A ficção sem as perplexidades e complexidades deste futuro-presente não é realidade nem extrapola estas crises-crises. A crise das artes atuais como a crise do papel poético e higiênico mostram principalmente como a cada dia nós ficamos ex-humanos cheios de operações plásticas, bebendo bebendo bebendo petróleo e querendo mais, desesperadamente petróleo, esta arte, a energia e a guerra, poluindo e matando.

P. — Quais são os vínculos de sua literatura com a tradição da cultura nacional?

R. — A sabedoria popular. Foi onde encontrei elementos para uma metapoesia multilinguística. Me considero não sei se por vaidade ou bobice um poeta de cordel-eletrônico. Sem a tradição da cultura nacional seria impossível esta conjunção do artesanal com o industrial, do consumo com insumo e outros *ketchup* com *pereba*.

P. — Quais os principais recursos criativos que você mobiliza em sua ficção? Você acredita que com tais recursos possa fazer uma literatura de alcance universal?

R. — Acoplagens metalinguísticas. Tupinglês. Portonhol. Tupilatim. Portinglês. Sertanês. Baianês, etc. Oralidades. Ideogramas chineses. Sinais. Incrustações. Números. Rabiscos. Ruidos. Cores. Pontuações. Tudo em semi-ótica semioterriando. Montagens multiplasvoações semilógicas. Penso que o verbal é universal. O problema é saber se o

universal é sideral.

P. — Sua literatura é engajada? Como você encara o papel social da arte?

R. — Neruda no fim de sua vida maravilhosa criticava entrevistas talvez por estas perguntas. Sou um artista experimental como penso entender a arte. A poesia não se define, esta arte infinitamente experimental não se engaja simplesmente pela sua própria estrutura de indefinição, nunca arquetípica. Por isso recuso vincular os futuristas russos ou Ezra Pound com o fascismo, principalmente pela noção que tenho destes inconscientes das artes e da poesia, engendrados de liberdades e criando o que o ser humano possui de mais humano, o ser humano artístico, manifestações de fenômenos contrários irremediavelmente a brutalização e ignorância que são os fundamentos medonhos, animalescos, ahumanos e antipoéticos do fascismo. A arte não pode por princípio estar ligada ao seu estranho, à manifestação elementar e totalitária da ignorância, inumana e apolítica. Minha literatura está a serviço deste desengajamento. O papel social da arte é a arte experimental. Sair das grades. Da estética. Dos sistemas. Do estabelecido. Do alienante. Do retrógrado. Do reacionário. Do acabado. Do certo. Fazer furos para ir ao futuro. A arte experimental está no futuro observando o presente e o ausente.

P. — Você controla inteiramente seu processo de criação, tal como ocorre nas vanguardas racionais? Você considera seu trabalho de vanguarda?

R. — Como "costura atômica da linguagem", segundo vê minha poética Periassu, a desintegração deste átomo é meu processo de criação. Não posso controlar o que já surge incontornável. O universo ficcional tem muito a ver com o universo atômico. Júlio Verne virou foguete. Penso que o artista é um cientista da alquimia e da astronomia. Quanto à vanguarda, o que posso dizer é que tudo que pinta, não sei mesmo por que, as pessoas levam logo pra vanguarda, eu realmente não saco deste cuidado.

P. — O leitor brasileiro parece pouco tolerante com as literaturas mais inovadoras. Como você vê o alcance comunicativo de sua ficção?

R. — Penso ser isso uma coisa do passado. Nossas universidades estão cheias de estudantes ávidos de informações. Meus livros já estão sendo estudados por eles. São leitores que não poderão ser intolerantes, é outra gente, outro tango. O problema da comunicação é interessante. *Eu, por exemplo, não entendo exatamente minha poesia.*

MÚSICA



Johnny Alf, o complexo músico simples

"O que eu estudei de música clássica — que já era do meu gosto musical — teve pouca influência depois. Porque, nos primeiros anos de piano, a gente segue aquele ritmo de peças tradicionais — mais Chopin que Debussy. Impacto mesmo me dava outro tipo de música. Eram os filmes americanos que tinham George Gershwin, Cole Porter, esse pessoal todo. Era o que me acendia aquela vontade interior de criar alguma coisa. Então, quando eu estudava, quando voltava do cinema sob aquele impacto, eu ia ao piano e fazia coisas com a influência do que tinha ouvido, inventava a melodia e tal..."

Neste simplório depoimento ao fascículo 43 da coleção *Música Popular Brasileira* da Abril, o compositor, cantor e pianista Johnny Alf ajuda a solucionar dois enigmas históricos. As origens de sua música inovadora gravada inicialmente no longínquo 52, e o começo da própria bossa nova. Para provar a tese do pioneirismo de Alf, inclusive, o produtor de discos Ramalho Netto escreveu o livro *Historinha do Desafinado*, classificando Alf de o primeiro bossa-novista (ainda que prudentemente estampasse uma foto de Tom Jobim na capa do livro).

Vinte anos depois, José Alfredo da Silva, carioca de Vila Isabel (19/5/29), continua pouco mais que um desconhecido ilustre para o grande público. Seu único grande êxito, mais divulgado na gravação da cantora Márcia, foi *Eu e a Brisa*, por sinal abatido na seleção de classificadas do Festival da TV Record paulista de 1967. Nos últimos dois anos, quando voltou a gravar, Johnny Alf parece ter sido contemplado com um lugar honroso, como o que lhe cabia nos primeiros espetáculos de bossa nova em São Paulo. No *show Banquete dos Mendigos*, montado por Macalé no

Museu de Arte Moderna, no Rio, no fim do ano passado, por exemplo, Johnny foi talvez o mais aplaudido, o único que bisou — a música *Eu e a Brisa*.

Seu novo LP, *Nós* (Odeon), não é a esperada apoteose de uma carreira tão reprimida por problemas variados. Mas ao menos lança algumas luzes mais que merecidas sobre o artista, marginalizado do curso principal — e do mar de glórias — da bossa nova. Reuniram-se a seu nome, finalmente reconhecido, alguns dos melhores músicos nacionais, como Victor Assis Brasil, Paulo Moura, Tenório Jr., Cópia, Wagner Tyso, Toninho Horta e Maurício Einhorn. Além disso, o produtor do LP, Simon Khoury, alistou alguns compositores sólidos como Milton Nascimento, Egberto Gismonti, Luís Gonzaga Jr. e Gilberto Gil, entre outros, para que emprestassem originais inéditos adequados ao repertório de Alf, o que, sem dúvida, reforça o título do LP. Numa prova de vitalidade de sua própria criação, Johnny Alf incluiu também no disco sua primeira música gravada, *O Que É Amar*, interpretada ainda em 52, pela então rainha do rádio Mary Gonçalves. E ela não destoa das novidades do próprio compositor (*Acorda Ulysses, Nós*) o que, em última análise, passa por um atestado duplo, de fidelidade e obsessiva coerência. Alf também em nada mudou seu estilo sombreado de cantar acrescentando divisão rítmica às palavras, interpretando como um instrumento alguns versos, num estilo que o aproxima de algumas escolas jazzísticas.

Além do compositor e cantor, no entanto, Alf, oculto num interminável percurso de boates durante boa parte de seus 20 anos de carreira, é sobretudo um esplêndido pianista.

continua na página ao lado

continuação da página ao lado

Suas harmonizações leves e ágeis sempre o colocaram entre os mais sofisticados instrumentistas brasileiros e não é espantoso que ele tenha aparecido com eficiência nas primeiras reuniões do Sinatra-Farney Fã-Clube, ainda em 1949. Ao contrário dos fãs-clubes posteriores, o Sinatra-Farney (que na época representava a mais aguda oposição à música brasileira bombástica e bolerística que fazia sucesso) era uma reunião periódica de músicos, que estudavam e exercitavam uma linha sonora então maldita, uma

primeira audição do ambiente intimista que originaria a bossa nova 10 anos depois. Alf e Farney rebelavam-se contra os vigentes padrões nacionais, mas suas respectivas admirações pela música americana já influam sobre os temas brasileiros que tocavam.

Tantas revoluções e mudanças musicais depois, a música de Johnny Alf — mantida praticamente intacta — serve também de incisiva reportagem daqueles tempos. E na medida em que os compositores escolhidos para o disco, de alguma forma, são continuadores dessa linha,

não é difícil atribuir também um clima de contraste estimulante entre autores antes e depois da bossa. Entre as razões por que Alf foi tanto tempo esquecido, no entanto, certamente se colocam as de origem subjetiva. E talvez o melhor retrato do cantor, compositor e pianista seja a faixa sensível e comovida com que o homenageou Gilberto Gil, que acompanha Alf ao violão neste verso adequado: "Sonhos desse tipo são comuns/ para um músico simples dos bares da vida/ sonhos do eco/ do medo, da culpa/ do erro, da noite perdida". (Tárik de Souza)

CINEMA

Os porcos segundo Pasolini

"Antes de mais nada", comentou certa vez um crítico francês, "Pasolini não é um cineasta". Para este crítico, Pasolini se esforça "para fazer cinema". Esse esforço é claramente sentido em todos os seus filmes, inclusive nos mais brilhantes e melhor acabados, como *Edipo Rei* e *Teorema*, pois neles sempre transparece os ressaibos de uma ruminada elaboração teórica. Pasolini não faz filmes mas ensaios-filmados sobre assuntos em que o sexo e a política aparecem tão indissociáveis quanto nos tomos teóricos de Reich (Wilhelm) e Marcuse.

O seu *Edipo Rei*, por exemplo, era uma estilização concebida a partir da ressonância ficcional e interpretativa que o mito (Édipo) sofreu ao longo dos séculos. Em vez do coro de Sófocles havia cantos populares e música *kabuki* (para dar uma idéia de destino). A esfinge, por seu turno, surgia como o inconsciente do personagem-mito. No final, Édipo era sublimado pelo cineasta e fazia uma escolha ideológica, passando de poeta decadente a marxista, até se transformar num moribundo esperançoso de reencontrar o mundo de sua infância na primeira relva em que se deitou. Podia-se interpretar *Edipo Rei* em cima de dados freudianos e até mesmo de revisões adlerianas (o complexo visto como uma necessidade de superioridade e não apenas como um fenômeno de natureza sexual), via Jung (o amor primitivo do filho pela mãe-amamentadora), Ian Suttie (as circunstâncias das personalidades), Karen Horney (a influência poderosa do ambiente) — passando por Holderlin, Nietzsche e o indefectível Marx. No epílogo, a dúvida: o presente de Édipo era um sonho do passado ou o passado era uma antevisão do futuro? É provável, contudo, que *Edipo Rei* fosse um *science-fiction* às avessas como os romances de Jorge Luis Borges.

Pocilga é um ensaio-filmado (ou, como o autor prefere chamá-lo: um "filme de poesia") igualmente intrincado. Começa onde *Teorema* terminou: na vulcânica região do Etna e com a devoração de um soldado que, em *Teorema*, fazia o papel do jovem



sobre o qual o industrial Massimo Girotti lançava um olhar significativo na estação rodoviária, antes de partir para o deserto.

O que deduzir disso? Muita coisa. Sobretudo que Pasolini, uma vez mais, está tentando dar a uma fábula sobre canibalismo (uma nova religião que precisa ser banida?) e parricídio (a destruição dos velhos valores pelos novos?) as dimensões envolventes de um espetáculo. Um espetáculo de idéias, bem entendido: frio e calculista. Ou se gosta ou se detesta.

A parte as proverbiais contradições do autor (uma alma cristã fascinada pelo anarquismo e o comunismo), *Pocilga* é uma obra perfeita dentro dos limites propostos por Pasolini. Suas duas partes se complementam e explicam mutuamente ainda que sem a imediata limpidez de um filme de concepção clássica (ou "cinema de prosa", conforme o jargão pasoliniano). Mas não é tão árdua assim a tarefa de equacionar este novo teorema. Na primeira parte, o corpo é transformado em objeto de prazer: o canibal Pierre Clementi admite que

comeu carne humana e gostou. Na segunda, é a vez do porco (anagrama de corpo) servir como objeto de prazer, desta feita sexual. Duas épocas (Idade Média, Alemanha do pós-guerra) e duas aberrações (canibalismo, zoofilia).

Pasolini vai mais longe: ao parricídio cometido por Clementi — que pode ser visto como uma revolta de Cristo-Dionísio contra Deus, e, portanto, como a morte da Razão — corresponde a porcofilia de Julian (Jean-Pierre Léaud), cujo pai, é bom lembrar, se compara, numa cena, a um porco. Julian não faz outra coisa senão violar seu próprio pai. Mas a Razão (repressiva) acaba triunfando: o canibal é punido por verdugos inquisitoriais e Julian devorado pelos suínos. Moral da história: a sociedade sempre destrói seus filhos transviados. Pasolini, como se vê, é um incorrigível fatalista.

A geométrica construção de *Pocilga* articula-se exclusivamente sobre contrastes: amor-ódio, oral-anal, sujeira-limpeza, quente (lava)-frio (neve), passado-presente, silêncio e câmara solta (primeira parte)-tagarelice e câmara presa (segunda parte). Além de exímio articulador de contrastes, Pasolini tem um jeito muito especial de fazer ironias. A delicada, quase plangente, música que se ouve nos créditos é o *Horst Wessel Lied*, hino da Juventude Hitlerista. Um dos industriais amigos de *herr* Klotz (o pai de Julian) chama-se Ding (que tanto pode significar "coisa" como "pênis"). Godesberg, a cidade alemã onde vive a família Klotz, foi o palanque de onde Hitler lançou o ultimato à Tchecoslováquia, e onde atualmente os barões da indústria buscam repouso nos feriados.

A Godesberg de Pasolini funciona como um subterfúgio humorístico e simbólico do mesmo cerne da Chicago de Brecht, da Veneza de Jonson e da Alphonse de Jean-Luc. Nela, o cerebral e escandaloso cineasta imola não somente o germanismo emergente mas todos os sobreviventes do fascismo europeu de 30 anos atrás conluídos no Mercado Comum. Vale a pena lembrar ainda que o estilo da mansão dos Klotz copia o de uma *villa* italiana. Tirem disso a conclusão que bem desejarem. (Sérgio Augusto)

TEATRO

A "Yerma" de Victor Garcia

Yerma, de Federico Garcia Lorca, um dos vigorosos poemas dramáticos da dramaturgia moderna, transformou-se, encenado na Espanha pela companhia de Núria Espert, num dos espetáculos mais aplaudidos do teatro contemporâneo. Núria é catalã e uma das atrizes mais expressivas da Espanha; com 20 anos, em 1959, organizou sua companhia, juntamente com o marido, Armando Moreno, já tendo produzido peças de Lope de Vega, Calderón de la Barca, Eugene O'Neill, Sartre, Brecht, Shakespeare e Jean Genet. *Yerma* foi dirigido pelo encenador argentino Victor Garcia, que já realizou dois espetáculos que marcaram, sobretudo pelo vigor e inventividade da linguagem cênica, o teatro brasileiro dos últimos anos: *Cemitério de Automóveis* de Arrabal e *O Balcão* de Genet.

Esta *Yerma*, considerada pelo diretor de teatro inglês Peter Brook como "uma das maiores obras-primas" vistas por ele em sua vida, foi representada durante poucos dias no Teatro Municipal de São Paulo.

Para Núria Espert, o que aconteceu depois de *Yerma* foi uma surpresa: "Há muito tempo que eu queria fazer uma peça de Garcia Lorca. Mas nunca pensei que aconteceria o que aconteceu. No princípio era apenas o próximo título que fomos apresentar. Acabou sendo um modo de viver, de andar pelo mundo, conhecer coisas inacessíveis, um modo de encontrar pessoas, de expressar-se". O espetáculo já foi apresentado em Paris, na Inglaterra, Iugoslávia, Itália, Suíça, Holanda, Estados Unidos e em diversas cidades da Espanha. E de São Paulo a companhia viajou para um roteiro que incluirá a Argentina, o Uruguai, a Venezuela e o México.

Este não foi o primeiro encontro de Victor Garcia com o teatro do poeta espanhol fuzilado na Espanha em 1937, durante a guerra civil. "Meu primeiro encontro com o teatro foi um encontro com Lorca", afirma Victor. Foi ainda na Argentina: tinha cerca de 20 anos e dirigiu a primeira peça do autor de *Yerma*, *El Maleficio de la Mariposa* (escrita aos 17 anos). Foi ele também o autor do espaço cênico.

Para Victor, sua participação em *Yerma* deve-se ao acaso. "Eu estava com Núria em Granada, onde o espetáculo deveria ter estreado (o que acabou não sendo possível), buscando um local para encenar a peça. Encontramos um mercado árabe, com balcões e um grande pátio, tendo no centro uma fonte bastante antiga. Como não podíamos tirar a fonte, pensei em cobri-la com uma lona presa a barras laterais. E assim aproveitar a lona como linguagem, como espaço. Em certos momentos seria retirada e poderíamos utilizar o solo, a fonte. Não

fizemos o espetáculo em Granada, mas ficamos com a idéia da lona. Para mim tratava-se inicialmente de resolver um problema prático, unificar tantas cenas separadas: a casa, o campo, a fonte, etc. No palco a lona está fixada em hastes de metal. Ela forma colinas e vales. Tudo sem cor com a mais absoluta neutralidade. Sem nada. Guardando uma austeridade total, uma enorme tensão".

Uma nova leitura

Victor não fala muito sobre sua concepção do espetáculo: "Não é teatro político, não solucionaria nada, nem problemas estéticos nem de estilo. Não sei nada, não tenho idéia; mas é uma coisa que as pessoas gostam. Foi um trabalho maravilhoso. A construção de uma máquina que se tornou terrivelmente humana".

Núria explicita mais o sentido do espetáculo: "Eliminamos tudo que, sendo certo, era conhecido. Certo, mas muito conhecido. E nos apoiamos muitíssimo no que se poderia chamar de mágico e de misterioso do teatro de Lorca. Creio que esta é a parte mais universal de sua obra. E, ao menos na Espanha, não é nunca utilizada. Em Lorca existe um pressentimento de morte sempre presente, sempre ausente do palco quando seu teatro é representado. Creio que foi o que mais fascinou a Victor. E foi de onde se partiu para esta *Yerma*. Que não é uma obra de teatro, mas um poema trágico".

Núria Espert afirma que na Espanha Lorca é muito amado mas pouco representado. Quando é encenado é quase sempre a partir de um ponto de vista folclórico. Diante desta versão inovadora de *Yerma*, declara Núria: "A Espanha se dividiu, como na guerra civil"...

O público mais jovem manifestou mais paixão pelo espetáculo. Mas ela diz que ainda existem muitos que estão fechados numa maneira velha de ler ou interpretar Lorca. Para estes, foi um escândalo: "Como se o espetáculo, precisamente por seu vigor, lhes roubasse alguma coisa, lhes fizesse entender que durante muito tempo estiveram perdendo seu tempo". Mas em todos os países onde foi encenado *Yerma* foi recebido com entusiasmo. E em Bucareste, no festival internacional de 1971, recebeu o primeiro prêmio da crítica. Praticamente desde 1939 o teatro espanhol não afirmava sua voz, sua tradição poética e o vigor nacional — popular de sua dramaturgia. Núria Espert e seu elenco, sem dúvida, quebram o longo silêncio e justamente com uma das energias páginas de sua literatura dramática: um dos textos mais calorosos de um poeta mártir. (Andréa Sarti)

FERNANDA MONTENEGRO em

O AMANTE DE MME. VIDAL

de Louis Verneuil

trad. de Millôr Fernandes

com

Rosita Tomás Lopes — Otávio Augusto

Afonso Stuart — Suzy Arruda

Rogério Froes — Renato Pedrosa — Labanca

Direção: Fernando Torres — C. nários: Marcos Flaksman

Figurinos: Kalmu Murinho

Trilha sonora: John Neschling

TEATRO JOÃO CAETANO

Cr\$ 8,00

ULTIMAS SEMANAS

OTHON BASTOS apresenta

UM GRITO PARADO NO AR

de

GIANFRANCESCO GUARNIERI
Música-tema: TOQUINHO

8 MESES DE SUCESSO EM S. PAULO

TEATRO PRINCESA ISABEL

Av. Psa. Isabel, 182 — Tel.: 236-3724

3.ª, 4.ª, e 6.ª: 21h30m — 5.ª às 17h e 21h30m — Sáb.: 20h30m e 22h30m — Doms.: 18h e 21h30m.



"VIDA E OBRA"

HENRY MILLER, VIDA E OBRA	Cr\$ 12,00
CAMUS, VIDA E OBRA	Cr\$ 15,00
FREUD, VIDA E OBRA	Cr\$ 12,00
KAFKA, VIDA E OBRA	Cr\$ 12,00
SARTRE, VIDA E OBRA	Cr\$ 12,00
MAIAKOVSKI, VIDA E OBRA	Cr\$ 15,00
JUNG, VIDA E OBRA	Cr\$ 15,00

José Alvaro Editor S/A
Rua Gago Coutinho, 61

Fone: 246-7466
Rio de Janeiro — GB

LIVROS

Os azares da sociologia da educação

Há certos livros que, após um período de adoção nas escolas, passam a figurar quase como obrigatórios nas bibliografias. Alguns deles podem ser de boa qualidade, contribuindo para o desenvolvimento intelectual dos estudantes. Outros, no entanto, podem ser absolutamente inadequados. Para evitar o problema da "sobrevivência" desses últimos, seria bastante útil compará-los com novos lançamentos sobre o mesmo tema e tirar daí algumas conclusões.

Casos de "sobrevivência" indevida ocorrem, por exemplo, com livros-texto de sociologia que apresentam muito mais uma justificativa de um certo tipo de educação e visão do mundo do que uma análise do que realmente se passa nas escolas. A respeito disso o sociólogo e crítico literário Antônio Cândido apresentou há cerca de 20 anos uma comunicação ao I Congresso Brasileiro de Sociologia tentando definir e apontar as tendências do desenvolvimento da sociologia da educação. Chamava a atenção para a dificuldade da sociologia da educação firmar-se como ciência: a atração quase irresistível para que ela descambasse para a filosofia ou para a mera didática. Em termos da necessária pesquisa, quase nada. Quando muito, alguns levantamentos administrativos e psicológicos.

A razão desses desvios e insuficiências estava no fato da sociologia da educação se apresentar como *matéria de ensino* no currículo de formação de professores. "Isto faz com que sejam encarados, nela, aqueles aspectos que contribuem para esclarecer o processo educacional e auxiliar a prática pedagógica. E assim, o mesmo motivo que garante a sua existência nos currículos como disciplina compromete a sua vitalidade científica; o que assistimos é, quase sempre, no ensino e nos livros, uma regressão ao aspecto filosófico ou ao aspecto pedagógico" (1).

Pois bem, quando Antônio Cândido apresentava seu diagnóstico/lamento, já se encontrava na 3.ª edição o livro de Afro do Amaral Fontoura, *Sociologia Educacional*, largamente utilizado nas escolas normais e até mesmo nos cursos de pedagogia e licenciatura das faculdades de filosofia. Em 1974 esse livro está na 22.ª edição, o que é um exemplo dramático da atualidade da comunicação de Antônio Cândido.

A leitura atenta do livro de Fontoura permite ver que o pensamento do autor é dilacerado por várias tensões que terminam por reduzi-lo a um manual didático dos mais anacrônicos. 1) o autor tenta sem êxito estabelecer uma conciliação entre as concepções durkheimianas de educação e as da velha pedagogia essencialista; assim, ele diz que, de um lado, os fins da educação são aqueles que a sociedade lhe atribui, em cada época (Durkheim) (2) e, de outro, que o objetivo da educação "para os cristãos" (incluindo a si próprio) é o da "formação da alma do indivíduo, o seu aperfeiçoamento espiritual, no sentido de melhor cumprir os preceitos divinos e eternos" (p. 142). 2) Percebe-se, a toda hora, o grande dilema do autor: ser obrigado a citar John Dewey por ser ele uma fonte "autorizada" dos lugares-comuns didático-pedagógicos em voga e, ao mesmo tempo, ter de combatê-lo por sua filosofia "utilitarista", seu pensamento agnóstico e, principalmente, pelo fato dele ser o mestre dos escolanovistas que, no Brasil, pretendiam (suposição do autor) acabar com a escola particular, entre elas as religiosas. Isso tudo durante as discussões que precederam a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (aprovada em 1961). 3) Finalmente, a terceira grande tensão do autor é entre o fato verificado da educação destinar-se a manter os modos de vida e o fato desejado dela vir a ser um instrumento de transformação desses modos (numa direção não definida). Os leitores, professores em formação, são induzidos, frequentemente, a assumir o papel de "líderes da comunidade" e colocar o seu saber e virtude a serviço do "aperfeiçoamento da sociedade". No entanto, quando o autor indaga da contribuição da sociologia à "ciência da educação" (leia-se racionalização da prática educativa), encontra resposta justamente na possibilidade de servir para refrear o espírito onipotente do pedagogo "de pensar que a escola pode tudo" (p. 391).

Se, em algumas "áreas", o pensamento do autor oscila, tenso, em outras, ao contrário, apresenta-se com grande coerência. É o caso do seu "diagnóstico" da crise da sociedade contemporânea, dos problemas da juventude, sexo, política, trabalho, e do papel da escola na sua resolução. Essa crise é percebida como "decadência moral da sociedade" (p. 157) e tem segundo Fontoura, duas causas, ou melhor, dois grupos de causas. O primeiro deles abrange a perda de religiosidade do homem e a secularização da moral. "No mundo moderno o homem se tornou, infelizmente, muito menos religioso, decaído, por consequência, a influência da religião sobre a vida da sociedade. Isso implica também, em parte, a decadência geral dos costumes, da família, da educação e da moral" (p. 55). Afrouxado o controle social via religião, surgem as instituições jurídicas e policiais como a "...última esperança dos homens neste mundo atormentado..." (p. 59). O segundo grupo de causas consiste nas mudanças das condições de vida, do "progressismo" que o autor condena como fonte de dissolução dos costumes. O crescimento das cidades é apontado como pernicioso, pois faz com que termine a "vida de família": os pais não podem mais fazer as refeições junto aos filhos, diminui o tamanho das residências, impedindo a convivência e as festas, etc. Tudo isso concorreu para quebrar os laços familiares. Por sua vez, "o enfraquecimento da família acarretou a decadência moral da sociedade. Quando se afrouxam os laços morais entre pais e filhos, evidentemente muito mais se afrouxarão os que determinam a vida em sociedade, entre indivíduos que mal se conhecem" (p. 157).

Esse pensamento conservador aparece no livro, também na forma de trabalhos de alunos do autor, apresentados como verdadeiros paradigmas. Foram escritos por freiras ou então dirigidos por elas. Referem-se a "estudos de comunidade", segundo um roteiro do autor, feitos em pequenas cidades do interior (Araguari, MG, Morrinhos, GO e Paranaíba, PR). Esses estudos têm o propósito de mostrar, simultaneamente, a dedicação das freiras, a procedência do roteiro de autor e a "bondade" das pequenas cidades.

A grande cidade passa a ser culpada pelo aparecimento da "juventude transviada", pela inversão de valores (difusão sistemática de valores errados pela TV, pelo rádio e pelos jornais e onde até o professor tem menos status do que um artista de rádio!) e por uma certa perda de encanto devido a um progresso enganoso: "Quem pode negar por exemplo, que a velha casa, de grandes salas e jardins amplos, não era melhor que os apartamentos do 'progresso', onde as pessoas, se atropelam umas sobre as outras" (p. 251).

Uma das dimensões da "dissolução dos costumes" que o autor destaca é a do sexo, dissolução que começa na vestimenta. "É possível afirmar que

SOCIOLOGIA EDUCACIONAL, Afro do Amaral Fontoura (Gráfica Editora Aurora, 1974, 22.ª edição, 413 págs., Cr\$ 10,00)

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO, Ivor Morrish (Zahar, 340 págs., Cr\$ 30,00)

certas modas, que deformam a mulher ou a desnudam, que a fazem pintar os lábios de roxo e os cabelos de vermelho, representam um progresso?" (P.251)

Mais uma vez aparece a "juventude transviada" como sinal da crise da sociedade. "A exacerbação do sexo, o predomínio do instinto sexual, é outra expressão marcante dos elementos que compõem esse grupo, não sendo raras as 'curras' para apanhar mocinhas na rua como quem crêca animais no mangureiro. Os crimes sexuais, como esse monstruoso assassinato de uma garota, atirada pela *terrasse* de um arranha-céu (alusão ao caso Alda Curi), demonstram a que ponto atingiu a perversão de certos setores da juventude" (p. 153).

Em contradição a isso tudo, Fontoura transcreve cartas que mostram como zelosas freiras cuidam da "segurança" sexual das alunas ao mesmo tempo que permitem que elas usem maiô na praia, dançam umas com as outras, usem "sandálias abertas e sem meias", etc. Recomenda, também, muito cuidado com a educação sexual: "Dada a delicadeza do conteúdo da educação sexual e os seus perigos, é de toda conveniência que ela não seja objeto de 'cursos' públicos, mas sim ensinada indiretamente, através das aulas de Botânica, Zoologia, Educação Moral, etc., e assim mesmo com o máximo recato e prudência" (p. 208).

O trabalho humano é tratado como um bom antídoto contra a tendência à "dissolução" dos costumes, já utilizado, aliás, por dom Bosco. "Em seu sentido moral, o trabalho é talvez o maior sustentáculo do caráter humano. O homem, mergulhado no seu trabalho, não tem tempo de pensar em coisas menos dignas" (p. 192).

O pensamento político do autor é uma curiosa combinação de culto verbal à democracia e ao autoritarismo, onde a disciplina interna da escola fornece o modelo para o funcionamento da sociedade política e vice-versa. "Não pode haver regime democrático sem escola democrática. Mas, assim como na sociedade, a democracia, para funcionar bem, exige um governo, uma autoridade bastante forte a fim de impedir os abusos que destróem a democracia, assim também a escola democrática não pode prescindir da autoridade de seus diretores e professores, autoridade que deve ser bastante forte para impedir que os alunos acaso desorientados anulem os benefícios da democracia aos mesmos concedidos" (p. 255). Fontoura diz que a autonomia dos estudantes é um valor positivo, mas de difícil aplicação no Brasil como nos demais países latinos, "onde o clima, o trópico, o temperamento, a herança histórica, tudo é pouco disciplinador..." (p. 268). Já autonomia dos estudantes exige para funcionar... "um espírito de disciplina, de dever, de responsabilidade, de seriedade que só as velhas culturas milenares possuem, e que já é insensivelmente transmitido de geração em geração" (p. 272).

Mas diante de toda a crise constatada, Fontoura não desanima e aponta aos leitores, professores em formação, os heróis que irão reorganizar o mundo em dissolução: os próprios professores, verdadeiras reservas morais num mundo corrompido.

Ao fim da leitura dessa *Sociologia Educacional*, verifica-se que sociologia é um bem extremamente raro em todo

o livro: no máximo, umas 100 páginas (de má qualidade) no total de 400.

Ele é um exemplo claro de que a ignorância, ou melhor, o desconhecimento que os homens têm da sua própria vida social não é um estado primitivo, original, mas é algo produzido. E a educação tem muito a ver com essa produção, como é o caso das escolas normais usando esse livro na formação de professores que, por sua vez, reproduzirão de alguma forma o pensamento nele contido.

No contexto de um "mercado" que consome largamente livros como o comentado, a tradução de *Sociologia da Educação*, de Ivor Morrish, será certamente recebida com avidez por professores e alunos da matéria. Trata-se de um livro recente (a 1.ª edição inglesa é de 1972) o que apresenta ao leitor brasileiro, pela primeira vez, uma visão panorâmica de uma sociologia da educação na perspectiva funcionalista.

A primeira impressão do leitor poderá ser de que se trata de uma obra que nada tem em comum com a de Fontoura. Essa impressão decorrerá, possivelmente, do estilo mais enxuto da sua linguagem, sem loas à vida das cidades pequenas, sem basear-se em santos, sem imprecisões ao barulho das lambretas. Não é bem assim. Há vários pontos comuns aos dois livros, apesar dos diferentes estilos de exposição: um épico-religioso, outro burocrático-acadêmico. São os seguintes: 1) Os dois autores usam certas fontes "sagradas" que apontam caminhos sempre certos, os mais adequados para o "bem comum". Para Fontoura essas fontes são textos de papas, santos e padres, para Morrish, são os *reports* de comissões parlamentares inglesas. 2) Tratando de sociologia, as referências dos autores são bastante parciais. Fontoura ignorou tudo o que se escreveu de sociologia no país, apesar de referir-se ao Brasil na maior parte do livro. Morrish não considerou a existência da estimulante produção francesa de sociologia da educação (o que há de melhor hoje!) nem a de excelentes pesquisadores norte-americanos como Jenks e Schwebel; sua principal omissão, entretanto, é das formulações de Brookover, também norte-americano, que responde a muitas das perguntas que aparecem não respondidas no seu livro. 3) O conservadorismo está presente nos dois autores. Em Fontoura, como já mostramos, ele aparece explícito, agressivo e militante. Já em Morrish o conservadorismo aparece de forma racionalizada e misturada a colocações sobre a necessidade de uma "educação para a mudança". Ele define a sociedade pelas condições prévias à sua existência (e permanência). Daí deduz, então, as funções da educação, que só podem ser as de conservação do *status quo* (cap. 3). O autor é levado sempre a confundir as condições de sobrevivência do homem como espécie com as da sociedade existente, como no caso dos padrões sexuais: "As mudanças nos padrões de relações heterossexuais que estão ocorrendo em nossa época devem, inevitavelmente, levar-nos a considerar se, em última instância, elas não serão apenas propícias à felicidade do homem mas também à sua sobrevivência" (p. 47). Haverá contradição entre felicidade e sobrevivência? A felicidade pode levar à morte? Há uma lenda antiga que diz que pode, pois os homens comeram o fruto da árvore do bem e do mal e perderam o paraiso... 4) Os dois autores são mais pedagogos do que sociólogos. Já mostramos isso em Fontoura. Quanto a Morrish, dos 16 capítulos, nove são dedicados aos conselhos pedagógicos e à reflexão filosófica. A pedagogia de John Dewey aparece como a principal mensagem a ser veiculada por ambos, se bem que Morrish não tenha que lhe fazer certas críticas para torná-lo digerível pelo

público. 5) Finalmente, o último ponto comum que identificamos é a aceitação do amadorismo em pesquisa de sociologia da educação. Isto seria de se esperar de Fontoura, ele próprio um amador, mas não de Morrish, que tem uma leitura mais ampla, apercebendo-se das dificuldades teóricas da ciência e, logo, das dificuldades resultantes para a pesquisa. Ele diz que certas pesquisas podem até ser melhor desenvolvidas por pedagogos ou professores, embora com a ressalva do uso de uma metodologia apropriada (págs. 37-38).

É preciso destacar que, apesar da presença de pontos negativos no livro de Morrish, ele apresenta algumas colocações muito bem feitas. O autor faz bom uso dos estudos de sócio-linguística de Bernstein e Lawton e constata a existência de "uma espécie de subnutrição linguística" (p. 286) no ambiente doméstico das famílias dos trabalhadores que os impede de obter bom proveito da educação escolar. "Todo o ambiente da criança da classe trabalhadora milita contra qualquer tipo formal de educação, visto que a escola exige respostas que, de modo geral, são muito diferentes daquelas a que a criança está acostumada em seu lar. A criança vê-se diante de um professor ou professora que pertence a uma classe diferente da sua e para cujos padrões de linguagem e conceitos mentais ela não está 'sintonizada'. A criança da classe trabalhadora reagirá fortemente contra quaisquer tentativas para aperfeiçoar a sua fala e expressão e, por causa disto, achará difícil, senão impossível, a manipulação de abstrações" (pág. 154). Morrish conclui que esse fenômeno é um sério obstáculo para a utilização da educação escolar como instrumento de equalização de oportunidades.

O verdadeiro currículo da escola tem sido procurado e escondido ao mesmo tempo. É comum dizer-se, hoje, com Ivan Illich (3), que a escola tem um *currículo oculto*, distinto e ignorado pelo currículo oficial, o explícito e presente na consciência dos professores. Morrish mostra ter conhecimento desse fato e, mais, da sua relevância, talvez até maior do que a do currículo oficial, como no trecho seguinte: "Os alunos também podem aprender, no *forum* do conselho escolar, as muitas possibilidades de uso e abuso da autoridade, a facilidade com que um indivíduo de palavra fácil pode alterar todo o teor e direção de um debate, e a forma como, em última instância, as suas decisões aparentemente mais racionais podem ser frustradas e desacreditadas por um diretor que não queira cooperar. As verdadeiras lições da vida não são apenas ensinadas na sala de aula; são aquelas que os alunos absorvem através da participação e da ação na sociedade escolar. E até as frustrações que muitos deles podem sentir na tomada de decisões, dentro da escola, certamente terão suas contrapartes na sociedade mais ampla, quando nela ingressarem como membros de pleno direito" (p. 250).

Morrish discute, e muito bem, a atribuição que tem sido feita comumente à educação escolar de ser um *investimento*, ao lado da construção de estradas, máquinas, etc. Ele mostra que por baixo dessa atribuição está a suposição de que a sociedade em questão é definitiva. Isto porque "as capacidades econômicas de um jovem devem se relacionar estreitamente com a espécie de sociedade que ele vai viver, talvez por muitos anos, e não apenas com aquela em que ele está vivendo no presente momento. Como educadores, poderemos investir nele todas as coisas erradas para uma civilização de computadores e cibernética.

(3) Para maior conhecimento das teses de Ivan Illich ver *Sociedade sem Escolas*, editora Vozes, comentado em *Opinião* n.º 24.

continua na página ao lado

(1) Antônio Cândido, *Tendências no Desenvolvimento da Sociologia da Educação*, em *Educação e Sociedade*, L. Pereira e M. M. Foracchi (organizadores), Cia. Editora Nacional, 1969, página 11.

(2) Emile Durkheim, *sociólogo francês considerado um dos fundadores da sociologia moderna (1858-1917)*.

continuação da página ao lado

Poderemos desenvolver personalidades interessantes, até 'completas' ou 'integradas', que são completamente inadequadas para existências produtivas, economicamente falando, na sociedade em que se graduam. Com efeito, suspeitamos de que uma boa quantidade dos chamados 'desertores' (*drop-outs*) e *hippies*, em nosso meio, está investida de considerável potencial humano, o qual está inteiramente desligado da sociedade vigente. De fato, não poderia ser de outro modo, visto que eles não aprovam a sociedade

atual nem o rumo que a sociedade está tomando" (p. 108).

Outro aspecto positivo do livro de Morrish é o trabalho de revisão técnica, uma recente inovação das editoras que têm contribuído muito para a qualidade das traduções. Neste caso, há uma grande quantidade de notas de rodapé que explicam certos termos ingleses não passíveis de tradução literal, bem como referem outros à nova nomenclatura em voga no Brasil após a reforma do ensino de 1971.

Finalmente, queremos deixar claro que o livro de Morrish é aconselhável para os estudos de sociologia da

educação, mas com uma condição: a dos professores e alunos usarem-no, não como um manual, mas como um instrumento de trabalho, o que significa, inclusive, criticar o próprio livro. Esta atitude permite que se use, também, de modo construtivo, o livro de Fontoura, só que, muito provavelmente, as dificuldades seriam maiores. Ainda mais se persistir a tendência que as faculdades de educação e escolas normais têm de utilizar pessoas graduadas nos cursos de pedagogia para o ensino de sociologia da educação. (Lutz Antonio C. R. Cunha)

A incomunicabilidade de McLuhan

Clichê, s. m. — ... (fig.) Lugar comum...

Arquétipo (*archetypol*), s. m. — Modelo para seres criados, padrão, exemplar.

(Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa — Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira)

Sem esta simplicidade conceitual de dicionarista, McLuhan e Wilfred Watson escrevem um livro de 237 páginas sobre clichê e arquétipo, ao cabo das quais fica-se sem saber o que é uma coisa e outra.

Escrito em 1971, *Do Clichê ao Arquétipo* já aborda os vários assuntos enfiados pelo rótulo *Comunicação* de maneira mais didática do que nos livros anteriores *Mechanical Bride*, *Understanding Media* e *The Medium is the Massage*. Está ainda, porém, muito longe de ser passível de compreensão, pelo menos imediata, do leitor a que se destina.

Os autores de *Comunicação* argumentam que "clareza é impossível" já que essa ciência é muito nova e ainda não está consolidada, pois a cada momento surgem novos elementos (tecnológicos, eletrônicos ou cibernéticos) que vão influir, desviar e por vezes mutilar estudos inteiros já considerados definitivos.

A imprecisão dessa ciência, que particularmente nos parece se basear não tanto na novidade quanto na pluralidade de objetos de estudo, gera a aparição de muitos livros que apenas mistificam. Este não parece ser o caso de Marshall McLuhan em *O Clichê e o Arquétipo*. Entretanto, embora o papa da ciência, ele não é criador, como Freud foi da Psicanálise ou Saussure da Linguística. É apenas o coletor desse lixo científico.

Sua tarefa é armazenar as sobras dos conhecimentos criados por outras ciências (Sociologia, Psicologia, Linguística, Filosofia, etc.), mastigá-las e devolvê-las ao domínio público como uma pasta informe, não digerida, suscetível de mil diferentes interpretações.

Este último livro não é exceção. Calçados em ampla bibliografia, fazendo muitas citações quase a ponto de anular a própria observação, os autores invadem vários terrenos. Falam do Teatro do Absurdo, e criam termos de significados vários para, por seu meio, estudar as palavras-chave "clichê e arquétipo". Os termos mais usuais são: anestesia, sonda, colapso e recuperação — todos desviados de suas semânticas originais.

O clichê mais frequente que aparece como objeto de estudo é realmente a frase desgastada pelo uso popular. O

DO CLICHÊ AO ARQUÉTIPO, Marshall McLuhan e Wilfred Watson (Distribuidora Record, 237 págs., Cr\$ 35,00)

arquétipo é o mesmo de Jung, de quem inclusive é feita uma citação pouco esclarecedora: "A imagem primordial ou arquétipo é uma figura, seja um demônio, homem ou processo, que se repete no curso da história sempre que a fantasia criativa se manifesta plenamente. Essencialmente, portanto, é uma figura mitológica. Se submetermos essas imagens a um exame mais acurado, descobriremos que elas são as resultantes formuladas de um sem-número de experiências típicas de nossos antepassados. Elas são, poder-se-ia dizer, o resíduo psíquico de inúmeras experiências do mesmo tipo". A ilustração desta formulação jungiana vem mais adiante com um dos raros exemplos práticos: um professor que estava fazendo conferências na Universidade do Wisconsin acidentou-se, caindo nas águas de um lago. Foi salvo em estado de inconsciência ainda preso ao bote. O jornal da universidade logo publicou sua caricatura com a legenda: "Salvo por reação ancestral". E McLuhan completa filosoficamente: "Todos nós nos salvamos por reações ancestrais em todas as situações não verbais de nossa vida".

Bem mais adiante, uma outra "definição" de arquétipo vem completar as anteriores: "A educação, não importa a forma que assuma, é a recuperação (ou memorização) do arquétipo".

Este capítulo específico para o arquétipo é completado com a semelhança que existiria entre o antigo livro de oráculos chinês *I Ching* e os computadores: o sucesso atual do *I Ching* se basearia em sua linguagem novamente compreensível, tão técnica e fidedigna quanto a dos computadores eletrônicos.

Mas é da literatura — de Shakespeare a Montaigne — que saem as mais enfáticas citações e análises correspondentes. Através da própria literatura, muito mais do que da análise, é que se depreendem as razões de McLuhan — cuja função mais valiosa parece ser a de escolher e reproduzir os textos que esclarecerão suas confusas idéias.

Estas idéias, apesar dos sofismas que encerram, podem ter bastante interesse e — o que é típico neste autor — o sabor de ovo-de-colombo. Portanto, a maneira que nos parece mais correta de ler e entender o livro é desvinculando-o de qualquer

compreensão científica (que subentende organização, método, início-meio-fim) e partindo, em termos mais apropriados, para a "curtição" das frases soltas, das idéias sugeridas e raramente acabadas. Porque há enormes e inúteis dissertações (por exemplo, uma sobre a mentira) que apesar de flutuantes no contexto estrutural da obra, são verdadeiros achados às vezes irônicos, às vezes poéticos, que dão ao livro uma feição mais artística do que científica. A partir daí pode-se colocar a imaginação a funcionar e desvendar novos caminhos para os problemas propostos.

Pela tendência geral da literatura especializada, é de se presumir que a Comunicação, quando encarada seriamente, só gera confusão. Se encarada como jogo mental, terá mais possibilidades de vingar, crescer e até — quem sabe — perder a hierofântica auréola que lhe dão os iniciados.

Ivan Pedro de Martins (o tradutor e autor do ótimo prefácio) diz que "se defeito tem o livro, é de atender ao convencional para divulgar o anticonvencional". Portanto, aos alunos de Comunicação, cuidado: é nestas palavras que os professores se agarrarão para forjar seus sorrisos superiores e dizer: "Não adianta explicar. Vocês são mesmo uns ignorantes". (Newton Cunha)

XADREZ

Os finais de Petrosian

Leonard Barden

Alguns mestres e grandes mestres conseguem distinguir-se por sua habilidade em explorar determinados aspectos da abertura e do meio-jogo. Gligoric é o maior expoente da Índia do Rei, Talh destrói a Siciliana com sacrifícios de cavalo em 5D, e Korchnoi não tem igual no meio-jogo em posições defensivas. A abordagem do ex-campeão mundial Petrosian é a mais sutil de todas: para ele, os lances de abertura não passam o mais das vezes de prelúdio a uma transposição para um final posicionalmente favorável.

Em sua ascensão ao título mundial, Petrosian ficou famoso por sua arte em imobilizar o bispo em *fianchetto* das negras na Defesa Índia do Rei. Um exemplo típico dessa técnica de sucuri é a sua partida contra Schweber (negras) em Estocolmo, 1962: 1 P4D C3BR 2 P4BD P3CR 3 C3BD B2C 4 P4R P3D 5 52R 0—0 6 B5C P3TR 7 B3R P4R 8 P5D P3B 9 P4TR PxP 10 PBxP CD2D 11 P5P P4CR? 12 P3B P3T 13 P4CR P4C 14 P4T P5C 15 C1C. Quando Petrosian está ganhando, costuma ficar com cara de entediado; e daqui até o fim da partida, cerca de 30 lances depois, não tirou mais a expressão de aborrecimento mortal. Trocou seus bispos pelos cavalos negros, consolidou seus prós cavalos nos postos dominantes 4BD e 5BR, dobrou as torres na coluna BD e rompeu a posição quando a paciência defensiva de Schweber esgotou-se.

Tanto antes como depois desta partida, Petrosian teve muitas vitórias usando cavalo ativo contra bispo preso. Todo mestre sabe que tais posições são más para o bispo, mas o segredo de

que significará, para quem lê livros, uma diminuição de 100 mil para 50 mil toneladas no fornecimento de papel? Não apenas uma alta nos preços e escassez de livros e material escolar. Pela reação de três das mais importantes editoras do Rio de Janeiro (Record, José Olympio e Artenova) a resposta mais imediata à crise será: uma redução substancial no leque de opções do público leitor. Não apenas menos livros: menos possibilidade de escolha, uma homogeneidade de *best sellers* e reedições dos chamados "clássicos da literatura".

Os preços do papel subiram 125% no período de junho de 73 a fevereiro de 1974. Nessa crise, as casas-editoras parecem ter-se recordado que eram, como coloca Athos Pereira, diretor da José Olympio e presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, não apenas casas de cultura, "mas empresas que empregam capital e não querem prejuízo". E, para as editoras, evitar prejuízo significa, por exemplo, evitar o risco de desperdiçar papel talvez com textos mais elaborados ou de estréia. Diz Athos Pereira: "A mocidade é impetuosa, quer fazer sucesso logo no primeiro livro e se esquece de que os grandes nomes já vêm lutando há muito tempo, têm mercado feito".

Para reduzir o número de títulos a serem lançados, a José Olympio optou pelo critério mais tradicional e prudente: restringir-se aos livros nacionais de autores consagrados — muitos dos quais representam "relações de amizade" para a casa, como José Lins do Rêgo e Graciliano Ramos; adiar para o último trimestre os modestos 10% de títulos estrangeiros; dar ênfase às reedições, principalmente as voltadas para o constante e infalível mercado escolar, que adota a maioria dos autores da José Olympio como textos-base de suas aulas.

Não tão tradicionais, mas igualmente prudentes, Record e Artenova se preparam para enfrentar a crise basicamente com livros didáticos

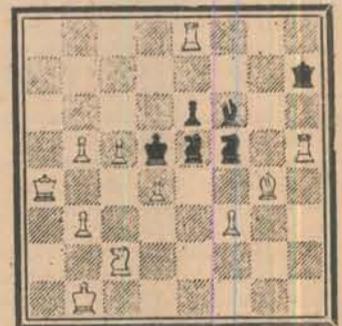
e *best sellers*. Os primeiros são apenas paliativos de momento "para aproveitar a época do ano", como diz Silva Ramos, diretor de produção da Record. Nos chamados "romances de grande repercussão popular" é que está o verdadeiro recurso para não afugentar de vez um público já tão instável e que certamente se retrairá ainda mais diante da alta de 40% no preço dos livros.

Definir o *best seller*, para Silva Ramos, é uma questão intuitiva, dependendo de um certo "faro" e de um gosto muito objetivo, mas muito experiente, que o faz preferir um "Morris West e um Irving Wallace a um desconhecido qualquer". A ele está confiada a difícil tarefa de escolher quais textos têm suficientemente possibilidades de consumo para serem transformados em livros, trabalho que executa muito subjetivamente, utilizando seus próprios critérios e sua experiência no comércio livreiro. Já na Artenova a escolha foi sistematizada em padrões rígidos: um corte efetivo de 50% no número de títulos a serem editados (estavam previstas 200 numa média de 10/12 por mês: os 100 restantes saíram em grupos de 6/7 mensais) e não apenas, como nas outras, casas, uma reprogramação, um adiamento. Na lista dos cortados, segundo o diretor-geral Alvaro Pacheco estão todos os livros "grandes", com mais de 300 páginas, e os que fogem à "linha do sucesso" da casa, ou seja, autores consagrados em vendagem, como Graham Greene, e livros chamados "assuntos da moda", como sexo e magia.

E enquanto o leitor se vê restrito aos temas de ocasião, as grandes casas editoras esperam com razoável confiança que a crise termine até o final do ano. "Você vai ver só", diz Athos Pereira, "é só aumentar o preço, que o papel aparece", ou que ocorra, como espera Alvaro Pacheco, uma "degradação do mercado editorial, com o fechamento de certas editoras" não têm mesmo condições de prosseguir". (Ana Maria Bahiana)

C3R 18 D3D D3B 19 R2C PxP 20 PxP TxT 21 TxT D5B 22 PxP CxP+ 23 R3C CxD 24 T3B CSC 25 P3T C3T 26 P4CD C1C 27 T7B P4TD 28 P5C C2D 29 R4B P4T 30 C5R C1B 31 17C P3B 32 C6B C3C+ 33 R3C T3D 34 TxP T3R 35 T8C+ C1B 36 T8T T8R 37 C8D R2T 38 P6C T8CD 39 P7C C2D 40 TxT Abandonam.

Problema N.º 64



As brancas dão mate em dois lances, contra qualquer defesa (por L. I. Gulchev).

Posição das peças: 4T3 — 7d — 4pb2 — 1PPrcc1T — D2P2B1 — 1P3P2 — 2C5 — 1R6.

Solução do N.º 63:

1 T7B+ RxT 2 P6D+ DxP (se 2...RxP 3 B4C+) 3 B4B DxB, empate por afogamento.

Tigran Petrosian (URSS) — Lajos Portisch (Hungria) Décima terceira partida do encontro, 1974

Gambito Dama, variante Tartakover

1 C3BR P4D 2 P4D P3R 3 P4B C3BR 4 B5C B2R 5 C3B 0—0 6 T1B P3TR 7 B4T P3CD 8 PxP CxP 9 CxC PxP 10 BxB DxP 11 P3CR B3T 12 P3R P4BD 13 BxB CxB 14 0—0 C2B 15 P3C TD1B 16 T1R TR1D 17 P4TR

LIVRARIA LEONARDO DA VINCI

Em instalações provisórias, atende a 80 passos da sede incendiada.

Rua Melvin Jones, 35 — Sub-solo — Loja C, ao lado do Teatro Nacional de Comédia e o B.E.G. Central

ESTOQUE NOVO

LIVROS ESTRANGEIROS

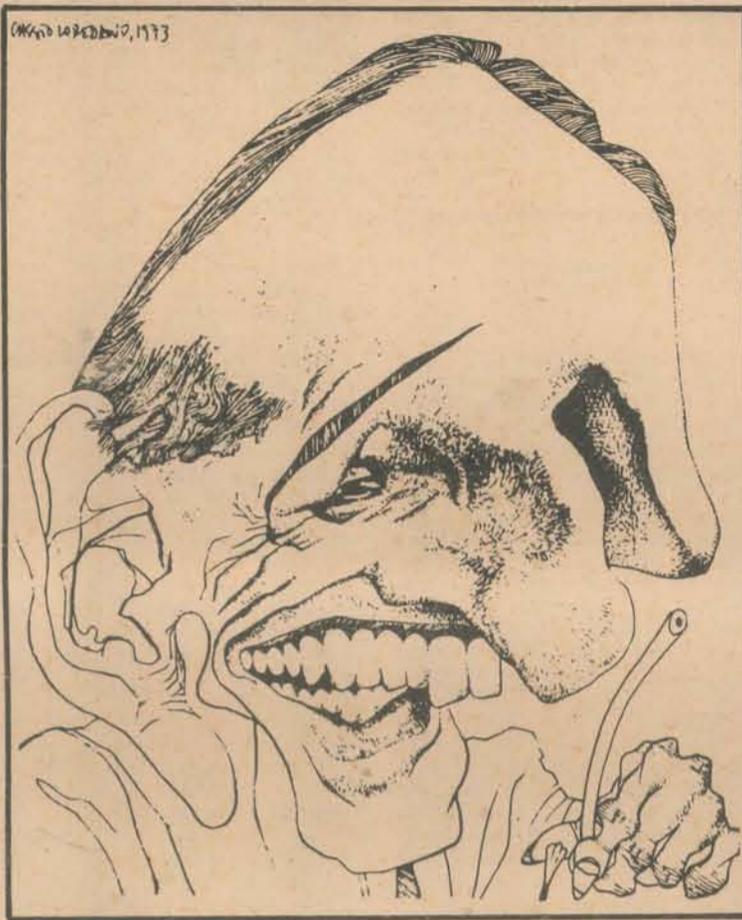
Ivan Illich: racionalizar a energia

Ivan Illich (austríaco, ex-padre da Igreja Católica, atualmente no México) ficou conhecido sobretudo por suas teses sobre educação. Para ele não se trata de empreender reformas no ensino tradicional, mas promover radicalmente a desescolarização. As escolas, ao institucionalizarem o saber, criaram um abismo entre o conhecimento e a própria vida. Mas Illich não limita suas observações ao campo do ensino. Recentemente manifestou-se favoravelmente às bicicletas como substituto dos automóveis para a circulação interna nas grandes cidades.

E agora Ivan Illich volta a atacar com novo livro (1). Filósofo e propagandista das chamadas sociedades alternativas, ele declarou taxativamente que o bem-estar social não é possível com um consumo de energia em larga escala. Argumenta que existe um limite de energia per capita acima do qual a sociedade é progressiva e incontrolavelmente destruída. Nessa perspectiva, a crise mundial de energia seria não apenas uma forma de mascarar a contradição básica entre crescimento industrial e justiça social mas um modo de preservar a ilusão de que o poder da máquina poderia ou deveria substituir indefinidamente a força de trabalho do homem.

Segundo Ivan Illich existem três linhas mestras sobre as quais é possível estabelecer políticas energéticas. As sociedades, especialmente as pobres, ainda poderiam optar. Pode-se distribuir com justiça o bem-estar social com elevada utilização de energia (atitude que prevalecia antes da crise), com elevada eficiência de transformação energética (o dogma que vem cada vez mais prevalecendo), com o menor uso possível de en-

(1) Energia e Justiça (Energy and Equity), Ed. Calder and Boyers, Londres 60 págs., 1,95 libras.



energia mecânica pela camada mais poderosa da sociedade". As duas primeiras linhas implicam uma enorme despesa pública e um desgaste cada vez maior do controle social. A terceira linha, que até agora passou praticamente despercebida, é a que Illich considera a mais importante.

Para reforçar sua tese cita como exemplo o consumo incrivelmente elevado de energia de transportes na

Europa e nos Estados Unidos e que, nem por isso, deixou de resultar sobretudo numa crescente frustração, ineficiência e desigualdade social. Poderia parecer que Illich subestimasse o desenvolvimento das tecnologias, mas isso não é verdade. Ele apenas critica o fato de não contarmos com um modo de limitar o crescimento do uso de energia, nem conhecermos o ponto além do qual a energia mecânica corrompe e degrada a sociedade.

Manuel Puig

O horror no dia-a-dia

Ele, Leo Druscovich, 39 anos, crítico de arte de uma revista de prestígio nos meios intelectuais argentinos, depois de ter sido aluno de Arquitetura, diagramador de revistas, trabalhador braçal e funcionário de embaixada no exterior. Ela, Gladys Hebe D'Onofrio, 34 anos, artista plástica, ainda desconhecida, de volta à Argentina depois de uma bolsa não concluída nos Estados Unidos e de uma temporada trabalhando em escritórios no mesmo país. Os dois se encontram de madrugada numa praia deserta onde ela havia ido recolher objetos trazidos pela maré, com os quais conversava ao mesmo tempo que os dispunha formando composições plásticas. Ao ver aquela manifestação vanguardista ainda não catalogada Leo se entusiasma e aborda Gladys. Uma história de amor?

Não precisamente. O último livro de Manuel Puig lançado na Argentina, *The Buenos Aires Affair* (1), é definido pelo autor como novela policial. Como *Boquinhos Pintadas* (2), tem como personagens pessoas da chamada classe média, mas enquanto *Boquinhos* fala dos que vivem numa pequena cidade do interior, Coronel Vallejos, ou ainda são recém-chegados na sonhada Buenos Aires, *The Buenos Aires Affair* se passa na capital argentina ou em cidades do exterior que, pelo menos na



cabeça dos personagens que Puig descreve, têm em relação a Buenos Aires as mesmas vantagens desta em relação a Vallejos.

Gladys e Leo são originários desses lares onde comer três vezes por dia já é hábito; as batalhas são travadas em busca das mil e uma outras coisas extremamente desejáveis promovidas pelo cinema, rádio, revistas e pelas intermináveis conversas com os amigos. A luta, entretanto, é suavizada pelas ajudas e apresentações recíprocas, que podem resultar tanto numa bolsa em Nova York, para Gladys, como num lugar de terceiro-secretário na embaixada argentina

num país escandinavo, para Leo. Daí haver uma razoável sobra de tempo para a manutenção e desenvolvimento das crenças e aspirações recebidas prontas ou construídas a partir de uma caleidoscópica mistura em que entram segurança, sucesso, luxo, saciedade sexual, pureza, dignidade, respeito, horóscopos, psicanálise comercializada, bom gosto, o-que-que-os-outros-vão-pensar, será-que-os-outros-vão-saber, etc.

Os cenários onde essas paixões se desencadeiam, ou se arrastam, são os lares já citados, os escritórios, os apartamentos atapetados, as salas de visitas mais convencionais. Nesses locais Puig vai registrando suas cenas aparentemente de uma maneira tão fria quanto a que seria feita por uma máquina de filmar. Só que aqui temos uma máquina sensível e inteligente que escolhe os fatos e os ângulos em que seus personagens aparecem mais reais, mais característicos, mais representativos e tão cotidianamente repelentes. (Julio Cesar Montenegro)

Traindo
Rita Hayworth?

A respeito de uma resenha sobre a novela de Manuel Puig *A Traição de Rita Hayworth* publicada em Opinião n.º 56 recebemos do escritor argentino carta da qual foi traduzido o trecho publicado a seguir:

Não é a primeira vez que um crítico me atacá e, em geral, não lhes dou importância. Mas quando o fazem em um periódico prestigioso e importante como *Opinião* e com base em objeções

visivelmente injustas, então sinto-me ferido. Bastam três exemplos flagrantes: a) Depois de iniciar a rota dizendo que a edição original argentina é de 1968 diz mais adiante que eu aproveitei e segui a onda de nostalgia de filmes como *A Última Sessão de Cinema* e *Houve Uma Vez Um Verão*, que são de 1971! A isso devo juntar que meu livro foi finalista do prêmio Biblioteca Breve da editora Seix-Barral em dezembro de 1965, sendo portanto anterior inclusive a *Myra Breckenridge* (*Homem e Mulher Até Certo Ponto*), aparentemente o primeiro livro em que se tratou da influência do cinema nos costumes; por problemas com a Censura argentina minha novela não foi publicada até 1968. Além disso, como é possível qualificar de nostálgico um livro que analisa duramente uma época passada, ainda que não superada? b) O

crítico diz que os problemas que trato na minha novela não existem mais na província latino-americana. Então o machismo não existe mais em nossas províncias? Quem dera tivesse razão esse rapaz otimista! Ipanema é uma coisa e a província latino-americana outra, infelizmente. c) O resenhista garante que *A Traição de Rita Hayworth* não pode interessar o leitor porque eu escrevi o livro para mim mesmo (tergiversando assim uma declaração minha durante uma entrevista); como se entende então que essa novela "carente de interesse para o leitor" tenha vendido mais de 100 mil exemplares em espanhol e edições de bolso em inglês, junto com traduções em francês, italiano, turco, húngaro, holandês, etc.? Além da cuidadíssima versão brasileira de Glória Rodrigues? (Manuel Puig, Nova York, EUA)

Esses americanos desconhecidos

Um livro recente, *False Promises* (*Promessas Falsas*) (1), revela dados e fatos inesperados em relação aos operários americanos, muitas vezes lembrados e analisados em função dos que ainda recentemente se manifestavam nas ruas a favor de Nixon e da guerra do Vietnã.

Stanley Aronowitz, o autor, analisa no livro o que talvez tenha sido o grande acontecimento na área trabalhista em 1972 nos Estados Unidos: a greve que houve na cidade de Lordstown, Ohio, numa fábrica altamente automatizada da General Motors. A reclamação dos operários não se referia a salários mas às condições de trabalho que consideravam mortais e enlouquecedoras. E o movimento foi uma iniciativa dos próprios operários surpreendendo muita gente, incluindo as lideranças sindicais.

Aronowitz ouviu jovens operários e um deles, que tinha como função pregar duas presilhas numa calça durante o dia inteiro, resume o ponto de vista de muitos colegas: "Nunca penso sobre meu trabalho. De fato,

faço o possível para esquecê-lo. Se eu me concentrasse em pensar nele ficaria louco. O problema é que tenho de prestar atenção ao que estou fazendo do contrário estaria *lascado* cada vez que me descuidasse".

A monotonia sem fim das linhas de montagem não é coisa nova mas o mesmo não se pode dizer das reações dos operários americanos em relação a elas. Para explicar esse novo espírito, que anima os trabalhadores americanos depois de um longo intervalo de calma e resignação, Aronowitz reconstrói a história do trabalho na América do Norte. Para ele, "a nova geração de trabalhadores não está disposta a levar uma vida mergulhada em tarefas repetitivas executadas com uma submissão inconsciente. Nem o incentivo de dois carros em cada garagem, que se havia tornado uma compulsão para seus pais, nem o medo de cair na miséria, que empurrava seus avós, foi suficiente para conter seus ressentimentos contra a deslealdade representada por fábricas ou serviços altamente racionalizados".

O resenhista do *Washington Post* Frank Browning (que está escrevendo um livro sobre o uso e a especulação de terras) considera *False Promises* "uma das poucas obras-primas da história moderna americana".

ASSINE OPINIÃO

Agricultura: A modernização difícil
A literatura de vanguarda e os inamáveis machos

opinião
de Mundo



Nome _____
Rua _____ N.º _____
Cidade _____ Estado _____

Envie junto com este cupom 160 cruzeiros no caso da assinatura anual e 80 cruzeiros no caso de ser semestral. Ou 40 dólares se a assinatura for anual para o exterior e 20 dólares se for semestral. O pagamento pode ser feito por cheque ou vale postal e deve ser enviado para Editora Inúbia Ltda. à Rua Abade Ramos, 78 Jardim Botânico — Rio de Janeiro — Guanabara — Brasil. Ou, no caso de assinaturas para a Europa, diretamente para Laymer Garcia dos Santos, BP. 05-07 — 75 327 Paris Cedex 07.

(1) *The Buenos Aires Affair*, Manuel Puig, Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 260 págs.

(2) *Boquinhos Pintadas*, Manuel Puig, Editora Sabiá, 216 págs.